



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ATA N.º 06/2020

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE DEZEMBRO DE 2020

INICIADA ÀS 14 HORAS E 40 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 20 HORAS e 40 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL
ABERTURA	02
ANTES DA ORDEM DO DIA	06
ORDEM DO DIA	45
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	87
ENCERRAMENTO	90

ATA N.º 06 / 2020ABERTURA

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, no Grande Auditório da Faculdade de Ciências da Saúde, sito em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- 1.1 - Aprovação de Atas
- 1.2 - Expediente
- 1.3 - Intervenções

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1 Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2 Proposta de Orçamento para 2021, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Atividades Municipais, Mapa de Pessoal, atualização da Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos;
- 2.3 Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita/2020;
- 2.4 Fixação de IMI para o ano de 2021;
- 2.5 Fixação da Derrama para o ano 2020;
- 2.6 Participação variável no IRS aos rendimentos auferidos em 2021;
- 2.7 4.ª Alteração do PDM – Alteração por adaptação – Decorrente da revogação do Plano de Pormenor dos Penedos Altos e do Plano de Pormenor da Palmeira – Declaração;
- 2.8 1.ª Adenda ao Contrato de Financiamento Reembolsável à Operação – CENTRO-09-4943-FEDER-000026 - “Reabilitação de edifício para instalação do Centro de Inclusão Social da Covilhã”, celebrado em 03.12.2018;
- 2.9 Candidatura à Operação 10.2.1.6 do PDR2020 - “Rota das Pontes” – Cortes do Meio – Declaração de Interesse Público;
- 2.10 Ampliação do Cemitério do Paul - Reconhecimento de Interesse Público Municipal da Obra e ausência de alternativas à localização do equipamento, em áreas não integradas na REN;
- 2.11 Processo n.º 21/17 - Rui Manuel Simões Rodrigues - Declaração de Relevante Interesse Municipal;

- 2.12** Contratos de Delegação de Competências a celebrar entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Peraboa e a União de Freguesias de Barco e Coutada – Contratação de trabalhadora (s) não docente (s) – EB/JI – ano escolar 2020/2021;
- 2.13** Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e as Freguesias:
- Cantar-Galo e Vila do Carvalho - Componente de Apoio à Família;
 - S. Jorge da Beira - Acompanhamento de Refeições (NE);
 - Cortes do Meio - Acompanhamento de Refeições (NE);
 - Ferro - Acompanhamento de Refeições (NE);
 - Paul - para pagamento da taxa contributiva à Segurança Social;
 - Tortosendo – Reforço das despesas correntes da contratação de colaboradoras – Ano Letivo 2019/2020.

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, o Senhor António Paulo Pereira Ranito e a Senhora Dra. Sandra Isabel Neves Ferreira que substituiu na mesa a Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha que não pôde comparecer à presente sessão. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Dr. João José Casteleiro Alves, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro, Tiago Santos Silva em substituição da Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof.ª Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto, António Paulo Pereira Ranito, Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa, Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho, Fausto Herculano Branco Baptista em substituição da Dra. Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira, Dr. José Paulo Pina Simão, Dra. Maria Leonor Cipriano Narciso em substituição da Dra. Joana Filipa Real Sardinha, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva, Doutor António João dos Reis Rodrigues, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo em substituição de João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira, Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho, Arq.º João José Augusto Quelhas Gaspar, Doutora Rosália Isabel Duarte Rodrigues e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguiso), João Ramos Almeida (Erada), Dr. Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa), José da Trindade Branco (S. Jorge da Beira), Dra. Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio em substituição de José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Dra. Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Eng.º Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), José Alberto Sousa Pais (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

Não compareceu o Excelentíssimo Senhor Carlos Alberto Matos Mendes. -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira e os Senhores Vereadores: Dr. José Armando Serra dos Reis, Prof.^a Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Eng.^o José Miguel Ribeiro Oliveira, Jorge Manuel Afonso Gomes; do corpo técnico: a Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica – Dra. Graça Isabel Pires Henry Robbins, o Diretor do Departamento de Obras e Planeamento – Eng.^o Jorge Manuel Galhardo Vieira, o Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa – Dr. Júlio Manuel de Sousa Costa e, do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal, a Técnica Superior Dra. Ivone Franco Correia e a Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola. -----

--- Esteve ainda presente o Senhor Provedor do Município – Prof. Doutor José Ramos Pires Manso.

--- Submetida a ***Ordem de Trabalhos*** à votação, ***foi a mesma aprovada por unanimidade***, não tendo participado na votação, por estarem ausentes do Auditório, os seguintes Membros Municipais: **Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD), Fausto Herculano Branco Baptista (DNCCP), Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Dr. Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto).** -----

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****1.1 - APROVAÇÃO DE ATAS**

--- Submetida a **ata n.º 01/2020 de 06 de março de 2020**, previamente enviada a todos os Membros Municipais convocados, à apreciação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Membros Municipais: Dr. José Paulo Pina Simão, Dra. Maria Leonor Cipriano Narciso (PS), Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP), Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis) e Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa).

Não participaram ainda na votação, por estarem ausentes do Auditório, os seguintes Membros Municipais: Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD), Fausto Herculano Branco Baptista (DNCCP), Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Dr. Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

--- Submetida a **ata n.º 02/2020 de abril, realizada no dia 30 de junho de 2020**, previamente enviada a todos os Membros Municipais convocados, à apreciação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Membros Municipais: Tiago Santos Silva (PS), Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP), Dra. Maria Leonor Cipriano Narciso (PS) e Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso). -----

Não participaram ainda na votação, por estarem ausentes do Auditório, os seguintes Membros Municipais: Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD), Fausto Herculano Branco Baptista (DNCCP), Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Dr. Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

--- Submetida a **ata n.º 04/2020 de 02 de outubro de 2020**, previamente enviada a todos os Membros Municipais convocados, à apreciação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Membros Municipais: Tiago Santos Silva (PS), Prof.ª Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto (CDS-PP), Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP), Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (PCP) e Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa). -----

Não participaram ainda na votação, por estarem ausentes do Auditório, os seguintes Membros Municipais: Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD), Fausto Herculano Branco Baptista (DNCCP), Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Dr. Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

--- Submetida a **ata n.º 05/2020 de 13 de outubro de 2020**, previamente enviada a todos os Membros Municipais convocados, à apreciação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Membros Municipais: Tiago Santos Silva (PS), Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP), Dra. Maria Leonor Cipriano Narciso (PS), Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso) e Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa).

Não participaram ainda na votação, por estarem ausentes do Auditório, os seguintes Membros Municipais: Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD), Fausto Herculano Branco Baptista (DNCCP), Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Dr. Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

--- Quanto à aprovação das atas, o Membro Municipal **Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa)** solicitou um esclarecimento relativamente ao seu impedimento de votar em duas atas, alegando que esteve presente nas mesmas, “inclusive fiz intervenção relativamente até ao caminho de Unhais e Serra da Estrela.” -----

O Serviço de Apoio à Assembleia, relativamente ao exposto, verificou posteriormente que o impedimento na votação das duas atas mencionadas se encontrava correto, sendo que a intervenção que o Senhor Membro Municipal refere (caminho de Unhais e Serra da Estrela) consta da ata n.º 02 referente à Assembleia Municipal de abril e realizada no dia 30 de junho de 2020, a qual participou na sua votação. -----

1.2 - EXPEDIENTE

--- Nos termos da alínea *m*) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi dado conhecimento do seguinte expediente: -----

- Email do Grupo Parlamentar “Os Verdes” a remeter, para conhecimento, a pergunta ao Ministério do Ambiente e Ação Climática e ao Ministério da Economia e Transição Digital que lhe foi dirigida pelos Srs. Deputados Mariana Silva e José Luís Ferreira, sobre a aceleração da implementação da Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030, em contexto de descarbonização do país; -----
- Ofício n.º NU663533 da Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local a acusar a receção da Moção de apoio à construção do IC6, IC7 e IC37; -----
- Email do Grupo Parlamentar “Os Verdes” a informar que a discussão do Projeto de Resolução n.º 638/XIV - Reversão da privatização dos CTT - Correios de Portugal S.A, está agendada para dia 15 de outubro; -----
- Email da Câmara Municipal de Belmonte a informar que, em reunião de 24 de setembro, deliberou, por unanimidade, aprovar e apoiar a Moção de Apoio à Construção do IC6, IC7 e IC37; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a acusar a receção das Moções: "Impulso à conectividade Ferroviária da Beira Interior com a reabertura do troço Covilhã-Guarda"; "Repór as Freguesias extintas – um imperativo democrático"; "Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco" e "Rede de Transporte Público de Passageiros"; -----
- Email da Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação a acusar a receção da Moção apoio à construção do IC6, IC7 e IC37; -----
- Email do Gabinete do Primeiro-Ministro a acusar a receção da Moção “Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco” e a informar que a encaminhou para o Gabinete da Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública; -----
- Email do Gabinete do Primeiro-Ministro a acusar a receção da Moção “Repór as Freguesias extintas - um imperativo democrático” e a informar que a encaminhou para o Gabinete da Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública; -----
- Email do Gabinete do Primeiro-Ministro a acusar a receção da Moção Pela Suspensão do Pagamento das Portagens e a informar que a encaminhou para o Gabinete do Ministro das Infraestruturas e da Habitação; -----
- Email do Gabinete do Primeiro-Ministro a acusar a receção da Moção “Impulso à conectividade Ferroviária da Beira Interior com a reabertura do troço Covilhã-Guarda” e a informar que a encaminhou para o Gabinete do Ministro das Infraestruturas e da Habitação; -----

- Email do Gabinete do Primeiro-Ministro a acusar a receção da Moção “Rede de Transporte Público de Passageiros” e a informar que a encaminhou para o Gabinete do Ministro das Infraestruturas e da Habitação; -----
- Email da Casa Civil do Presidente da República a acusar a receção da Moção Pela Suspensão do Pagamento das Portagens na A23 e A25; -----
- Email da ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias a acusar a receção da Moção “Repór as Freguesias extintas - um imperativo democrático”; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento, um conjunto de Propostas de Alteração ao OE 2021 na área do Poder Local, com o objetivo de reforçar a sua autonomia e salvaguardar o equilíbrio económico e financeiro das autarquias locais; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a informar que requereu a Apreciação Parlamentar do Decreto-Lei 92/2020 de 23 de outubro, que altera o regime geral da gestão de resíduos; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a informar que, apesar das propostas pela eliminação das portagens na A23, A24 e A25 que entregou aquando do processo de discussão na especialidade do OE para 2021 terem sido rejeitadas, continuará a intervir em defesa das populações e não deixará de continuar a debater-se pela sua eliminação. -----

- O Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** referiu não terem recebido qualquer resposta a alguns dos seus requerimentos entregues à Câmara Municipal, tendo dado alguns exemplos (“estado da estrada municipal Ourondinho-Paul-Pedras Lavradas; juntas de dilatação na ponte do Paul; passagem pública vedada pela organização *Ananda Valley* na freguesia de Ourondo; utilização dos resíduos industriais em espaços públicos na freguesia do Paul; prédio em ruína na Rua Alexandre Herculano na Covilhã”). -----

Relatou também “a falta de resposta a solicitações da própria Mesa da Assembleia, nomeadamente em relação à petição da colocação de semáforos ou lombas redutoras de velocidade e sinalização adequada na estrada Paul-Ourondo, em que na Comissão de Análise das Petições fiquei como relator desta petição.” -----

Sobre essa falta de resposta, em que “a Câmara não responde, não está a colaborar, nem a respeitar as nossas funções e competências”, classificou “o comportamento do Senhor Presidente da Câmara Municipal que, quanto a nós, é inadmissível e tem sido um obstáculo ao normal funcionamento dos órgãos e ao exercício do direito à informação dos eleitos nesta Assembleia Municipal. -----

A manter-se essa situação, deve esta Assembleia ou qualquer dos seus membros ou grupos municipais apelar à intervenção da tutela de acordo com a Lei n.º 27/96 de 01 de agosto.” -----

1.3 - INTERVENÇÕES

VOTOS DE LOUVOR/PESAR/CONGRATULAÇÃO/PROTESTO/SAUDAÇÃO

--- O Senhor **Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso)** apresentou um **Voto de Louvor ao Senhor Dr. Juiz José Avelino Gonçalves e ao Senhor Luís Pereira Garra** que, a seguir, se transcrevem: **(Doc. 01 e 02)** -----

“VOTO DE LOUVOR -----

Considerando: -----

- *O trabalho desenvolvido enquanto Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco que cessará no próximo dia 5 de janeiro de 2021,* -----
- *A sua intervenção cívica e humana, na recuperação do património histórico e cultural dos tribunais e* -----
- *A divulgação e promoção da Covilhã, através das “estórias” publicadas ao longo de vários anos em diversos jornais locais e agora compiladas em livro,* -----

Venho, na qualidade de Presidente da União de Freguesia de Covilhã e Canhoso, propor que a Assembleia Municipal da Covilhã, na sua reunião ordinária de 29 de Dezembro de 2020, aprove um voto de louvor Sr. Dr. Juiz José Avelino Gonçalves.” -----

Colocado à votação, o **Voto de Louvor ao Senhor Dr. Juiz José Avelino Gonçalves foi aprovado por unanimidade, não tendo participado na votação, por estarem ausentes do Auditório, os seguintes Membros Municipais: Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto).** -----

“VOTO DE LOUVOR -----

Considerando: -----

- *A atividade sindical de mais de 40 anos, iniciada em 1977,* -----
- *O trabalho desenvolvido no Sindicato Têxtil da Beira Baixa, no qual desempenhou funções durante 43 anos, assim como a defesa sempre intransigente de todos os trabalhadores deste sector que foi, é e continuará a ser vital para a economia do concelho,* -----
- *A coordenação da União de Sindicatos do Distrito de Castelo Branco (USCB), que deixou no passado mês de Outubro e* -----
- *A intervenção política e social que sempre teve na Covilhã,* -----

Venho, na qualidade de Presidente da União de Freguesia de Covilhã e Canhoso, propor que a Assembleia Municipal da Covilhã, na sua reunião ordinária de 29 de Dezembro de 2020, aprove um voto de louvor ao Sr. Luís Pereira Garra.” -----

*Colocado à votação, o **Voto de Louvor ao Senhor Luís Pereira Garra foi aprovado por unanimidade, não tendo participado na votação, por estarem ausentes do Auditório, os seguintes Membros Municipais: Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto).** -----*

*--- A Senhora **Dra. Rosália Isabel Duarte Rodrigues (PS)** apresentou um **Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Firmino Ferreira Gaudêncio e um Voto de Pesar e Solidariedade a todas as famílias enlutadas pelo falecimento de familiares com Covid-19** que, a seguir, se transcreve: **(Doc. 03)** -----*

*“**Homenagem a Cidadãos falecidos** -----*

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã, Senhora e Senhor secretários da mesa, -----

Exmo. Senhor Presidente da CMC -----

Exmos. Senhores Vereadores -----

Exmos. Senhoras e senhores deputados municipais -----

Exmos. Senhores Presidentes de Junta -----

Exmos. Senhores e senhoras presentes na Assembleia -----

Caros concidadãos, -----

A Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã vem prestar uma singela homenagem ao cidadão Firmino Gaudêncio, pessoa muito querida em Vales do Rio, fundador e administrador da Fábrica de Confeções Lança. Cidadão covilhanense empreendedor, muito dinâmico e gerador de emprego no nosso concelho, que faleceu, no passado dia 6 de dezembro, com 81 anos de idade. -----

Gostaríamos, também, de endereçar o nosso voto de pesar e solidariedade a todas as famílias enlutadas, pelos seus entes queridos que faleceram com Covid-19, no concelho da Covilhã. -----

Estamos certos de que esta é uma dor que nos marcará para sempre, pois, infelizmente, a realidade que nos parecia, ainda, distante, também nos atingiu e chorámos, recentemente, a partida não só de concidadãos, mas de vizinhos, amigos ou familiares vitimados por esta terrível pandemia. -----

Neste sentido, apelamos à Assembleia para que se faça um minuto de silêncio, em honra e memória das vítimas de Covid-19 pertencentes ao concelho da Covilhã.” -----

Foi feito um minuto de silêncio conforme o proposto. -----

De seguida, foram igualmente apresentados pelos Senhores **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)** e **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio)** os seguintes **Votos de Pesar pelo falecimento do Senhor Firmino Gaudêncio** que, a seguir, se transcrevem respetivamente: **(Docs. 04 e 05)** -----

“VOTO DE PESAR -----

No passado dia 06 de dezembro morreu Firmino Ferreira Gaudêncio, com 81 anos de idade. -----

Iniciou a sua vida profissional com 15 anos, na extinta ‘Sociedade Fabricantes’ no Tortosendo. ----

Posteriormente, passou a comercializar artigos têxteis. -----

Em 1973 fundou a sociedade ‘Confecção Lança, Lda’, sediada em Vales do Rio/Peso. -----

Empresa de confeção essa, inicialmente, dedicada ao mercado nacional, tendo alargado a sua atividade a partir de 1982, com a exportação dos seus produtos. A empresa possui, atualmente, 220 trabalhadores, de um cariz familiar, em virtude de seus filhos terem dado continuidade à sua atividade, aí exercendo sua atividade profissional. -----

A ‘Confecção Lança, Lda.’ é uma das empresas de prestígio do concelho da Covilhã, com atividade reconhecida em todo o país e também no estrangeiro, destacando-se o facto de vestir todas as figuras na EuroDisney, em Paris. -----

Pessoa de trato fácil, educada, humana, solidária e trabalhadora, também dedicou o seu tempo à vida associativa, tendo sido dirigente do Grupo Desportivo Vales do Rio e do Sporting Clube da Covilhã. -----

Fica o seu exemplo. A sua obra. A sua tenacidade. O concelho da Covilhã, com a sua partida, ficou mais pobre. -----

Assim, propõe-se a esta Assembleia Municipal que seja aprovado o VOTO DE PESAR, pelo falecimento de Firmino Ferreira Gaudêncio. -----

Caso seja aprovado, deve o mesmo ser remetido a seus familiares. -----

Covilhã, 29 de Dezembro de 2020 -----

*O Grupo Parlamentar **DE NOVO COVILHÃ** -----*

(Luís M. Carreira Fiadeiro)” -----

“VOTO DE PESAR -----

Firmino Ferreira Gaudêncio, faleceu no dia 06 de dezembro de 2020, nasceu em Vales do Rio, Concelho da Covilhã, viveu sempre na sua Aldeia onde desenvolveu a sua vida profissional, proprietário das Confeções Lança LDA, tendo-se destacado como Empresário no Ramo da Confeção de Vestuário de Homem, foi autarca na Freguesia de Vales do Rio e cidadão de referência. -----

O Sr. Firmino Gaudêncio, sempre foi um Homem de causas e por elas se batia, conhecido por ser

um Homem direto e frontal, amigo do seu amigo, um Homem sempre disponível para ajudar e colaborar com quem mais precisava, empreendedor e sonhador, e acima de tudo um Homem apaixonado pela sua terra. -----

Homem íntegro, que sempre pautou pela seriedade e frontalidade, sendo estimado por todos. ----

Durante o seu percurso de vida sempre apoiou inúmeras associações da União das Freguesias de Peso e Vales do Rio. -----

Sonhador, visionário e empreendedor, fundou as Confeções Lança em 20 de março de 1973 na altura com 15 colaboradores tendo atualmente 230 colaboradores, sendo um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento económico e social das freguesias da chamada Corda do Rio e levou por esta Europa fora o nome de Vales do Rio. -----

Homenageado em vida pela Câmara Municipal da Covilhã em 20 de Outubro de 2011 onde recebeu a medalha de mérito Industrial Municipal, na categoria de Prata e Pela Junta de Freguesia de Vales do Rio em 15 de Julho de 2013 onde recebeu a medalha de mérito, categoria de Ouro pelos serviços prestados a Freguesia. -----

Quem com ele teve oportunidade de privar e de trabalhar destaca a sua vertente social e humanitária, que merece um profundo respeito e admiração de todos. -----

Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se à Assembleia Municipal da Covilhã: -----

- Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo seu falecimento; -----*
- Manifestar à família enlutada, as mais sentidas condolências. -----*

Covilhã 29 de dezembro de 2020 -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Peso e Vales do Rio” -----

Colocados à votação, os *Votos de Pesar pelo falecimento do Senhor Firmino Ferreira Gaudêncio e o Voto de Pesar e Solidariedade a todas as famílias enlutadas pelo falecimento de familiares com Covid-19 foram aprovados por unanimidade, não tendo participado na votação, por estarem ausentes do Auditório, os seguintes Membros Municipais: Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto).* -----

--- O Senhor Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP) apresentou um Voto de Louvor aos profissionais da saúde, agentes de proteção civil, instituições de solidariedade social, forças de segurança, funcionários camarários e/ou das empresas municipais, sediadas no concelho da Covilhã pelo apoio no combate ao Covid-19 e reconhecimento e agradecimento a todos os profissionais na linha da frente de combate à pandemia Covid-19 que, a seguir, se reproduz: (Doc. 06) -----

“VOTO DE LOUVOR -----

Vivemos em época de pandemia. O tempo dirá, um dia, a sua origem e explicará, como foi possível, a sua propagação pelo mundo inteiro. -----

Num tempo em que as pessoas vivem suas vidas afetadas com imposições e recolhimentos... num tempo em que deixa de haver tempo para o abraço... o beijo... o gesto... -----

Num tempo em que a dor, a tristeza e o sofrimento foram sentidos por muitos covilhanenses, nunca é demais realçar e destacar todos aqueles que, com as suas atividades, tudo fizeram e têm feito para evitar a propagação da doença e para garantir a maior normalidade possível daqueles que optaram por residir no concelho da Covilhã. -----

Nunca é demais realçar e destacar o tão importante que têm sido tais pessoas... cidadãos... que, em prol de preservar a saúde e bem-estar dos outros, colocam em risco as suas próprias vidas. ----

Nunca é demais realçar e destacar que, no concelho da Covilhã, tem sido realizado um controle eficaz e coordenado ao surto epidémico. -----

Na nossa perspetiva, e tal conforme já tivemos oportunidade de transmitir, em tempo de crise que afeta a população, não há política... há solidariedade... há dedicação... há incentivo... há partilha... pois apesar de todas as diferenças ideológicas, certamente que todos visamos um objetivo comum: **o bem-estar da população.** -----

O segundo surto epidemiológico foi mais extenso... mais grave... afetou mais pessoas... causou mais danos... mais sofrimento. -----

No entanto, tem-se mantido o empenho e dedicação de todos aqueles que têm contribuído para o nosso bem-estar... aliás, tem sido redobrado ou triplicado... não há cansaço... há sorrisos... não há desespero, há confiança... não há tristeza, há sorrisos. O nosso bem-haja. -----

Não há palavras para elogiar a atividade e comportamento de tais cidadãos. Fica o nosso reconhecimento. -----

Deste modo, propõe-se um VOTO DE LOUVOR aos profissionais de saúde, agentes de proteção civil, instituições de solidariedade social, forças de segurança, funcionários camarários e/ou das empresas municipais, sediadas no concelho da Covilhã, pelo apoio prestado e que continuam a prestar no combate ao Covid-19. -----

Caso o voto seja aprovado, deverá ser remetido a: -----

- Autoridade de Saúde da Covilhã; -----
- Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira; -----
- Câmara Municipal da Covilhã; -----
- ADC – Águas da Covilhã; -----
- Juntas de Freguesia do concelho da Covilhã; -----
- Bombeiros voluntários da Covilhã; -----
- GNR; -----
- PSP; -----
- INEM. -----

Covilhã, 29 de Dezembro de 2020 -----

O Grupo Parlamentar **DE NOVO COVILHÃ**.” -----

Colocado à votação, o **Voto de Louvor aos profissionais da saúde, agentes de proteção civil, instituições de solidariedade social, forças de segurança, funcionários camarários e/ou das empresas municipais, sediadas no concelho da Covilhã pelo apoio no combate ao Covid-19 foi aprovado por unanimidade, não tendo participado na votação, por estarem ausentes do Auditório, os seguintes Membros Municipais: Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto).** -----

--- O Senhor **Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho (PS)** apresentou um **Voto de Louvor ao atleta Samuel Barata** que, a seguir, se transcreve: **(Doc. 07)** -----

“Voto de Louvor a Samuel Barata -----

Samuel Barata, sagrou-se dia 18 de dezembro campeão nacional dos 10.000 metros de atletismo, no estádio Municipal da Maia. -----

O atleta Samuel Barata nasceu na Suíça mudando-se para Bouça na Covilhã, terra da sua família e da qual se orgulha, aos 10 anos de idade. A sua adolescência marcou os primeiros resultados como atleta levando-o a decidir-se por uma carreira no atletismo. Aos 18 anos foi para Lisboa, para começar a sua vida académica em Química, altura que começou a treinar atletismo no Sport Lisboa e Benfica. -----

Segundo afirmou numa entrevista, ter crescido na Bouça permitiu-lhe ter uma forte ligação com a natureza, pelo que, dependendo do calendário das provas, pelo menos uma vez por mês, o Samuel regressa à Bouça, para correr na montanha pois é rodeado pela natureza, onde se sente melhor: afirmando “Fui criado aqui, sinto-me bem na montanha”. -----

O Samuel tem como palmarés: -----

Campeão Nacional dos 10.000 metros atletismo, em 2015 e 2020; -----

Campeão Nacional de Estrada, em atletismo em 2018 e 2020; -----

1º Lugar na corrida B de 5.000 metros do meeting de Heusden-Zolder, na Bélgica, onde conseguiu o melhor tempo de um português nos 5.000 metros na última década. -----

Foi o melhor português nos Campeonatos do Mundo de meia-maratona, que decorreram no último mês de outubro, em Gdynia, na Polónia. -----

Nestes termos, a bancada do Partido Socialista propõe: -----

- a) *A aprovação pela Assembleia Municipal da Covilhã do presente voto como reconhecimento do mérito desportivo do atleta Samuel Barata.* -----
- b) *Que, após aprovação, este Voto de congratulação dele se dê conhecimento ao atleta*

supramencionado e ainda ao Clube que representa, o Sport Lisboa e Benfica.” -----

Colocado à votação, o **Voto de Louvor ao atleta Samuel Barata foi aprovado por unanimidade, não tendo participado na votação, por estarem ausentes do Auditório, os seguintes Membros Municipais: Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto).** -----

De seguida, apresentou um **Voto de congratulação à Lobby Productions** que, a seguir, se reproduz: **(Doc. 08)** -----

“Voto de congratulação à Lobby Productions, -----

Pela distinção obtida com o filme “You Only Love Once” em Viena – Áustria como o Melhor Filme de Turismo do Mundo na categoria de serviços de turismo. -----

A consagração da curta metragem “You Only Love Once” produzida pela produtora covilhanense “Lobby Productions”, sediada na PARKURBIS, surge depois de vencer 9 dos 13 Festivais do Worlds Best Tourism Film Award – CIFFT Circuit 2020, dos quais 6 com ouro, este trabalho finalizou este importantíssimo circuito, em 1º lugar com o galardão de melhor Filme do Mundo pelo Comitê Internacional de Festivais de Filmes de Turismo. Trata-se, pois, de um reconhecimento de escala mundial pela qualidade e excelência deste filme, da sua produção, da eficácia na comunicação do produto turístico, mas sobretudo pelo trabalho desenvolvido pela Lobby Productions, que muito orgulha a nossa cidade. -----

Nestes termos, a bancada do Partido Socialista propõe: -----

- a) A aprovação pela Assembleia Municipal da Covilhã do presente voto como reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela Lobby Productions. -----*
- b) Que, após aprovação, este Voto de congratulação dele se dê conhecimento à empresa mencionada.” -----*

Colocado à votação, o **Voto de congratulação à Lobby Productions foi aprovado por unanimidade, não tendo participado na votação, por estarem ausentes do Auditório, os seguintes Membros Municipais: Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto).**

Por último, apresentou um **Voto de Louvor, reconhecimento e agradecimento e aplauso a todos os profissionais na linha da frente de combate à pandemia COVID-19** que, a seguir, se transcreve: **(Doc. 09)** -----

“Voto de Louvor, reconhecimento e agradecimento e aplauso a todos os profissionais na linha da frente de combate à pandemia COVID-19 -----

A presente homenagem é fruto do reconhecimento desta Assembleia Municipal em valorizar o empenho e dedicação dos mencionados profissionais, neste momento ímpar e sem precedentes da humanidade, perpetuando nas memórias desta assembleia e também na mente de cada homenageado. -----

O que justifica este Voto, a que me arrisco a afirmar ser o mais simbólico da história de nosso Município é APLAUDIR todos os profissionais na linha da frente, por de forma abnegada, enfrentarem como missão nos diferentes locais de trabalho esta Pandemia do CORONAVIRUS (COVID-19), invulgar nos tempos modernos da humanidade. -----

Não é, pois, demais APOIAR a coragem destes profissionais e respeitar o mínimo das condições de trabalho e proteção que precisam, com a união dos seus concidadãos e do poder político, nesta verdadeira guerra de combate, onde, com responsabilidade, competência, comprometimento e principalmente amor ao próximo, dedicam todas suas forças para trabalharem salvando vidas, enquanto a sociedade passa por este momento decisivo de isolamento social na tentativa de minimizar os impactos desta pandemia. -----

E, por fim, a nossa SOLIDARIEDADE sincera e merecida com todos os profissionais pois como nós, são seres humanos, passivos de medo, incertezas, dificuldades, stresse e, tanto quanto precisamos deles, eles também precisam de nós, mais do que nunca, diante dessa responsabilidade profissional e emocional imensurável que estão a defrontar, sejam eles: -----

- Da área da Saúde e auxiliares; -----
- Bombeiros voluntários; -----
- Agentes das forças de segurança e de controlo; -----
- Trabalhadores das IPSS; -----
- Dos serviços de Proteção Civil; -----
- Autarcas, das freguesias, seus colaboradores e voluntários que têm estado a intervir junto dos seus fregueses, num contacto próximo, direto e diário, a vários níveis tentando diminuir as graves consequências sociais provocados pela pandemia; -----
- Trabalhadores municipais que, mesmo em emergência e calamidade, continuam a desempenhar as suas funções, garantindo serviços essenciais, nas várias áreas de intervenção municipal e ainda, -----
- Da comunicação social pelo seu papel de nos manter informados; -----

Nestes termos, a bancada do Partido Socialista propõe: -----

- a) *A aprovação pela Assembleia Municipal da Covilhã do presente Voto, reconhecimento e agradecimento sob a forma de aplauso a todos os profissionais na linha da frente de combate à pandemia COVID-19 suprarreferidos, e nos termos que a mesma contém; -----*
- b) *Que, após aprovação, este Voto de Louvor se dê conhecimento às diversas entidades mencionadas.” -----*

Colocado à votação, o **Voto de Louvor, reconhecimento e agradecimento e aplauso a todos os**

profissionais na linha da frente de combate à pandemia COVID-19 foi aprovado por unanimidade, não tendo participado na votação, por estarem ausentes do Auditório, os seguintes Membros Municipais: Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto).

Foi feita a seguinte **Declaração de Voto**: -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)**: “Nas últimas duas assembleias municipais e agradecendo o voto de louvor onde os autarcas das juntas de freguesia também estão incluídos, tenho vindo aqui agradecer o apoio que a Câmara Municipal deu às juntas de freguesia e incentivar o Senhor Presidente a forçar esse nosso pedido porque nós, juntas de freguesia, ultrapassámos largamente os 2.500 euros em termos de gasto. Portanto, se dúvidas houvessem que os presidentes das juntas merecem um pouco mais, a bancada do Partido Socialista acabou de dizer que também merecemos.” -----

De seguida, foi feito um aplauso às entidades referenciadas. -----

--- O Senhor **Fausto Herculano Branco Baptista (DNCCP)** apresentou um **Voto de Protesto pelo facto de estarem suspensas as perícias/juntas médicas que permitiam aos doentes oncológicos a obtenção do atestado médico necessário para usufruírem de regalias sociais, apelando a que o Estado resolva brevemente a situação** que, a seguir, se transcreve: **(Doc. 10)** -----

“VOTO DE PROTESTO -----

Estamos numa época difícil e dramática. É confrangedor verificar que por força do COVID 19 as pessoas deixaram de poder manifestar seus afetos com abraços e beijos. -----

É confrangedor verificar que há pessoas que estão confinadas... separadas da comunidade... com a conseqüente dor e solidão. -----

É verdade que vivemos um momento em que só se fala do COVID 19, como se de facto fosse a única doença que afeta os Portugueses em geral e os Covilhanenses em particular. -----

No entanto, há outras doenças, por vezes mais temíveis... mais devastadoras... mais dolorosas... tais como as doenças oncológicas. -----

Sucedem e mau grado todos os esforços realizados pelos profissionais de saúde, não tem sido possível realizar as juntas médicas, que permitem aos doentes oncológicos, os adequados atestados de incapacidade, que lhes permite usufruir das adequadas regalias sociais, nomeadamente redução do montante do IRS a pagar, bem como a isenção do pagamento de taxas moderadoras no SNS. -----

Não é justo. Não é razoável, que os doentes oncológicos que tiveram o azar de terem sido afetados por esta terrível doença, não possam usufruir das regalias que o Estado prevê, só pelo facto de não serem realizadas as adequadas juntas/perícias médicas que permitem usufruir a obtenção do

adequado atestado. -----
 Num Estado de Direito que se diz solidário e humanista, não pode permitir que tal realidade ocorra.
 Bem basta toda a dor e sofrimento causado pela doença. Bem basta todas as consequências que
 tal doença causa às pessoas. -----

Pelo que, não podemos deixar de registar esta situação e como tal manifestar o nosso PROTESTO,
 esperando que o Estado resolva esta questão para bem de quem sofre. -----

Assim propõe o seguinte **VOTO DE PROTESTO**: -----

A Assembleia Municipal da Covilhã, na sua sessão extraordinária de 29 de dezembro de 2020,
 PROTESTA pelo facto de estarem suspensas as perícias/juntas médicas que permitam aos doentes
 oncológicos a obtenção do adequado atestado médico, necessário para a obtenção das regalias
 sociais, nomeadamente junto do IRS e do SNS, esperando que tal situação seja resolvida de forma
 breve. -----

Caso tal seja aprovado, deve o mesmo ser remetido: -----

- 1 - Sr. Presidente da República. -----
- 2 - Sr. Primeiro Ministro. -----
- 3 - Sra. Ministra da Saúde. -----
- 4 - Sr. Diretor da A. R. Saúde do Centro.” -----

Colocado à votação, o **Voto de Protesto pelo facto de estarem suspensas as perícias/juntas
 médicas que permitiam aos doentes oncológicos a obtenção do atestado médico necessário para
 usufruírem de regalias sociais, apelando a que o Estado resolva brevemente a situação foi
 aprovado por unanimidade, não tendo participado na votação, por estarem ausentes do
 Auditório, os seguintes Membros Municipais: Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Pedro
 Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e
 Aldeia de Souto).** -----

--- O Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** apresentou uma **Saudação pela
 redução de 50% no valor das portagens na A23 e A25** que, a seguir, se dá como integralmente
 reproduzida: **(Doc. 11)** -----

“**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,** -----

SAUDAÇÃO -----

REDUÇÃO DE 50% NO VALOR DAS PORTAGENS NA A23 E A25 -----

Como disse o Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, aquando da discussão das
 diferentes propostas sobre portagens, de alteração ao Orçamento de Estado para 2021, as leis
 aprovadas na Assembleia da República são leis da República. -----

A lei da república aprovada que permitirá uma redução de 50% do valor das portagens nas SCUT

A23 e A25 a partir de 1 de julho de 2021 mas também as propostas de lei chumbadas de isenção de portagens nestas SCUT, foram o exemplo mais prático da democracia exercida pelos 9 partidos representados na AR. -----

A democracia ditou que uma maioria (PS+PSD+CDS) rejeitou a abolição/reposição das SCUT e por isso a luta de quem aqui vive e trabalha não pode parar por aqui. -----

A democracia ditou que uma maioria de deputados (PSD+BE+PCP+CDS-PP, com Abstenção de PAN e Votos Contra do PS) aprovou a redução para 50%, de acordo com proposta de redução progressiva defendida pela Plataforma pela Reposição das SCUT (25% em 2020 não concretizada, 50% em 2021, 75% em 2022 e Reposição em 2023, no fim da legislatura). -----

A democracia ditou ainda que uma maioria dos Legisladores aprovou que ao invés de ser já em Janeiro, com a entrada em vigor do OE, esta medida apenas venha a ser concretizada em Julho de 2021. -----

Uma batalha importante será a da concretização efetiva. Estejamos atentos para que o que foi aprovado não seja desvirtuado. O OE 2020 continha medidas que nunca chegaram a ser implementadas, como exemplos a conta corrente tributária ou as novas vacinas do plano nacional de vacinação. -----

Saudamos pois: -----

A Plataforma pela Reposição das SCUT na A23 e A25 (empresários, sindicatos e utentes) que desde a primeira hora e ao longo de uma década, de forma persistente e abnegada, trabalharam e lutaram para que este passo fosse agora possível, dando um excelente contributo ao desenvolvimento da nossa região.” -----

INTERVENÇÕES DE LÍDERES

--- O Senhor **Prof. Vítor Reis Silva (PCP)** fez a intervenção que, a seguir, se dá por integralmente reproduzida, falando sobre as **propostas do PCP para o Orçamento do Estado para 2021 e saudando os trabalhadores da Resiestrela em luta: (Doc. 12)** -----

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Exmo(s). Senhores Vereadores, -----

Exmo(s). Senhores e Senhoras - Deputados Municipais, -----

Minhas Senhoras e meus Senhores, -----

É do conhecimento público o percurso de análise e de intervenção que o PCP teve em torno do Orçamento do Estado. -----

Como sublinhámos desde o início, quer a Proposta de Orçamento, quer as opções do Governo que estão para lá do Orçamento, não correspondem às exigências que se colocam ao País. -----

A dimensão e gravidade da situação que o País enfrenta levou a que o PCP não desistisse de intervir para encontrar soluções. -----

Foi isso que fizemos. -----

O conjunto das propostas que o PCP apresentou, a serem aprovadas integralmente, teriam possibilitado encontrar nos vários domínios da vida económica, social e cultural as soluções necessárias. -----

As opções do PS não permitiram que o Orçamento acolhesse o conjunto de medidas que mais globalmente se impunham. -----

A constatação de que muitos dos problemas que marcam a vida nacional não encontram solução na versão final do Orçamento do Estado para 2021 é a consequência mais visível de um percurso de discussão marcado pelas limitações que resultam das opções do Governo e do PS. -----

Recusaram-se, a partir da convergência entre PS e PSD, medidas essenciais para assegurar mais justiça fiscal, defender o emprego, recuperar o controlo público de empresas e sectores estratégicos indispensáveis ao desenvolvimento do País, para criar uma rede pública de equipamentos sociais, em particular lares e creches, para alargar substancialmente o investimento público ou estender a todas as reformas o aumento extraordinário que se consagra para as pensões de mais baixo valor, bem como para a valorização de outras prestações sociais que continuaram a marcar passo. -----

A abolição das portagens na A23, na A24 e A25, proposta pelo PCP, só não foi possível porque o PS, em convergência com o PSD, votaram contra. -----

E foi com o voto do PCP que se aprovou a redução dos 50% nas portagens. -----

A persistência do PCP, a sua determinação em não desistir do País e a luta dos trabalhadores e das populações que nunca deixou de marcar presença, permitiram encontrar soluções com tradução concreta que sublinhamos pela expressão que podem ter na vida dos trabalhadores e do povo. ----

Por intervenção do PCP foram inscritas na versão final do Orçamento do Estado medidas como: ---

- a garantia do pagamento dos salários por inteiro a todos os trabalhadores, prevendo-se um apoio dirigido às Micro Pequenas e Médias Empresas com esse objectivo; -----

- o aumento de 10€ a partir de 1 de Janeiro, de todas as reformas e pensões até € 658 euros; -----

- o prolongamento por 6 meses do subsídio de desemprego quando o período da sua concessão termine em 2021; -----

- a concretização do suplemento de insalubridade e penosidade abrangendo também os trabalhadores do Sector Público Empresarial e o alargamento do suplemento extraordinário de risco aos trabalhadores dos restantes setores dos serviços essenciais; -----

- um conjunto significativo de medidas de reforço do SNS, com a inscrição de medidas de contratação de centenas de médicos, enfermeiros e outros profissionais, de investimentos em infraestruturas, equipamentos, meios complementares de diagnóstico, de medidas de investimento

nos Cuidados de Saúde Primários para a recuperação de consultas em atraso e contratação de médicos de família, com o reforço do regime de incentivos para zonas e especialidades carenciadas;

- a resposta a problemas das MPME com a suspensão do pagamento por conta para as MPME que o requeiram, com o fim das discriminações que têm vigorado no acesso a diversos apoios públicos face aos impactos da epidemia e o apoio à tesouraria das MPME com actividade suspensa ou em situação de crise empresarial para que possam assegurar os salários até ao máximo de 3 SMN por trabalhador; -----

- a criação de um programa de apoio ao trabalho artístico e cultural destinado à criação de condições que permitam a retoma destas actividades a par do reforço das verbas do apoio às artes;

- a contratação de 5000 auxiliares e técnicos para as escolas e de 2500 profissionais para as forças e serviços de segurança. -----

Não faltaram propostas do PCP com soluções para os problemas nacionais, o que faltou foi vontade política do PS para as acolher em toda a sua extensão. -----

A inscrição no Orçamento do conjunto de propostas do PCP que foram aprovadas não substitui as muitas outras que, apesar de terem sido rejeitadas, a realidade continua a confirmar como necessárias sem que o Orçamento as acolha. -----

O que o Orçamento do Estado para 2021 comporta e aquilo que se inscreveu na fase da especialidade por iniciativa e intervenção do PCP permite uma resposta mais efectiva aos muitos problemas que a situação já hoje coloca e abre caminho para que muitos outros não fiquem sem resposta, continuando a exigir do Governo outras opções que pode e deve tomar para lá do Orçamento, com margem para responder aos profundos e graves problemas que o País enfrenta.

Insistimos que a resposta global à grave situação económica e social que o país atravessa exige medidas a partir do Orçamento mas também para lá dele. -----

Medidas com as quais o Governo entretanto se comprometeu e que é preciso concretizar no sentido de um aumento do Salário Mínimo Nacional além daquilo que já tinha admitido e a alteração da legislação laboral relativamente às suas normas gravosas. Mas também outras medidas pelas quais o PCP se continuará a bater no sentido do aumento geral dos salários, incluindo na Administração Pública, de reforço dos serviços e do investimento públicos, de dinamização dos sectores produtivos e recuperação do controlo público de empresas e sectores estratégicos. -----

O PCP absteve-se na votação final global, garantindo que importantes propostas e soluções pelas quais se bateu e que se consagraram pela sua acção, possam ter tradução na vida dos trabalhadores e do povo. -----

Uma abstenção que marca um distanciamento face a opções e critérios que o Governo assume num Orçamento que é da sua responsabilidade mas que, ao mesmo tempo, não se confunde com a acção daqueles que tudo apostam na degradação da situação nacional para retomar projectos de agravamento da exploração e empobrecimento que a luta dos trabalhadores e do povo português derrotou. -----

Sabemos de experiência feita que não basta aprovar propostas na Assembleia da República. -----

Tão ou mais importante é a vontade política para concretizar medidas que dêem expressão à resposta que se exige. -----

Sabendo que a resposta global aos problemas nacionais só pode ganhar expressão com uma outra política, uma política alternativa patriótica e de esquerda, e sublinhando o papel insubstituível da luta dos trabalhadores e das populações na exigência de resposta aos seus problemas e aspirações, o PCP reafirma o seu compromisso com os direitos e interesses dos trabalhadores e do povo e a sua determinação em agir para os alcançar. -----

Senhor Presidente -----

Permita, ainda, -----

Saudar os trabalhadores da Resiestrela em luta porque **o futuro não pode continuar marcado por salários de miséria, pela precariedade, pela ausência de evolução profissional e por ritmos de trabalho infernais, os trabalhadores estão em greve, para exigir a valorização das carreiras, a melhoria das condições de trabalho e o aumento dos salários**". -----

Disse" -----

--- O Senhor **Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD)** fez a intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(Doc. 13)** -----

"Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã, Dr. João Casteleiro, e respetiva mesa, -----

Sr. Presidente do Município da Covilhã, Dr. Vítor Pereira respetivos membros do Executivo Municipal, -----

Membros da Assembleia Municipal, representantes das respetivas bancadas parlamentares, senhoras e senhores jornalistas, -----

Chegámos à última Assembleia Municipal do ano de 2020, num mandato de quatro (4) anos iniciado em outubro de 2017, com uma decisão clara por parte dos Covilhanenses na escolha de quem então queriam para governar a Covilhã. -----

Passados quatro anos de elevadas expetativas, estamos aqui hoje a discutir o orçamento e as grandes opções do plano de 2021, ano de eleições autárquicas num tempo radicalmente diferente daquele vivido em toda a nossa vida. -----

Que a esperança trazida pela vacina, possa ser o mote para que 2021 seja diferente. -----

Quem diria que, em janeiro de 2020, no início longínquo deste ano, iríamos passar pela mudança mais dramática do último século. -----

A nossa forma de responder perante os problemas, naturalmente, mudou. Mas todas as mudanças deveriam refletir da importância de prevermos e planearmos o nosso futuro. Não podemos responder a novos problemas com as soluções de sempre. -----

Esta crise sanitária deveria ter sido respondida de forma responsável, séria e direta. O PSD soube estar à altura dos seus pergaminhos e das suas responsabilidades, alertando quando deveria ter

alertado, respondendo quando deveria ter respondido, avisando quando deveria ter avisado. Quem o povo elege para ser oposição, terá de fazer a oposição certa para as lideranças se envolver e cumprirem as responsabilidades que a população lhes deu. -----

E que responsabilidades foram dadas a quem venceu as eleições de 2017, em outubro de 2017. Com uma maioria absoluta não existem subterfúgios para nos escondermos dos resultados da governação deste ciclo político. Nos últimos três anos, o Partido Socialista governou a seu bel-prazer o Município da Covilhã, decidindo conforme entendia melhor, sem perceber, por vezes, que a força da democracia está na humildade de quem sabe ganhar, ouvindo todos aqueles a quem foi conferido o direito de opinar. -----

A democracia é escrutinada e precisa de ser escrutinada, sob risco de se perder. -----

Hoje temos freguesias abandonadas à sua sorte, associações abandonadas, uma cidade abandonada, um concelho sem competitividade empresarial, com síndrome de falta de liderança, a sentir a estranheza do cheiro de fim de ciclo, sobretudo depois da expressão da vontade popular de há 3 anos, num momento ímpar da nossa história enquanto concelho e enquanto cidade. -----

Uma cidade e um concelho que, por alguma razão, não consegue realizar a totalidade do potencial que tem. -----

Alguém se lembra durante os últimos sete anos destes cento e cinquenta anos de uma verdadeira reforma de concelho? De uma obra estruturante, alteradora de paradigmas instituídos? -----

Sinto eu e sentimos todos que quem governa não corresponde às expectativas que os covilhanenses deles esperavam e de um Concelho que se perde em si próprio, ultrapassado pelos concelhos à esquerda e à direita. -----

Sobretudo num tempo em que necessitamos cada vez mais de lideranças fortes, suportadas por equipas de qualidade. Com caminho e estratégia clara e desafiante. Somos o maior concelho da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. Porque razão não poderemos exigir a liderança do desenvolvimento da nossa comunidade? -----

A Covilhã não pode, nem deve continuar a ser uma promessa adiada de desenvolvimento. Este é o tempo da concretização. -----

Neste virar de Década, é preciso voltar a fazer apostas e definirmos o futuro, o nosso futuro. -----

Sobretudo num tempo próximo à tomada de decisões.” -----

--- O Senhor **João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** fez uma **crítica à publicação enviada aos Covilhanenses** “que é a súmula do trabalho do Partido Socialista nos últimos 7 anos. -----

Numa altura em que se esperava que se anunciassem coisas novas, diferentes e necessárias para o concelho, levamos com o que é as obras requestradas de há 7 anos que andam sucessivamente a ser prometidas, que vão acabar no ano a seguir e que não é este ano que acabam! -----

Isto é o espelho e a cara deste Partido Socialista. É dinheiro deitado fora nalgo que toda a gente já sabe porque não há nada de novo aqui. -----

É, de facto, triste que a Câmara se dedique a gastar dinheiro, supostamente com 20 mil exemplares, nesta publicação ao mesmo tempo e na mesma semana em que as associações, a cidadania Covilhã se põe ao dispor de quem precisa neste concelho, conjuntamente com várias entidades envolvidas (Cruz Vermelha, Refood, Conferências de São Vicente de Paulo, ...) que conseguiram servir mais de mil refeições às pessoas necessitadas deste concelho e a Câmara da Covilhã tem a “lata” de gastar dinheiro numa comunicação deste género e tem a desvergonha de anunciar que a Câmara da Covilhã conseguiu servir 200 refeições às pessoas necessitadas do concelho conjuntamente com as juntas de freguesia e com as IPSS’s. -----

É vergonhoso que uma câmara municipal se preste a este papel porque, de facto, quem tem capacidade de fazer isto tem capacidade para fazer tudo! É preciso meter a mão na consciência desta gente porque esta gente não sabe o que é que anda a fazer. Anda a deitar dinheiro fora sem nenhum tipo de proveito para a cidadania deste concelho e é preciso que a Câmara da Covilhã tenha a consciência que não é assim que se governa um concelho. -----

A Covilhã merece efetivamente melhor.” -----

--- O Senhor **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)** abordou vários **temas a nível nacional e local**, intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(Doc.14)** -----

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmos. Membros da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

Exmos Senhores Vereadores da Câmara Municipal. -----

Exmos. Deputados Municipais. -----

Meus Senhores e Minhas Senhoras. -----

Desde a última vez que estivemos reunidos nesta Assembleia Municipal ocorreram factos / acontecimentos que mereceram da nossa parte a adequada verificação e comentário. -----

Em termos nacionais, vários acontecimentos sucederam. -----

Podíamos comentar a questão da geringonça, que permitiu e apesar da rotura com parte das suas forças apoiantes (Bloco de Esquerda) – a aprovação do Orçamento do Estado. -----

Podíamos comentar o facto de uma vez mais o Orçamento ter sido aprovado e uma vez mais as forças políticas permitiram a sua aprovação, neste caso a CDU, não terem condicionado o seu voto com a abolição das portagens, nomeadamente na A25 e A23. -----

Podíamos comentar o facto de o SNS com um governo de esquerda e com o apoio de forças políticas de esquerda, continuar com as suas fragilidades e carências, mau grado todo o trabalho e dedicação de todos aqueles que aí exercem a sua atividade, dando o seu melhor com os meios que dispõem. -----

Podíamos comentar as questões da herdade Torre Bela na Azambuja, depois de ter sido autorizada na herdade uma zona de Caça Turística sem limitações quanto ao número de espécies cinegéticas a abater, em plena pandemia veio a ser autorizada a instalação de uma mega central solar fotovoltaica espanhola, pelo que foi iniciado o abate e arranque de árvores com espécies protegidas

numa área aproximada a 750 hectares e de animais, pois conforme um responsável informou, neste tipo de central não é possível a existência de animais de grande porte ... para além dos facilitismos criados pelas instâncias governamentais com responsabilidade no ambiente na aprovação do aeroporto do Montijo ... tudo isto, precisamente do governo que criou ou tem criado tantos entraves à construção de uma barragem na Covilhã. -----

Podíamos comentar a ausência de medidas e reformas estratégicas preconizada pelo governo que são indispensáveis para fazer face ao presente tendo em vista o seu futuro. -----

Podíamos comentar o aumento da taxa de desemprego em Portugal com as nefastas consequências daí decorrentes. -----

Contudo, entendemos que pela importância e consequências a situação pandémica relacionada com o COVID 19 merece a nossa melhor atenção, pois verificamos que neste caso, foram cometidos pelo governo erros com consequências nefastas para o nosso país, dos quais se realça a falta de programação e coordenação de atividades e medidas tendo em vista um adequado combate ao surto epidemiológico, certo que, tal realidade – COVID 19 – tem importado dor e sofrimento às populações – quer em termos pessoais – doenças / falecimento de entes queridos, quer em termos sociais e profissionais – desemprego / encerramento de empresas/estabelecimentos, pelo que, não há qualquer dúvida que o COVID 19 constitui o grande acontecimento de 2020, pelos danos causados e pelas consequências que vai deixar para as pessoas, para a economia e para o país. ---

Em termos locais, podíamos tecer vários comentários, em várias questões nomeadamente as relacionadas com a ausência de uma estratégia que dinamize o concelho ou a não concretização de promessas amplamente divulgadas, como é o caso das ciclovias. Contudo e pela sua importância e numa época em que se apela à solidariedade e à partilha, não podíamos deixar de salientar e saudar a atividade desenvolvida pelas Associações de cariz social sediadas no nosso concelho, as quais têm permitido dar afetos a quem mais precisa, minorar dor a quem sofre, alimentar quem tem fome, roupa a quem tem frio, esperança a quem só vê penumbra, e recentemente guarida a quem foge da guerra e das suas atrocidades, algumas sentidas na “própria pele”, atividade esta realizada através de todos aqueles que aí trabalham bem como de outros, os voluntários, que de forma altruísta e anónima e sem as luzes da ribalta, dão durante todo o ano o seu melhor. -----

Numa época e num mundo que se cometem tantas atrocidades, nem sempre evitadas e combatidas por força de interesses políticos e económicos, numa época e num mundo dominado pelas consequências nefasta do maldito vírus, diremos que, aqui no concelho da Covilhã, tantas vezes esquecido e ostracizado por governantes e políticos centralistas, há instituições, há pessoas que durante todo o ano, fazem dos outros a sua causa, o seu combate, a sua ação, situação esta que nos enche de orgulho e satisfação e nos permite dizer o nosso BEM-HAJAM. -----

Covilhã 29/12/2020 -----

O Grupo Parlamentar -----

“De Novo Covilhã” -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS), após cumprimentar todos os presentes,

iniciou a sua intervenção destacando “a excecionalidade e imprevisibilidade do ano que agora termina”, que se transcreve: **(Doc.15)**. -----

“Senhor Presidente da Assembleia e destinta Mesa, -----
Senhor Presidente da Câmara e ilustre Vereação, -----
Senhor Provedor do Município, -----
Senhoras e Senhores Deputados, -----
Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia, -----
Comunicação Social, -----

Minhas Senhoras e Meus Senhores, -----
Nesta última sessão de 2020, quero destacar a excecionalidade e imprevisibilidade do ano que agora termina. -----

Mas que ano! -----
Quero por isso começar por desejar a todas e a todos a continuação de Boas Festas e que o ano de 2021 nos mantenha com saúde e força para continuarmos a lutar pelas nossas terras, pelas nossas gentes e pelas nossas convicções. -----

Quero neste período de intervenção dos líderes de Bancada e sem prejuízo de próximas intervenções que a bancada do PS fará sobre o assunto, destacar e louvar a resposta de todas e todos aqueles que desde o início nos têm ajudado e permitido dar resposta a uma situação pandémica e de emergência de saúde pública, completamente nova e inesperada, com um resultado que até agora nos orgulha. -----

Independentemente das falhas e erros verificados à posteriori, a verdade é que Portugal inteiro se uniu com sucesso para combater este vírus e dar respostas à emergência social. -----

Dos profissionais de saúde, às forças de segurança e socorro. Dos trabalhadores dos serviços essenciais à vasta rede de IPSS's e apoio social passando pelos agentes políticos e pelos vários setores da economia e serviços que quase do dia para a noite se adaptaram às circunstâncias. ----

Todos têm dado o seu melhor para, com as condições que existem e com o conhecimento que se tem, ajudar as populações a protegerem-se do vírus e a combater a doença. -----

A eles, a minha gratidão e a minha homenagem. -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

Quero também assinalar a aprovação do Orçamento do Estado para 2020 e da sua importância decisiva e determinante para capacitar Portugal para responder à pandemia e à crise social e económica que se avizinha. -----

Não posso portanto deixar de saudar o Governo, a Assembleia da República e as forças políticas que permitiram a viabilização deste Orçamento, nomeadamente o voto favorável do PS e as abstenções do PCP, PEV, PAN e das deputadas não inscritas Cristina Rodrigues e Joacine Katar Moreira, que assumindo uma postura responsável e de Estado - condicente com as expetativas do país a braços com uma pandemia - viabilizaram este orçamento que combate a pandemia, apoia as pessoas, as famílias e as empresas. -----

A Direita, que legitimamente discorda por princípio ideológico das linhas orientadoras de um orçamento de esquerda, votou contra. -----

Mas a surpresa – ou nem tanto - acabou por ser o Bloco de Esquerda ao votar contra o Orçamento do Estado para 2021 - ao lado da Direita - com base numa estratégia e num tacticismo político partidário que atirou “às malvas” os interesses do país. -----

Por vontade do Bloco de Esquerda, Portugal ficaria no meio desta pandemia e em fase de aplicação dos fundos comunitários, a ser Governado em regime de duodécimos com tudo o que isso representa. Está tudo dito e os Portugueses tiram as suas conclusões. -----

Tivemos depois a normalização do CHEGA pelo PSD com o acordo de Governação nos Açores. ----

Que fique claro o meu respeito pelos eleitores do CHEGA. Eles têm todo o direito de votar em quem entendam e da forma que entendam. -----

Não me peçam é condescendência com partidos e dirigentes partidários que incitam à xenofobia, ao racismo, à desinformação e ao discurso de ódio. -----

Que apela aos sentimentos mais mesquinhos do Ser Humano e assume abertamente como principal objetivo destruir e enterrar a Constituição Portuguesa e fundar, como dizem, a IV República. -----

Isso não me peçam. -----

Denunciarei e combaterei sempre e em todo o lado, por argumentos e factos, o perigo dessas ideias e o retrocesso humano e civilizacional que elas representam. -----

A história ensina-nos que as democracias liberais têm uma inexorável tendência para se suicidarem. Que ela nos sirva de lição. -----

Aconteceu assim no início do século XX com os resultados que se conhecem e é obrigação de qualquer democrata, amante da liberdade e dos Direitos Humanos, combater estes fenómenos populistas e instigam e aproveitam os medos mais primários do Ser Humano e os tempos de incerteza que atravessamos para chegar ao poder e aplicar os seus programas. -----

A história ensina-nos como acabam. Sempre. -----

Caras e Caros Deputados Municipais, -----

Falando agora de questões mais locais, quero abordar a prevista redução de 50% do valor das portagens na A23 e A25 no próximo ano. -----

Quero dizer muito claramente que saudando o desconto que é significativo, ele não é suficiente. --

Pretendo a respeito deste assunto e se o Senhor Presidente me permitir, ler um pequeno texto de uma Moção que gostaria de colocar à consideração da Assembleia. -----

Dar também nota, e para terminar, que certamente nenhum de nós esperava quando se iniciou este ano que os 150 anos da elevação da Covilhã a cidade se celebrassem desta forma. -----

Com uma restrita cerimónia solene adiada por motivos conhecidos, não quero deixar de dar os parabéns à Covilhã e aos Covilhanenses e destacar alguns eventos celebrativos e evocativos - que apesar das limitações pandémicas – se foram realizando. -----

Não querendo ser maçador com uma descrição exaustiva de todas as iniciativas, não queria deixar de realçar, pela sua relevância e simbolismo algumas que na minha opinião são mais impactantes e representativas de todas as outras. -----

Quero destacar a conferência que se realizou neste mesmo Auditório onde hoje nos reunimos, em início de Outubro, e sob o tema “A Covilhã do Trabalho”, com apresentação de documentos académicos e a brilhante intervenção dos diversos Oradores relembrando a relevância e ancestralidade das lutas laborais na Covilhã e o seu impacto em todo o país. -----

Mas tivemos também exposições e peças de teatro, destacando entre outras, a exposição «Expressões da Cidade», por pintores covilhanenses e que decorre na sala de exposições da Tinturaria ou a apresentação da obra “A Lã e a Neve” no Condomínio Associativo da Covilhã, pela companhia covilhanense ASTA. -----

E não podia terminar este assunto sem dar destaque ao lançamento, entre outros, do livro «Expressões da Cidade», com obras de vários pintores covilhanenses e os livros da autoria do Professor António dos Santos Pereira - destinto e reconhecido historiador da nossa praça - sobre a história da nossa terra e das nossas gentes. -----

Falo obviamente do livro «Sobral de São Miguel | Vertentes do Património e da Comunidade Aldeã, na Asa da Estrela, a Meio de Portugal» distinguido com o prémio da Academia Portuguesa de História, e do livro “A Covilhã Antiga e o seu Património” obra de grande alcance e profundidade sobre as origens e a história da nossa terra e dos nossos antepassados e que será complementado em breve com um 2º volume sobre a história recente. -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

Por economia de tempo não é viável prosseguir exaustivamente o destaque das iniciativas mas termino dizendo que pese embora a situação pandémica, o Município conseguiu adaptar-se e celebrar com honra e dignidade uma importante data, redonda e simbólica, para a nossa comunidade. -----

Parabéns à Covilhã! Parabéns a todas e a todos aos covilhanenses, de nascença ou adoção! ----- Disse.” -----

INTERVENÇÕES

--- A Senhora **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(Doc. 16)** -----

“O ano de 2020 foi um ano que ficará para sempre gravado na nossa memória, o ano em que o vírus covid 19 veio alterar o nosso quotidiano de uma forma radical. -----

2020 ficará na memória dos nossos filhos, pela telescola e aulas à distância, longe dos professores, amigos e familiares, e na memória dos nossos idosos, pelo seu isolamento nos lares, longe dos seus entes queridos e dos seus afetos. -----

2020 veio criar a necessidade de um distanciamento social, que impede os beijos e abraços de familiares e amigos, veio alterar a forma como nos relacionamos com os outros, como comunicamos, veio esconder atrás das máscaras as nossas expressões e sorrisos, veio massificar o teletrabalho, ou as teleconferências e veio exponenciar as compras online. -----

2020 veio travar e recuar a tendência de crescimento económico em Portugal, veio gerar desemprego em diversos setores e acrescer dificuldades económicas e sociais a milhares de famílias. -----

Perante estas alterações e dificuldades introduzidas no decorrer deste ano, que agora se aproxima

do fim, colocaram-se também novos desafios à atividade municipal, que teve também a necessidade de recriar parte da sua atividade. -----

Em 2020, mais do que nos outros anos, foi fundamental existir um bom relacionamento institucional e colaborativo, com outras instituições na área da saúde, autoridade de saúde local, Centro Hospitalar Cova da Beira e laboratório de análise da UBI, que permitiu um combate célere e coordenado à pandemia, nomeadamente na instalação do COVI-DRIVE. Foi também fundamental a boa articulação com os municípios vizinhos, Fundão e Belmonte, que permitiu uniformizar a resposta municipal de combate ao vírus e agilizar-se a aquisição de EPI's, numa altura em que a oferta era escassa de modo a serem distribuídos pelas IPSS's e Forças de Segurança e Socorro. Por último, foi fundamental a boa articulação e colaboração do município, da proteção civil municipal, junto das juntas de freguesia, IPSS, Agrupamentos de Escolas, forças policiais, bombeiros voluntários, Cruz Vermelha, entre outras. -----

Neste balanço de final de ano, é importante referir que, apesar de todas as limitações que o vírus da COVID 19 veio trazer em 2020, a atividade municipal não parou. O município esteve atento à conjuntura social e económica do concelho, tendo lançado medidas que tentaram atenuar os efeitos negativos da pandemia. -----

Foram reforçados e dinamizados os apoios sociais a quem mais precisa, através da Plataforma Mais Concelhia, em articulação com diversas parcerias existentes na distribuição de bens alimentares e distribuição de vales solidários a famílias carenciadas. -----

E, em termos de estímulo económico local, foram isentadas taxas municipais, de estacionamento, de licenciamento de publicidade e esplanadas, entre outras, bem como foram criadas sinergias com a associação empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor, no sentido de fomentar a procura e o consumo no comércio local. Nessa perspetiva foi importante a conservação das tradicionais iluminações de natal e mercadinho de natal, bem como todas as animações associadas ao Natal com Arte. -----

Em tempo de pandemia, quer on-line ou através de marcação foi possível aceder a vários concertos e espetáculos promovidos ou apoiados pela Câmara Municipal, no decorrer do ano. -----

Apesar das limitações de 2020, o Município conseguiu continuar a desenvolver o trabalho de valorização do nosso património cultural e identitário, através da candidatura da Feira de S. Tiago às 7 Maravilhas da cultura popular portuguesa, ou através da candidatura da Covilhã a Cidade Criativa da UNESCO, na vertente de Design. -----

Apesar das limitações de 2020, o Município conseguiu receber e participar na organização de provas desportivas de referência nacional, tal como a Rampa Serra da Estrela e a Volta a Portugal em bicicleta. -----

O setor do turismo continuou a ser uma aposta deste executivo em 2020, tendo sido inaugurado o miradouro da Varanda dos Carqueijais, enquadrado numa rede de miradouros, do Covão, da Nave de Sto António e Alto dos Livros, obras previstas com o intuito de potenciar-se o turismo natureza. Ainda ao nível do turismo, este executivo apostou ainda em 2020 no projeto supramunicipal, para a criação da Rota do Volfrâmio e do Estanho – História e Memória das Comunidades Mineiras”, um investimento de quase um milhão de euros, e que contribuirá para a

promoção cultural e turística das aldeias mineiras dos concelhos da Covilhã e Fundão. Apesar de algumas quebras de procura no setor do turismo, as empresas de hotelaria e restauração tem-se vindo a adaptar à conjuntura atual e desenvolver ofertas adaptadas à procura. -----

Apesar das limitações de 2020, e embora fosse necessário um reajustamento para a sua execução, o Município continuou as obras em curso, a reabilitação urbana, no centro histórico da cidade é visível: -----

A obra do Centro de Inclusão Social, orçada em 780 mil euros, encontra-se finalizada e com os serviços de ação social, da saúde, da educação e da cultura já em funcionamento nestas novas instalações. -----

Enquanto que as obras do Centro de Incubação e Apoio ao Empreendedorismo da Covilhã, Centro de Inovação Cultural, Museu da Cidade e Pátio dos Escuteiros encontram-se em fase final de execução. O concelho da Covilhã é aquele que na beira interior, mais fundos assegurou pelo programa centro 2020, com um total de 37,3 milhões de euros, de acordo com os dados da CCDR centro. Estes dados colocam a Covilhã em 7º lugar na região centro, à frente de Castelo Branco em 10º, Guarda em 15º e Fundão em 25º. -----

Por outro lado, em termos de investimento privado, dados divulgados pela estrutura de gestão do instrumento financeiro para a reabilitação urbana – IFRRU 2020 – colocam o Município da Covilhã em 14º lugar, com candidaturas aprovadas que ultrapassam os 10 milhões de investimento, colocando a Covilhã num lugar de destaque, liderando o maior volume de investimento em curso no interior do país. -----

Para quem apregoa que a Covilhã está parada e que outros municípios, com quem se gostam de comparar, são melhores, os dados de entidades oficiais comprovam o contrário, a Covilhã lidera o investimento público e privado na região. -----

Os desafios foram muitos em 2020 e o Município da Covilhã esteve à altura na gestão das suas responsabilidades. Com o início da vacinação para 2021, a esperança renasce, de que tudo volte à normalidade, que a Covilhã continue a modernizar-se e a aumentar a sua atratividade, e possamos voltar a esta assembleia sem máscaras e distanciamento. -----

Em jeito de Votos para 2021, faço votos que este executivo conclua todos os projetos que tem em curso, pois contribuirão para uma Covilhã mais atrativa, mais forte, mais competitiva, e consolidem a sua liderança na região.” -----

--- O Senhor **Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD)** procedeu à leitura da **Moção de Congratulação pela aprovação da proposta de alteração orçamental na Assembleia da República – pelo PSD, CDS-PP, BE e PCP – com o objetivo da eliminação das portagens na A23.** -----

- O Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** esclareceu que “a redução do valor das portagens na A23 e A25 não vai entrar em vigor no dia 01 de janeiro.” Esclareceu ainda como tinham sido feitas as votações quanto ao assunto na Assembleia da República. -----

“Não vale a pena andarmos aqui a puxar louros de uns e outros. Se essa seria a vontade do PSD

até a eliminação das portagens, teve uma oportunidade ímpar de votar a proposta tanto do PCP como PEV, em sede de Comissão de Orçamento e Finanças que diziam “abolição das portagens”. Não faz qualquer sentido o PSD vir colocar isso quando teve a oportunidade de ter votado nos 50% e na abolição e não o fez.” -----

Sugeriu que fosse considerada, para votação, a parte final da moção apresentada, tendo o Membro Municipal subscritor da presente moção concordado. -----

A Moção de Congratulação pela aprovação da proposta de alteração orçamental na Assembleia da República – pelo PSD, CDS-PP, BE e PCP – com o objetivo da eliminação das portagens na A23 ficou com o seguinte texto: -----

“Considerando que a redução e posterior eliminação das portagens na A23 é uma antiga e legítima aspiração de toda a população, mostrando-se as mesmas como um importante fator de condicionamento do desenvolvimento económico e social do nosso concelho e de todo o interior, a Assembleia Municipal da Covilhã congratula-se com a aprovação na Assembleia da República – pelo PSD, CDS-PP, BE e PCP – da proposta de alteração orçamental apresentada com esse objetivo, acrescentando ter a convicção de que, as legítimas aspirações do distrito em matéria de igualdade e coesão territorial, só estarão cabalmente cumpridas quando, entre outros objetivos, for concretizada a abolição integral das portagens para todos os residentes e para as empresas aqui sediadas.” -----

Colocada à votação, a **Moção de Congratulação pela aprovação da proposta de alteração orçamental na Assembleia da República – pelo PSD, CDS-PP, BE e PCP – com o objetivo da eliminação das portagens na A23 foi aprovada por maioria, com 37 votos a favor (PS, DNCCP, CDS-PP, PSD, PCP E IND) e 2 votos contra (Dr. José Paulo Pina Simão e Arq.º João José Augusto Quelhas Gaspar, ambos do PS).** -----

Não participaram na votação desta Moção, por estarem ausentes do Auditório, os seguintes Membros Municipais: Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto:** -----

- **Dr. José Paulo Pina Simão (PS):** “O meu voto contra sustenta-se em dois pontos. -----

1.º O facto desta proposta, desta decisão ou desta Lei não ter resultado de uma votação final global do Partido Social Democrata. Foi sustentada nos votos do Partido Socialista e na abstenção do PCP; -----

2.º Fazendo bem as contas, olhando bem para a Lei e sabendo como deve ser aplicada esta redução, não estou convencido que esta decisão seja a melhor para a Covilhã. -----

O Governo de António Guterres cedeu a concessão das chamadas SCUT’s sem custos para o utilizador. O Governo de Passos Coelho (19.º Governo Constitucional) tinha no seu programa,

decidiu reverter esta decisão e implementar as portagens nas SCUT's. -----

Esta medida está incluída no Orçamento do Estado para 2021, portanto vale para 2021 e só em 6 meses de 2021 é que há uma redução de 50%. -----

O Governo de António Costa decidiu a redução de 25% da taxa das portagens para todo o ano de 2021. -----

Mais. Esta medida só é aplicada no 2.º semestre do ano de 2021. Qual é que é a época alta do turismo na Covilhã e na Serra da Estrela? De janeiro até abril. Redução nas portagens nestes meses? Zero; qual é a época alta no Algarve? Junho a setembro. Redução nas portagens neste período? 50%. -----

Transportes de mercadorias – 35% no período diurno e 55% no período noturno em todo o ano de 2021. Proposta do PSD: 50% no 2.º semestre. -----

Portanto, fazendo bem as contas, há de se concluir que a proposta de decisão do Conselho de Ministros é mais vantajosa para os covilhanenses do que a proposta que veio a ser decidida no Orçamento do Estado, daí a minha votação contra a esta moção.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Votámos favoravelmente retirados os considerandos. O PSD teve, de facto, oportunidade na Assembleia da República de votar favoravelmente (e votou contra) aquilo que hoje propõe na Assembleia Municipal. Podia ter votado a proposta do PCP ou a proposta do PEV. Não teríamos 50% de desconto a partir de julho se não fosse também aquilo que foi também o papel do PCP com a flexibilidade que teve ao os outros partidos não votarem favoravelmente a proposta dele e ter votado estes 50% na proposta do PSD, como o CDS que deixou cair também o princípio do utilizador-pagador e que votou favoravelmente. -----

O Senhor Deputado Pina Simão confundiu tudo. A plataforma pelas portagens reuniu com todos os grupos parlamentares e fazendo contas a quatro viagens (6 pessoas/2 carros) 14,75 € X 2 dava 29,50 € e X 4 dava 118 € a somar 6,35 € da portagem da A1 (2X4) dava 50,80 €. Desses 2 carros dava 337,60 € e, com a proposta dos 25%, em qualquer mês o desconto era zero (era a partir da 8.ª viagem), o que significa que muita gente não ia ter a oportunidade de ter esse desconto. -----

O que importa ressaltar aqui é o progresso que se conseguiu com a luta das populações, da plataforma, dos empresários, dos sindicatos, dos utentes e das forças partidárias que nunca abandonaram esta luta. -----

O Senhor Deputado também se esqueceu do PEC 4, da suposta exigência do PSD para aprovar do PEC 4 para lá meter as portagens e que Sócrates acabou por meter. -----

Não vale a pena fazermos histórias. O que vale a pena é estarmos atentos no próximo ano (Orçamento do Estado para 2021) e que esta medida seja efetivamente implementada porque é um reforço importante para o desenvolvimento da nossa região.” -----

--- O Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** fez a seguinte intervenção: -----

“A melhor definição do **estado da Covilhã** é seguramente aquilo que aconteceu na Rua Afonso Domingues no centro da cidade, onde havia um problema no pavimento há anos. Um problema de segurança e a única atuação e preocupação que a Câmara teve foi pôr uns “postes” e umas “fitinhas” da proteção civil, fazer de conta que estava tudo bem, até que cai! -----

Isto é aquilo que esta Câmara faz pela Covilhã! É o melhor exemplo do que esta Câmara faz pela Covilhã! Não faz nada do que é essencial; não previne; não acautela; não faz aquilo que lhe compete. -----

Felizmente não houve nenhuns danos pessoais nesta matéria, mas a situação é gravíssima. -----

É preciso que esta Assembleia diga e tenha a consciência que a incúria e a incompetência desta Câmara são gritantes. Não basta pedir desculpas ou então calar-se. Temos que atuar; temos que prevenir; temos que definir estratégias e isso esta Câmara nunca o soube fazer. A palavra “estratégia” continua ausente de qualquer documento camarário. -----

Já é a altura, de facto, que esta maioria socialista tenha, pelo menos, a decência de deixar de se governar e começar a governar a Covilhã que foi para isso que foram eleitos! -----

O segundo ponto que acho importante tem a ver com o **Covid nas escolas** e como esta Câmara ignora a comunidade escolar nos casos Covid nas escolas. -----

Toda a gente fala que está tudo bem nas escolas, mas certo e verdade é que ninguém fala nas escolas, ninguém sabe de nada. A única coisa que sabemos do Covid nas escolas é quando os nossos filhos nos dizem “olha aquele aluno desapareceu – deixou de ir à escola”. Ninguém é avisado. -----

Não há uma estratégia. Não há um plano de prevenção. -----

Tive o cuidado de ler as referências dos Planos de Desconfinamento da Câmara Municipal e curiosamente as escolas não vêm lá! As únicas referências académicas e escolares que existem é que não há festas académicas! Dizer que o último despacho sobre o desconfinamento foi aprovado no dia 09 de dezembro e ainda não está disponível no site da Câmara Municipal. -----

Continuamos sem saber, e ninguém sabe, apesar dos Senhores serem responsáveis pelas escolas deste concelho, quantos casos Covid foram detetados nas escolas; quantos testes foram realizados a alunos, auxiliares e professores; quantas crianças ou jovens têm a necessidade de máscara (foram distribuídas no início do ano escolar e nunca mais foram distribuídas). -----

Temos que ter consciência que há a preocupação agora de reciclar as máscaras, mas há a preocupação em distribuir máscaras? Não! -----

Temos que ter consciência, neste momento, que o ano que avizinha, e Deus queira que a nível de saúde seja muito melhor, infelizmente a nível socioeconómico vai ser muito pior. Estamos já a sofrer essas consequências. -----

Alguém se perguntou na Câmara Municipal se as famílias que, neste momento, já têm perdas de rendimento se precisam de uma ajuda suplementar nesta matéria de máscaras, álcool-gel ou de gel desinfetante? -----

É preciso termos consciência que o silêncio que impera nesta matéria na Câmara Municipal da Covilhã não pode perdurar porque senão estamos a correr um risco de sermos inconscientes perante estes riscos. -----

A Covilhã já está há demasiado tempo na lista dos concelhos de risco elevado.” -----

--- O Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** apresentou uma **Moção a propor a implementação, em 2021, dos passes intermodais de 30€ no concelho e de 40€ inter concelho, mantendo a redução de 50% aos utentes do Cartão Social Municipal** que, a seguir, se reproduz: **(Doc. 17)** -----

“Enquanto autoridade de transportes, por delegação de competências dos Municípios, tem a CIMBSE a responsabilidade do bom ou mau funcionamento dos transportes concessionados e a responsabilidade do seu acompanhamento e fiscalização. -----

A pandemia e a situação em que vivemos, de retoma da atividade económica, não se compagina com a manutenção das carreiras existentes. -----

Por outro lado, as normas de distanciamento físico, e a redução do número de passageiros, deverá implicar um reforço de veículos adequando o seu número às necessidades. -----

Não entendemos a mudança de medida no âmbito do PART (DL nº 1-A/2020, de 3 de Janeiro) provocando um acréscimo de 40% no valor do passe praticado na região para os trabalhadores e de 60% para reformados (mais de 65 anos) e jovens com menos de 23 anos, a partir do dia 1 de Setembro. -----

Em vez do aprofundamento/aumento da redução tarifária a todos os utilizadores (alínea a), do nº 1, do artigo 3º do DL atrás referido), a CIM recuou, face à medida anterior, e implementou a medida mais minimalista, a redução de 50% a pessoas carenciadas. -----

Também não se entende o argumento quanto à utilização das verbas do PART no financiamento dos serviços essenciais, ou seja, financiamento das empresas, em vez do financiamento dos utentes. -----

Foi uma medida injusta, inadequada, que retirou direitos, que acentuou assimetrias territoriais, que empobreceu e que penalizou a população. -----

Levando em conta o reforço da verba no OE para 2021 para o PART -----

Levando em conta a necessidade das populações demonstrada em ações públicas e abaixo assinados -----

Levando em conta a intervenção e protesto de eleitos autárquicos de diversas forças políticas -----

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em 29 de Dezembro de 2020, decide propor à CIMBSE a implementação, em 2021, dos passes intermodais de 30 € no Concelho e de 40 € inter concelho, à semelhança do que é praticado nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, mantendo-se os 50% de redução aos utentes com Cartão Social Municipal, nos municípios onde já hoje se verifica.” -----

Colocada à votação, a *Moção a propor a implementação, em 2021, dos passes intermodais de 30€ no concelho e de 40€ inter concelho, mantendo a redução de 50% aos utentes do Cartão Social Municipal foi aprovada por unanimidade.* -----

***Não participaram na votação desta Moção, por estarem ausentes do Auditório, os seguintes Membros Municipais: Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD), Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Dra. Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos) e Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso).* -----**

Foram feitas as seguintes **Declarações de Voto**: -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**: “O Partido Socialista votou favoravelmente esta Moção porque na sua essência concorda e relembrar que nesta Assembleia em setembro aprovámos uma Moção sobre transportes e rede pública de transportes, apresentada pelo Partido Socialista, onde recomendaria exatamente isto não só à CIMBSE, mas também ao Governo. Isto é, esta Assembleia já exigiu tanto à CIMBSE como ao Governo da República que se implemente uma rede de transportes públicos em todo o território, desde logo no nosso, e que essa rede de transportes públicos tenha um serviço cujo o custo seja equivalente ou equiparado ao das áreas metropolitanas. -----

Portanto é com gosto que o Partido Socialista, por maioria de razão que apresentou em setembro, se associe favoravelmente a esta Moção.” -----

- **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)**: “Votámos a favor, como não podia deixar de ser, e até estamos de acordo com aquilo que disse o Senhor Deputado Hélio. -----

Um país não pode ter dois pesos e duas medidas. Quando vemos um país a gastar o que gasta para financiar uma empresa como a TAP, quem vai pagar isso? Somos todos nós. -----

Neste caso concreto e estamos a falar do Interior, esta rede de transportes pública essencial e justa deve ser implementada porque este país não pode ter o do lado do Litoral de uma forma e o do lado do Interior de outra forma. -----

Sabemos os preços dos passes em Lisboa e aqueles que se praticam aqui na nossa zona. Isto tem que acabar definitivamente: dois pesos e duas medidas. -----

É importante e devemos saudar que, nestas questões, a Assembleia está unida em prol da defesa dos cidadãos do concelho da Covilhã.” -----

--- O Senhor **Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (PCP)**, após cumprimentar todos os presentes, referiu ter duas moções para apresentar (**Moção “Não ao aumento da Taxa de Gestão de Resíduos” e “Suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade”**) que passou a ler e se dão como integralmente reproduzidas: (**Docs. 18 e 19 respetivamente**) -----

“Moção -----

Não ao aumento da Taxa de Gestão de Resíduos -----

No passado dia 17 de Setembro, o Conselho de Ministros aprovou, sendo publicado o Decreto-Lei n.º 92/2020, de 23 de Outubro, o aumento do valor da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) de 11 para 22 euros para tonelada, a partir de Janeiro de 2021. -----

Esta decisão, tomada sem ouvir a Associação Nacional de Municípios Portugueses, cuja auscultação é obrigatória, é completamente inoportuna e inaceitável. -----

É inoportuna porque, quando os municípios, as populações e as empresas já enfrentam tremendas dificuldades e o brutal acréscimo de despesas provocadas pela pandemia, este aumento significa sobrecarregar ainda mais os parques orçamentos e o consequente agravamento dos problemas económicos e sociais. -----

É inaceitável porque estamos a falar de um aumento para o dobro de uma taxa que, de facto, é um imposto encapotado cobrado pelos municípios através da “factura da água” que entregam, depois, a receita ao Estado.” -----

A duplicação do valor da TGR terá impactos profundamente negativos sobre as autarquias e por sua vez sobre as populações. Esta decisão terá repercussões na facturação, penalizando as populações. -----

O valor da TGR já tinha duplicado entre 2015 e 2020, passando de 5,5 euros por tonelada para 11 euros por tonelada. -----

A intenção do Governo é ir ainda mais longe. O regime geral de resíduos que está em discussão pública, apresenta como objectivo o aumento da TGR em 2021 para 22 euros por tonelada, em 2022 para 25 euros, em 2023 para 28 euros, para 2024 para 34 euros e para 2025 para 40 euros.

Entre 2020 e 2025, o Governo pretende aplicar um aumento de 263,6% no valor da TGR. -----

Importa ainda referir que o produto resultante da cobrança da taxa de gestão de resíduos, na sua esmagadora maioria, constitui receita da Agência Portuguesa do Ambiente, desconhecendo-se a sua aplicação. -----

A receita proveniente da TGR não tem sido utilizada para qualquer investimento em soluções que assegurem maior qualidade e racionalidade na gestão de resíduos. -----

Na prática, a TGR tem sido uma fonte de financiamento de serviços da Administração Central. ----

E também não vai atingir os proclamados objectivos de reduzir a deposição final em aterro e incineração de lixo indiferenciado e incentivar a redução de produção de resíduos, porque faltam políticas e medidas concretas nesse sentido. -----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida no dia 29 de Dezembro de 2020, manifesta a sua total oposição à decisão do Governo de aumentar para o dobro a Taxa de Gestão de Resíduos, apela à revogação do diploma que o permite, e exorta o Governo a implementar medidas e políticas que não penalizem as populações e contribuam para a efectiva melhoria da qualidade do ambiente. -----

Covilhã, 29 de Dezembro de 2020 -----

A moção deverá ser enviada ao senhor primeiro ministro e grupos parlamentares da AR -----

Colocada à votação, a Moção “Não ao aumento da Taxa de Gestão de Resíduos” foi aprovada por unanimidade. -----

Não participaram na votação desta Moção, por estarem ausentes do Auditório, os seguintes Membros Municipais: Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD), Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Arq.º João José Augusto Quelhas Gaspar (PS), Dr. Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro), Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa) e Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso). -

Foi feita a seguinte **Declaração de Voto:** -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Votámos favoravelmente esta moção porque, pese embora seja uma proposta e naturalmente o Governo do Partido Socialista merece toda a nossa solidariedade institucional, temos, sobre esta matéria da Taxa de Gestão de Resíduos, uma posição diferente que defende, em certa medida, a criação de uma taxa única que não permita esta discricionariedade e esta discrepância que hoje se verifica, nomeadamente entre municípios do Interior e do Litoral. E isso prejudica-nos e foi por essa razão que votámos favoravelmente esta moção, sendo importante referir e relembrar, pese embora sejam as autarquias, no nosso caso através da AdC, a cobrar esta receita, esta é integralmente transferida para o Estado e não fica no domínio e na disponibilidade financeira das autarquias, ao contrário daquilo que porventura os munícipes muitas vezes pensam.” -----

“Moção -----

Suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade -----

Data de 1998 a aprovação da legislação que «regulamenta as condições de atribuição dos suplementos de risco, penosidade e insalubridade». Consagrou as figuras de compensações, suplementos e demais regalias a atribuir em função de algumas particularidades específicas do trabalho prestado no âmbito da Administração Pública, aqui se incluindo os serviços e organismos da administração local, cuja regulamentação nunca foi efetuada, em prejuízo dos trabalhadores que nunca viram os seus direitos devidamente garantidos. -----

Já em 2008 a Lei n.º 12-A/2008, que revogou expressamente o Decreto-Lei de 1998 inscreveu a previsão dos suplementos remuneratórios. Consagração a que não correspondeu a indispensável

regulamentação fazendo com que mais de vinte anos depois este legítimo direito não tenha tido aplicação. -----

Veze sucessivas ao longo destes anos, designadamente com iniciativas legislativas apresentadas pelo PCP na Assembleia da República, se procurou dar concretização à Lei determinando o seu âmbito de aplicação, regras de cálculo e modo de pagamento destes suplementos, bem como dos respetivos complementos a atribuir em acréscimos aos referidos suplementos. -----

Considerando que o Orçamento de Estado para 2021 veio finalmente assegurar a efectivação deste direito, ainda que aquém dos valores que seriam devidos e que a proposta do PCP previa, remetendo para os órgãos executivos das autarquias a sua aplicação directa, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida no dia 29 de Dezembro de 2020, delibera: -----

1. Instar a CM a proceder à sua aplicação de modo a permitir que o suplemento passe a ser devido a partir de 1 de Janeiro de 2021, reconhecendo ao conjunto dos trabalhadores definidos no âmbito da Lei que seja reconhecido o grau mais elevado de penosidade e insalubridade; --
2. Saudar os trabalhadores da autarquia pela luta ao longo dos anos travaram pela concretização deste direito.” -----

Colocada à votação, a **Moção “Suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade” foi aprovada por unanimidade.** -----

Não participaram na votação desta Moção, por estarem ausentes do Auditório, os seguintes Membros Municipais: Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD), Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Arq.º João José Augusto Quelhas Gaspar (PS), Dr. Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro), Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa) e Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso). -

--- O Senhor **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** apresentou uma **Recomendação da Assembleia Municipal à Câmara Municipal para a elaboração, com a máxima urgência, de estudo rodoviário para o Eixo TCT** que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(Doc. 20)** -----

**“Exmo. Senhor Presidente da AM Covilhã -----
RECOMENDAÇÃO da AM à CMC -----**

A 21 de Dezembro de 2018, nesta assembleia, referi a propósito dos limites de velocidade no eixo tct, que a solução apontada (dada como provisória) não iria resolver nada, que só ia gastar dinheiro e que O projeto de requalificação desta “rua” com passeios, acessibilidades, três ou quatro faixas onde fosse possível, faixas de cruzamento, etc, devia estar a ser pensado e implementado por fases e por troços.” -----

Concluí perguntando “para quando a transformação concreta do eixo TCT numa via urbana, nomeadamente a construção de passeios entre o Loteamento do Polito de Baixo e o Cruzamento do Eixo TCT com A EM 507, onde se encontra o abrigo de passageiros mais próximo. -----

A 28 Fevereiro 2019, nesta assembleia, questioneei o Senhor Presidente da Câmara Municipal para quando o estudo de melhoria do cruzamento do Eixo TCT com a Estada municipal 507 (Cruzamento da Boidobra); -----

A 30 de Junho de 2020, também aqui na Assembleia Municipal afirmei que “é necessário que a Câmara Municipal dê uma especial atenção à sinistralidade no cruzamento do TCT com a E.M. 507 (cruzamento para a Boidobra); -----

A 17 de Setembro de 2020, em reunião com o Senhor Presidente da Câmara Municipal abordámos também esta questão, alertando para a necessidade de se resolver o problema da sinistralidade neste local. -----

A 22 de dezembro, este cruzamento foi palco de mais um acidente de viação que felizmente não registou vítimas, mas apenas bens materiais e que gerou de seguida constrangimentos de trânsito no eixo tct por vários quilómetros, conforme publicado; -----

Sendo o Eixo TCT, uma via estruturante de ligação da Cidade às Freguesias do sul do Concelho, importa por isso, de forma urgente, repensar alguns dos seus pontos vitais. -----

Assim, a AM Covilhã, reunida em Sessão Ordinária de 29 de Dezembro de 2020, Recomenda à CMC:

A elaboração com a máxima urgência, de estudo rodoviário para o Eixo TCT, tendo como objetivo eliminar a sinistralidade que aí se tem verificado ao longo dos anos, nomeadamente no Cruzamento deste eixo com a EM 507.” -----

Colocada à votação, a **Recomendação da Assembleia Municipal à Câmara Municipal para a elaboração, com a máxima urgência, de estudo rodoviário para o Eixo TCT foi aprovada por unanimidade.** -----

Não participaram na votação desta Moção, por estarem ausentes do Auditório, os seguintes Membros Municipais: Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD), Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS), Arq.º João José Augusto Quelhas Gaspar (PS), Dr. Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro) e Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa). -----

--- O Senhor **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)** fez a seguinte intervenção: **(Doc. 21)** -----

“No início de setembro a Junta de Freguesia de Tortosendo teve conhecimento do possível encerramento do balcão do Banco Santander do Tortosendo. No mesmo momento encetámos contatos com a Direcção do Banco e solicitámos o apoio e a intervenção da Câmara Municipal da Covilhã para que a decisão de encerramento fosse revertida. -----

Por mais de uma vez solicitámos esse apoio à Câmara Municipal, pedindo que nos informassem das démarches feitas, para que o nosso argumento fosse fortalecido. Mas pior que receber um não ao nosso pedido, é termos tido um silêncio ensurdecedor. -----

Reunimos por mais de uma vez com a Direcção do Banco, mas estivemos, sentimo-nos sós. -----

Não sentimos o apoio da Câmara Municipal na nossa luta, e hoje o balcão encontra-se encerrado e é menos um serviço, digamos mesmo, menos um serviço público. -----

Ficou em funcionamento, como consolo, umas das duas ATM's desse extinto balcão, e ficámos a saber dos números pornográficos pedidos às Juntas de Freguesia para manter ou ter esse serviço de caixas Multibanco. -----

Este não é um protesto à acção da Câmara Municipal da Covilhã. -----

É mais um lamento por não termos sentido, visto, o apoio da Câmara Municipal da Covilhã, pois defender os interesses dos Tortosendo e Tortosendenses e de todas as freguesias deve ser também um dos desígnios do Executivo Municipal.” -----

--- O Senhor **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção: **(Doc. 22)** -----

“Millôr Fernandes escritor e humorista brasileiro utilizava a ironia e a sátira para criticar o poder e as forças dominantes, sendo, como consequência, confrontado, constantemente, com a censura. -

No livro vermelho dos seus Pensamentos afirma que o humor inteligente, aquele que nos faz pensar e sorrir, é um género de primeira necessidade, pois ensina o homem tenso e aquele que tomou decisões apressadas, a sorrir de novo e a rever posições. -----

Mas vamos a factos: -----

- 1. Em 31 de Julho de 2010, foi inaugurada, em Unhais da Serra, pelos senhores presidentes da câmara e da junta de então, uma biblioteca localizada num espaço da sede da Freguesia que, através de protocolo, foi cedido à Associação de Reformados para ali instalar a biblioteca e a sua sede social.* -----
- 2. A biblioteca e a Associação de reformados tiveram, na sua génese, a ação de um destacado dirigente sindical e associativo do nosso concelho, de nome João André da Conceição que, publicamente, quero homenagear e inclinar-me perante a sua memória. Poderá ter sido a primeira vítima do Covid 19 do nosso Concelho.* -----
- 3. A Associação de Reformados de Unhais da Serra foi constituída a seguir ao 25 de Abril e durante muitos anos, entre outras atividades, recolheu, catalogou e fez a gestão dos livros da sua biblioteca.* -----
- 4. Em 2010, a Câmara que o senhor preside ofereceu livros e expositores que garantiram uma maior operacionalidade à biblioteca, pensando-se que aquele espólio constituiria um bom testemunho do passado e que, mais tarde ou mais cedo, aquele espaço fosse enriquecido com a criação de uma biblioteca digital.* -----
- 5. Em Maio de 2019, sem qualquer explicação quer pública quer à Associação de Reformados, a biblioteca foi desmantelada e soubemos pela informação prestada nesta Assembleia que naquele espaço, depois de obras de adaptação, seria instalado o Posto da GNR.* -----

6. *Decorridos quase dois anos nem biblioteca, nem obras de adaptação, nem posto da GNR, nem nova sede para Associação de Reformados.* -----
7. *Senhor Presidente da Câmara, sem Ironia, sem sátira, sem espírito Natalício mas com uma boa dose de humor inteligente, sugiro que suspenda o processo das obras da sala da biblioteca, devolva o espaço aos livros e à associação de reformados e dê os primeiros passos para ali ser instalada uma biblioteca digital onde possamos consultar tudo aquilo que a imaginação humana determine e, em particular, a história de Unhais da Serra e do Concelho da Covilhã. -*

Relativamente às instalações para o posto da GNR dar-lhe nota que nas costas do edifício da junta de freguesia estão dois imóveis devolutos. O primeiro na rua das Moutas para venda, faltam-lhe obras no interior. O segundo, situado na rua da Junta de Freguesia, completamente novo, possui 4 quartos, quatro casas de banho, duas salas, cozinha e um reduto onde pode estacionar uma viatura de serviço. Preço da renda, menos de metade daquilo que se ouve que irão custar as máquinas multibanco nas freguesias. -----

Deixo-lhe o contacto telefónico do proprietário e a informação de que se amanhã, durante a manhã, alguém responsável assinar o contrato de arrendamento, na parte da tarde o posto da GNR pode mudar para as novas instalações, caso seja essa a sua decisão e dos comandos que superentendem a GNR. -----

Nota: contacto proprietário do imóvel para alugar: 966 904 236 -----

Votos que 2021 nos ensine a todos a lidar, ainda melhor, com as pandemias. -----

Disse.” -----

--- O Senhor **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)** apresentou a **Moção de Saudação e reconhecer a redução de 50% das portagens previstas no Orçamento do Estado para o ano de 2021 e de exultação do Governo e Assembleia da República a agir em conformidade para que a abolição total da cobrança se torne efetiva** que, a seguir, se transcreve: -----

“A autoestrada A23, vulgarmente conhecida como autoestrada da Beira Interior, foi dada como concluída a 27 de julho de 2003. Foi o culminar de uma obra estrutural que constituiu uma luta de décadas das nossas populações e também desta Assembleia Municipal e que possibilitou finalmente à região, já no século XXI, dispor de uma ligação rodoviária que nos ligaria a Lisboa com uma infraestrutura de qualidade e adequada aos novos tempos. -----

Veio substituir, em muitos troços, os anteriores IP’s e estradas nacionais e possibilitar uma ligação rodoviária sem custos para o utilizador que constituiria um importante indutor de desenvolvimento de um conjunto de territórios isolados e afastados dos grandes centros logísticos e de consumo. -----

A causa da abolição de portagens nasceu ainda antes da sua cobrança efetiva que ocorreu a 08 de dezembro de 2011. -----

Já na primeira reunião ordinária de 2011, a Assembleia Municipal da Covilhã votava, por larga maioria, uma moção que se opunha a qualquer cobrança de portagens na A23, transversal a grande parte das forças políticas na altura com representação. -----

Entretanto, surgiram movimentos cívicos, espontâneos e organizados, formais e informais. -----

A abolição das portagens na A23 e na A25 em particular e nas ex-Scut's em geral é uma causa que tem merecido ao longo dos anos uma atenção e uma luta de vários movimentos cívicos e empresariais e dos mais variados órgãos autárquicos, incluindo esta Casa, e só irão terminar quando regressarmos ao modelo sem custos para o utilizador até que os índices de desenvolvimento económico e social destas regiões alcancem a média nacional. -----

Com esse objetivo claramente definido, a abolição completa da cobrança de portagens até que a região atinja a média nacional dos índices de desenvolvimento económico e social, a Assembleia Municipal da Covilhã vem saudar e reconhecer a redução de 50% das portagens previstas no Orçamento de Estado para o ano de 2021. -----

A Assembleia Municipal da Covilhã exorta ainda o Governo e a Assembleia da República a agir em conformidade para que a abolição total da cobrança se torne efetiva e, dessa forma, se corrija uma injustiça para com estas populações e se dê um passo importante e significativo no caminho do desenvolvimento e de afirmação destes territórios." -----

Colocada à votação, a ***Moção de Saudação e reconhecer a redução de 50% das portagens previstas no Orçamento do Estado para o ano de 2021 e de exultação do Governo e Assembleia da República a agir em conformidade para que a abolição total da cobrança se torne efetiva foi aprovada por unanimidade.*** -----

Não participaram na votação desta Moção, por estarem ausentes do Auditório, os seguintes Membros Municipais: Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD), Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Fausto Herculano Branco Baptista (DNCCP), Dr. Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro) e Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa). -----

--- O Senhor **Dr. José Paulo Pina Simão (PS)** relevou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pela "decisão recente de se sujeitar à toma da nova vacina da Covid porque, efetivamente, vossa excelência, além de ser médico e de ser Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar, é também lídimo representante dos covilhanenses e, nessa especial qualidade, a sua decisão é e tem um peso especial junto dos covilhanenses. É uma atitude de coragem, de abnegação e de voluntarismo em seu nome pessoal, mas também e muito especialmente como exemplo para todos nós e para os covilhanenses no sentido de acreditarmos na valia desta vacina para o nosso futuro. -----

Pego nessa especial palavra do voluntariado para lhe dizer, Senhor Presidente, e sossegá-lo já que não venho aqui brandir papéis. Não venho aqui sequer rasgar vestes, nem me venho declarar envergonhado. -----

Ao contrário, Senhor Presidente. Venho-me declarar solidário com a Câmara Municipal da Covilhã, especialmente na pessoa da Senhora Vereadora porque tem tido um comportamento, uma atitude e um trabalho abnegado e constante nestes últimos tempos de apoio social aos covilhanenses. ---

Venho-me declarar solidário com as juntas de freguesia porque têm tido, nestes últimos tempos, um apoio incansável e limitado junto das populações mais carenciadas. -----

Venho-me declarar solidário com as associações e instituições da comunidade e da sociedade civil. Desde logo à *Refood* que teve a iniciativa juntamente com outras instituições de fabricar e confeccionar refeições que, junto às da Câmara, vieram trazer um Natal mais ou menos mal a alguns dos nossos concidadãos. Mas também à Cruz Vermelha. Mas também aos estudantes das Palmeiras. Muitos voluntários anónimos e, por serem anónimos, merecem a nossa consideração. À CPCJ que esteve sempre no terreno a ajudar as crianças que estão em perigo e em risco. -----

Quero aqui, em meu nome pessoal e em nome do Partido Socialista, declarar-me solidário com todas estas instituições e com todos estes voluntários. -----

Já não me declaro solidário com algumas fotografias porque a essência da solidariedade é ajudar sem ostentar; é colaborar sem manifestações ostensivas. Isso é que é a solidariedade e o Partido Socialista é um partido que defende a solidariedade. Não defendemos a pequena assistencialzinha; não defendemos os salões de chá às cinco da tarde. Defendemos atos solidários que as pessoas queiram fazer independentemente da repercussão que possa vir a ter e fazem-no de forma reiterada. Não é só em 2020! Foi em 2019, em 2018 e há de ser em 2021. -----

Senhor Presidente fique ciente desta minha solidariedade pessoal e da solidariedade do PS junto de todas estas instituições que têm feito um trabalho incedível na procura de soluções capazes de minimizar as más condições que ainda existem de alguns nossos concidadãos. Umas boas festas.” -----

--- O Senhor **Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou desejando a todos “um ano muito feliz de 2021. Tivemos um ano terrível, mas qualquer coisa má nem sempre pior pode ficar, mas a probabilidade é que seja um ano bom e é isso que eu quero. Um ano cheio de emoção para todos porque afinal a vida humana só serve para isso: para nos emocionarmos. -----

Queria agradecer à Câmara Municipal da Covilhã, à Proteção Civil e às instâncias de saúde centralizadas no Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira por toda a coordenação dos trabalhos nestes longos meses de luta contra o Covid. Somos uma terra de população envelhecida, temos os resultados que temos, mas, efetivamente, o trabalho que foi feito por todas as instâncias é meritório, é extremamente louvável e ficam aqui os meus parabéns. -----

Dizer-vos também que me congratulo pela criação, finalmente, da vacina contra a Covid-19 porque ela representa o melhor que tem a humanidade pelo seu aspeto criativo e pelo aspeto de capacidade intelectual contra o pior que tem a humanidade que representa aqui no Trump e no Bolsonaro que parece que ainda têm alguns seguidores aqui na nossa Direita, embora muito poucos. -----

Por último, sobre a situação das portagens que recorrentemente vêm aqui discutindo, tenho pouca esperança que se resolva aqui a questão das portagens porque é uma tomada de posição política de muitas assembleias municipais, e poucas esperanças tenho disso, e acabamos por estar aqui discutir durante um dia inteiro e quando chegamos às nossas circunstâncias mesmo necessárias já estamos cansados ou já tivemos que sair. -----

Da doença das portagens não me interessa discutir quem a causou, nem qual é a sua cura, mas tínhamos todos uma coisa a fazer e deixo-vos um desafio: quando a plataforma luta contras as portagens nas SCUT's marcar uma manifestação, apareçam lá que é o que fazem de melhor." ----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou quem pretendia inscrever-se, tendo concedido a palavra aos seguintes Membros Municipais: -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)**: questionou sobre o ponto de situação dos passeios degradados na zona dos Maiorais que estavam a provocar “infiltrações nas garagens e casas que estão a ficar deterioradas com esta situação casas” e também da situação dos passeios junto a dois prédios na rua de acesso ao Santuário da Senhora dos Remédios “que se arrasta há mais de um ano. -----

Aproveitar este momento para agradecer à Câmara Municipal da Covilhã e também à Proteção Civil todo o apoio que têm dado à Junta de Freguesia nesta situação do Covid e noutras situações.”

Agradeceu ainda a intervenção do Senhor Vereador Jorge Gomes na resolução, ao fim de muitos anos, da “situação de dois pinheiros que colocavam alguma situação de perigo no Bairro dos Pinhos Mansos e, da informação escrita, saudar o Senhor Presidente da Câmara da Covilhã pelo facto de, por uma vez e nos últimos anos não tem acontecido, apoiar na iluminação de Natal numa das freguesias, nomeadamente na Freguesia do Teixoso. A nossa Junta de Freguesia não tem feito esse pedido, mas vamos fazer chegar o pedido porque também temos gasto algum valor nas respetivas iluminações de Natal. Ficamos satisfeitos por o Senhor Presidente ser recetivo nesse tipo de apoio porque a iluminação de Natal não dá negócio às lojas, mas ajuda a iluminar o Natal e o comércio local.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** voltou a assinalar que os Despachos Covid não se encontravam atualizados no site do Município. -----

“Relativamente aos Protocolos com as associações de pais, se bem me recordo de episódios e da forma como este ano ocorreu a transição ou a assunção destas responsabilidades pelas associações de pais, ficamos a perceber que as associações de pais se sacrificam, mais uma vez, aceitando se calhar condições que lhes são desvantajosas para assumirem nomeadamente os apoios familiares, os ATL’s e aquilo que as associações de pais fazem e que substituem o Município nestas matérias. -----

Não há, porém, nesta informação escrita nenhuma informação acerca do cumprimento do pagamento dos protocolos que foram celebrados e a informação que nos chegou foi que ainda estão em falta. Seria suposto estas tranches serem pagas mensalmente, mas o certo e a verdade é que estão atrasadas pelo menos em dois meses e para as associações de pais que têm trabalhadores a cargo e que têm que fazer face a esses salários a situação não é fácil. É preciso ter em consideração a mais-valia e o papel fundamental que estas associações de pais têm na educação e na prestação de serviços aos alunos. -----

Relativamente ao ponto VIII – Sinalização e Trânsito, nesta informação nenhuma referência se faz à “sinalização” das bicicletas pintadas nas vias da Covilhã. Não foi ainda deliberada ou aprovada pela Câmara? Qual é que é a consequência da aplicação da sinalização sem ser aprovada? Está prevista essa sinalização nalgum lado? Ouvimos dizer o Senhor Presidente que é preciso mais umas sessões de esclarecimento para as pessoas perceberem o que é que está em causa, mas é importante que as coisas sejam deliberadas e decididas no local próprio e por quem tem competência. -----

Ponto XIII, n.º 2 – Concurso do Sistema de Mobilidade da Covilhã: li que o prazo de apresentação de propostas terminaria ontem, dia 28/12. Sabe me dizer quantos concorrentes é que houve? Se o prazo se conclui? Se foi alterado? -----

Temos que ter em consideração que esta situação do Concurso de Mobilidade, depois das vicissitudes todas que têm vindo a ocorrer, o CDS, até agora, tem tido, uma posição de responsabilidade e de moderação relativamente a isto, mas começamos a assistir, e esta Assembleia vai ter que se pronunciar sobre isto porque estamos a falar, se calhar, do maior contrato de maior valor que vai penhorar ou influenciar os orçamentos dos próximos anos. É preciso saber quais são as consequências que estão a acontecer e que podem acontecer. Assusta-me ver como é que se alteram as peças base do procedimento, como não se dão as informações e não se responde e se diz aos concorrentes que não há informação para dar aos esclarecimentos, tendo consciência que a consequência dessa ação ou dessa omissão é que o Município assumira todas as consequências que se vierem a verificar no futuro. O valor que, se calhar, já foi aumentado num milhão e duzentos mil euros porque não tinha sido bem prevista a situação para o concurso de mobilidade. Afinal de contas vamos ter que pagar muito mais sobre isto. É preciso pensar, repensar e acautelar que o futuro não venha a ser colocado em causa em termos orçamentais por causa de erros e omissões ou de não esclarecimentos de erros e omissões.” -----

--- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** salientou o protocolo de colaboração entre o Município e a CIM de 150 mil euros. “Para quê? Para a compensação de obrigação de serviço público; compensar o défice da exploração de linhas. Ou seja, o que está aqui é a Câmara transferir verbas para a CIM, confirmando, no fundo, aquilo que sempre dissemos que essas comunidades não vêm reforçar o poder local, mas vêm retirar competências e verbas do poder local para uma estrutura mais regional. Este protocolo veio confirmar aquilo que dissemos na altura! -----

Colocar a questão da derrocada na Rua Afonso Domingues. É uma preocupação. O que já foi feito e que avaliação foi feita? Que intervenção é que a Câmara está a pensar fazer? -----

Colocar uma questão que não vi na parte do Plano de Atividades e Orçamento. No âmbito do direito de oposição tinha colocado a questão à Câmara de se avançar porque há necessidade e houve casais de jovens que têm dificuldade em colocar as crianças nas creches existentes privadas e colocam a questão “porque é que a Câmara não avança nesse setor, utilizando até as instalações que a Segurança Social abandonou com o encerramento das creches/porque é que a Câmara, aproveitando esse património existente instalado, não oferece esse serviço” público na cidade e eventualmente no Tortosendo e no Teixoso já que têm também a delegação de competências na educação e alarga-se aqui a questão das creches.” -----

Daí também a questão da proposta da criação dos centros escolares. Há uma discussão que a Câmara tem que fazer e refletir: se quer continuar, por exemplo no Tortosendo, a ter a Escola da Feira e a Escola de Montes Hermínios que foram construídas noutras épocas ou se não é razoável e aceitável a construção de um centro escolar no Tortosendo com bons acessos, com boas condições de trabalho para os docentes de aprendizagem das crianças, com outros equipamentos e com outras instalações que hoje a vida moderna e a evolução exige na formação das crianças. --

E a mesma coisa na cidade da Covilhã. Faz-me espécie como é que ainda continuamos com aquelas escolas, apesar das várias conservações e remodelações! Chegamos depois à conclusão que, de facto, não dão a resposta necessária. -----

Questionar o Senhor Presidente da Câmara se vai ou não utilizar a opção gestionária, no âmbito do SIADAP, para a valorização dos trabalhadores em 2021 porque, com o congelamento de carreiras e com o próprio SIADAP que não permite a progressão dos trabalhadores e a valorização salarial, se houver, na pior das hipóteses, quem tenha uma classificação de adequado passa 10 anos para a mudança de 1 índice remuneratório. A Câmara Municipal tem a possibilidade de utilizar esta figura de opção gestionária (é evidente que terá que cumprir as regras que são indicadas para esta opção gestionária) para valorizar pelo menos aqueles trabalhadores que estão enquadrados e que é possível enquadrar. Devemos valorizar os trabalhadores do Município porque no fundo, em vários setores, são eles que asseguram os serviços essenciais e são aqueles que estão também na linha da frente. -----

Quanto à questão do eixo TCT, recordo-me de discutir, na Assembleia de dezembro de 2018, a questão das placas e do limite de velocidade (se era a 50 ou a 70). O Senhor Presidente da Câmara disse que estas placas de velocidade 50 era uma questão provisória e que a Câmara estava a pensar a colocação de semáforos. Como também não vejo semáforos no Plano de Atividades e

Orçamento, queria perguntar se a intenção ainda se mantém, incluindo, como é evidente, a introdução dos passeios do eixo TCT, assim como os passeios do Parque Industrial do Tortosendo ao cruzamento do eixo TCT porque verificamos que as pessoas não têm um espaço para se protegerem quando transitam, quando fazem a sua marcha, quando se deslocam das habitações a outros serviços. É a segurança das pessoas que está aqui em causa, portanto é um apelo que eu faria. -----

Por último, um apelo de alguns moradores do Tortosendo: as carreiras que terminam no Alto do Cabeço. A sugestão que é feita é que terminassem lá mais à frente, na Rua do Bairro da Ladeirainha, porque até tem uma zona de circulação dos veículos. O que me foi indicado é que existe muita gente idosa naquela zona, com algumas dificuldades, que têm que fazer aquele trajeto todo, do Cabeço até aos Maiorais. É uma sugestão e solicitava à Câmara para analisar esta possibilidade de alterar que não trará grandes custos.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “No dia 09 de dezembro de 2020, publicado pela Rádio Clube da Covilhã, dava conta da notícia que a Câmara Municipal ia fazer uma reestruturação dos parques infantis no concelho todo. -----

Na Freguesia da Boidobra existem 6 parques infantis (5 propriedade da Câmara Municipal). Quais é que vão ser intervencionados? Para quando? Dos 5 dos 6 parques infantis, só o da escola foi requalificado através das obras de requalificação da escola, mas, para utilizar aquilo que é também uma expressão do Senhor Presidente da Câmara relativamente à habitação social (quando falava da anterior gestão camarária), também aqui a Câmara está, no fundo, em dívida com as freguesias, uma vez que os parques são sua propriedade e, para utilizar tal expressão, “nem um parafuso lá apertou durante este tempo todo”. Tem sido a junta de freguesia a fazer essa manutenção, às vezes com muitas dificuldades, mas é importante ver com as juntas de freguesia esse projeto de remodelação dos parques infantis. -----

Colocar também a necessidade de protocolar, conforme compromisso assumido pela Câmara Municipal, as obras de requalificação das sedes das juntas de freguesia. Temos tudo submetido à Câmara Municipal e aguardamos esse protocolo de apoio porque de outra forma não conseguimos.

Recordar a necessidade urgente da intervenção na Rua do Alvercão que já veio aqui à Assembleia Municipal através de moradores e que havia o compromisso para outubro de avançar esta intervenção que é mais do que urgente. -----

Reafirmar a necessidade da requalificação do espaço público na Praceta Conde José Calheiros. ----

Relativamente à horta comunitária do Bairro da Alâmpada, dizer que o que necessitamos da parte da Câmara Municipal é a agilização de procedimentos para que esse projeto, que está aprovado pelo Portugal Inovação Social, possa efetivamente avançar. -----

Colocar-lhe a questão do projeto que já está feito para a criação de condições de segurança da passagem pedonal na passagem de nível na EM 507. Finalmente as Infraestruturas de Portugal fizeram o projeto para essa intervenção e necessita da concordância da Câmara Municipal em custear uma parte do projeto naquilo que é a intervenção fora do eixo ferroviário, mas que seria

muito importante até para precaver situações e constrangimentos que já aconteceram naquela passagem de nível. -----

Por último, para que não esqueça a questão do terreno da zona de lazer da ponte de Alvares e nos dê andamento rapidamente àquilo que é a intenção de doação deste terreno por parte do proprietário. Seria muito importante para conseguirmos projetar um projeto na zona de lazer nesta freguesia, mas que também serviria o concelho da Covilhã e a cidade.” -----

- **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)**: iniciou respondendo ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho dizendo que “não me identifico como insinuou que havia do lado direito pessoas que pensavam como o Bolsonaro ou como o Trump. Certamente que não será para mim, nem sei se haverá ali algum colega que tenha esse pensamento.” -----

Quanto à informação escrita fez a intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(Doc. 23)** -----

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmos. Membros da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

Exmos. Senhores Vereadores da Câmara Municipal. -----

Exmos. Deputados Municipais. -----

Meus Senhores e Minhas Senhoras. -----

Mais uma informação escrita apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal da Covilhã. Uma vez mais, verificamos que não há estratégia sustentada, delineada e aferida que vise uma hierarquização de prioridades e objetivos, tendo em atenção os recursos disponíveis. -----

É verdade que estamos num período difícil relacionado com o surto pandémico que afeta o mundo, o país e a região, razão pela qual há que estabelecer prioridades, conforme teremos oportunidade de explicitar aquando da análise do orçamento. No entanto, continuamos a verificar que a Covilhã e o seu concelho não está a ser pensado, estruturado e delineado de forma homogénea, associando a sua urbanidade com a sua ruralidade... a zona urbana com a zona rural... a indústria tradicional (lanifícios) que tanto nos tem honrado e honra, com as novas tecnologias, tendo em atenção que está a decorrer uma nova revolução, a digital, pelo que urge, não deixar ninguém fora do seu âmbito... a manutenção de empresas viáveis com a criação de novas empresas, com as consequências daí decorrentes nomeadamente em termos de postos de trabalho, uma melhor e mais adequada colaboração entre a Câmara Municipal da Covilhã e a UBI, tendo em vista um melhor e mais adequado aproveitamento dos recursos científicos, da prestigiada Universidade. -----

Infelizmente, nada disto se reflete na informação escrita em apreço. -----

Protocolos muitos... apoios diversos... Nada temos contra a bondade de tais decisões, destacando entre outros os celebrados com a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica de St. António, ou com as Juntas de Freguesia da Boidobra, Dominguiso e Orjais. -----

Contudo, face à sua ausência, questões diversas que continuam a suscitar a nossa atenção: -----

1 - Bairros Sociais: -----

O que está a ser feito? Quais as obras de reparação e manutenção que estão a ser realizadas? E quais os bairros abrangidos por tais obras? -----

2 - Limpeza e reparação das ribeiras da De Goldra e Carpinteira: -----

O aspeto é desolador. A vegetação junto ao leito das ribeiras é enorme. Qual a razão porque não é feita a sua limpeza? O que está programado? -----

3 - Parques de lazer/jardins -----

Este assunto merece a nossa preocupação há mais de 3 anos. -----

O jardim da De Goldra está em péssimo estado de conservação, em estado de completo abandono, com as estruturas completamente vandalizadas, sem iluminação e vegetação por limpar. -----

O Sr. Presidente da Câmara tem conhecimento do estado em que se encontram as estruturas aí existentes, nomeadamente casas de banho, candeeiros, lagos e passeios? ---

O Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã tem conhecimento que o muro da estrada principal que dá acesso ao elevador está cheio de vegetação e árvores, colocando em causa a segurança de pessoas que aí passam ou que possuem logradouros nos prédios confinantes? -----

Para quando a sua limpeza e reparação? Qual a razão por que este assunto não merece a atenção deste executivo camarário? -----

Para quando o aproveitamento deste espaço, com um aspeto digno para o seu usufruto por parte dos covilhanenses? -----

4 - Desemprego -----

A taxa de desemprego aumentou no concelho da Covilhã, incidindo mais junto da população mais jovem. O que está a ser feito ou promovido pela Câmara Municipal para minorar tal situação? Medidas? Apoios a pessoas e empresas? -----

5 - Barragem da Covilhã -----

Voltando a este assunto. Já decorreram mais de 3 anos desde que este executivo iniciou funções. -----

A pergunta coloca-se: Em que fase está o projeto da barragem da Covilhã? O que está a ser feito em concreto? Diligências realizadas? -----

6 - Transportes Urbanos da Covilhã -----

Como se encontra o concurso? Em que fase se encontra? O contrato com a empresa que atualmente está a realizar os transportes urbanos, foi renovado? Em que condições? -----

O Grupo Parlamentar “De Novo Covilhã” -----

Terminou falando sobre o período eleitoral e, existindo “pessoas que têm mais dificuldades em circular, em termos das mesas eleitorais ou locais de voto, se não pode ser reequacionado novas localizações, nomeadamente no Sul da cidade como também na zona Norte nomeadamente no Bairro da Biquinha. Ter assembleias de voto mais próximas certamente facilitaria o exercício do legítimo direito de voto.” -----

- **Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho)**, face à intervenção do Membro Municipal Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro, referiu que “bem sabe que não é para si porque tenho por si consideração intelectual, político e amizade. -----

Também não era para a bancada da Direita. Falei na Direita. A bancada da Direita, se reparar, tem um presidente de junta filiado no Partido Socialista; tem alguns presidentes de junta de Direita, mas que são de Esquerda. -----

A terceira consideração é que retiro a comparação a Bolsonaro e a Trump.” -----

- **Presidente da Câmara Municipal da Covilhã**: após cumprimentar todos os presentes, desejou boas festas a todos e respondeu às questões colocadas pelos Membros Municipais. -----

“Para nós é fundamental estarmos sempre atentos às **questões sociais**. Dar nota que, nesta quadra, fizemos a distribuição de refeições que resultaram do levantamento de necessidades junto dos Senhores presidentes de junta e de uniões de freguesias, sendo certo que muitos deles foram eles próprios a distribuir essas mesmas refeições. Procurámos, na prática, preencher lacunas no apoio assegurado diretamente por outras entidades a quem também damos suporte financeiro para poderem prestar essa solidariedade aos nossos concidadãos que mais dela necessitam. Todos procurámos que todos os covilhanenses pudessem ter uma noite de Natal feliz e saudamos obviamente todas e quaisquer iniciativas de todos e quaisquer cidadãos que tenha tido a generosidade, o despreendimento e o altruísmo de, no dia de Natal, estarem disponíveis para ajudar quem mais precisa. -----

Dar nota que diferenciámos e aumentámos o valor dos vales solidários de Natal para despenderem no comércio local. Estamos a falar de um aumento do valor para 25 € (valor único) e para 45 € (valor máximo para famílias mais numerosas sem outro tipo de apoio alimentar). Distribuímos cerca de 650 vales e cerca de 20 mil euros. -----

Distribuímos também bolos de rei e outros bens alimentares em todas as instituições de apoio e acolhimento de crianças e idosos, além de outras instituições sociais, e a alunos da UBI que não puderam regressar às suas famílias neste Natal.” -----

Relativamente aos casos de **Covid-19 nas escolas**, reiterou que “essa comunicação é feita pelas autoridades de saúde. A Câmara Municipal não tem quaisquer responsabilidades de comunicação aos pais e encarregados de educação nessa matéria e nesse domínio até porque é uma questão elementar que tem a ver com a proteção de dados, com o sigilo e com a reserva da própria

intimidade da vida privada. São os agrupamentos e as escolas que informam os pais e os encarregados de educação. -----

Aproveito para dizer que, no que diz respeito a equipamentos de proteção individual e máscaras, não é responsabilidade da Câmara Municipal essa entrega. É uma responsabilidade da tutela. ----

O **programa PART** é uma grande preocupação para todos nós. O Governo reforçou o dinheiro em junho ou julho passado, mas é preciso lembrar que, com os serviços essenciais que agora estão a ser cobrados pelas empresas, não chega para cobrir os custos. -----

Aguardamos que a Comunidade Intermunicipal delibere o PART 2021 e lá bater-nos-emos para que os descontos nos passes sejam repostos em 2021. Continua a existir desconto de 50% para os utilizadores do cartão social municipal e são as autarquias que estão a suportar os custos, apesar de ter havido o tal reforço que não chega para pagar os serviços mínimos. -----

Encerramento de balcões de bancos que não têm qualquer relação com o Estado, com o Governo da República e com as câmaras, limitamo-nos a pedir, a fazer ver que é importante e que é responsabilidade social desses mesmos bancos manter determinadas agências em determinadas localidades, como é o caso do Tortosendo, mas é implacável a lógica do lucro de quem detém essas mesmas entidades bancárias. É algo que ultrapassa aquilo que tem relacionamento direto com o serviço público. -----

O **apoio às juntas para ter os ATM's** é outra questão. É um assunto que temos efetivamente de tratar porque é algo que nos preocupa. Não queremos que os nossos concidadãos, designadamente aqueles que mais dificuldades têm em se deslocar, não tenham ao seu alcance e na sua proximidade ATM's para poderem ali fazer pagamentos, levantar dinheiro, etc. -----

Foi aqui referenciado o problema do **posto da GNR**. A instalação do posto da GNR no espaço do edifício da sede da Junta de Freguesia de Unhais da Serra é, neste momento, irreversível sob pena de se atrasar todo o processo. O espaço foi indicado como possível pela Junta de Freguesia. Não foi uma escolha da Câmara Municipal da Covilhã. O espaço, como qualquer outro, nomeadamente as instalações devolutas a que se referiu o Senhor Deputado Municipal, teria sempre de ser alvo de obras de adaptação com a agravante do facto de que os referidos imóveis a arrendar, propriedade desses mesmos particulares, teriam de ser adaptados neles sendo gasto verbas em imóveis que não são propriedade de uma entidade pública, ficando, por isso mesmo, dependentes da manutenção do contrato de arrendamento. É a situação em que se encontra o atual posto na condição precária para além de outras questões que têm a ver com segurança, sendo certo que sabemos o típico comportamento dos senhorios nestas situações é de não zelar pela conservação dos imóveis onde estes postos estão instalados. -----

Reparações de passeios – serão efetuados logo que oportuno e dar nota de que a entrada de água no interior desses edifícios não é causada por problemas no espaço público envolvente, mas antes pela falta de impermeabilização dos próprios edifícios. É uma insuficiência de construção dos edifícios e não responsabilidade do Município. Não podemos, nem devemos intervir em propriedade privada para evitar essas mesmas infiltrações a menos que tivesse sido feita uma intervenção pública profunda junto dessas paredes e essa intervenção pudesse ter provocado as infiltrações. -----

Concurso do Sistema de Mobilidade – na última reunião de Câmara foi comunicado que iríamos pedir uma prorrogação de prazo. Já foi proferido por despacho para a próxima reunião de Câmara e vamos dar conhecimento e têm sido dadas as respostas pertinentes a quem tem solicitado informação, aos concorrentes que estão interessados (e são vários) neste concurso. -----

Vamos dar nota de uma importante informação que poderá influenciar decisões por parte dos concorrentes de se apresentarem ao concurso, na medida em que a faturação superou as nossas expectativas. Estamos a faturar mais do que o previsto na nossa componente de risco que inicialmente assumimos e está em vigor no contrato que celebramos com a Transdev. -----

No que diz respeito aos **atrasos de pagamento às associações de pais**, desconhecemos qualquer atraso de pagamentos. Aliás, a Câmara Municipal da Covilhã é das poucas câmaras que, em Portugal, está no top das câmaras que pagam quase a pronto. Não há problemas de tesouraria. Deve haver alguma deficiente informação e acredito que não seja por má-fé que tenha sido trazida a questão dessa forma. Se me informar quais são essas associações iremos averiguar com toda a humildade. -----

A **opção gestonária** está prevista no Orçamento para 2021. Existe uma dotação orçamental para fazer face a esta alteração de posicionamento remuneratório. -----

Medidas de segurança rodoviária no TCT – Em primeiro lugar, é um problema de civismo porque os sinais de trânsito são para se cumprirem. Mas, a verdade é que a única forma de conseguirmos compelir uma parte significativa de automobilistas que não respeitam estes limites é, efetivamente, lá colocar os semáforos com detetores de velocidade que passam a vermelho e que obrigam a redução da velocidade. Estamos a tratar da contratação pública para esse mesmo efeito.

Parques infantis – lembrar que é uma competência material das juntas de freguesia, mas referi aos presidentes de junta em setembro, quando nos reunimos para tratar do Orçamento para 2021, que vamos reduzir o número de existentes porque há sítios onde não se justifica a existência de parques infantis quer porque, infelizmente, já lá não existem crianças, quer porque se apresentam muito deteriorados ou em sítios isolados ou em sítios pouco adequados. Portanto, vamos requalificar uns e colocar lá novo equipamento e, noutros casos, vamos mesmo instalar novos parques infantis em substituição de outros já existentes. Claro que dotando as sedes de freguesia que os não têm, sendo que depois será protocolado com os Senhores presidentes de junta para que os mantenham como é de lei. -----

Passagem de nível da estrada de acesso à Boidobra – as Infraestruturas de Portugal elaboraram o projeto, enviaram-no e está em avaliação. Convém sublinhar que atribuem ao Município os encargos com as obras de alteração viária e eles apenas assumem a parte de intervenção na linha e dos sistemas de semaforização e aviso da passagem do comboio. O orçamento que cabe ao Município é muito elevado e estamos a ponderar se será executado o projeto na totalidade ou não, nomeadamente a alteração da rasante do arruamento de forma a evitar que os carros arrastem por baixo que poderá não ser feito. É uma questão de voltarmos a sentar-nos à mesa com as Infraestruturas de Portugal e tentarmos uma solução mais amigável para as finanças do Município.

No que se refere ao **terreno junto à Ponte de Alvares**, é uma decisão que está a ser ponderada, sendo que temos outras mais prementes. No entanto, a eventual compra do terreno ou a aceitação

de uma eventual proposta de cedência em contrapartida da pavimentação de um caminho tem que ser muito bem ponderado. -----

Dar outra nota de que a **limpeza das linhas de água** dentro do perímetro urbano é uma competência do Município, estando as competências em matéria de ambiente delegadas nas Águas da Covilhã e, portanto, será essa empresa municipal a efetuar neste tipo de intervenções. –

As **Assembleias de Voto** estão já definidas. Foram definidas de acordo com os prazos legais e foram estabelecidas de acordo com as orientações da Comissão Nacional de Eleições e, a propósito do Covid, foram também envolvidos na decisão os Senhores presidentes de junta.” -----

2.2 - PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2021, GRANDES OPÇÕES DO PLANO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO, PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS, MAPA DE PESSOAL, ATUALIZAÇÃO DA TABELA DE TAXAS, COMPENSAÇÕES E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 30 de novembro de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas a) e o), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com as alíneas c) e ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, através do ofício n.º 6227 de 2020.12.02 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Ausentaram-se da Sala, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º do **Código do Procedimento Administrativo**, os Senhores Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro e **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro**, não participando na apreciação e votação do assunto. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Membros Municipais: -----

- **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS)** fez a intervenção que, a seguir, se transcreve (**doc. 24**): -----

“O Orçamento presente à Assembleia Municipal representa bem a preocupação pelo equilíbrio que tem sido seguido por este executivo. Um equilíbrio que se tem pautado pela rejeição do folclore e do festival, pela rejeição do imediatismo e da penhora do futuro em nome de um presente cor de

rosa, enfim pela rejeição do eleitoralismo fácil. Há a destacar em primeiro lugar a taxa de cobertura das despesas correntes pelas receitas correntes que se cifra em 125%. Na realidade, as despesas correntes orçamentadas libertam ainda fundos suficientes para a cobertura da amortização da dívida permanecendo o saldo ainda positivo conforme mostra o quadro de equilíbrio orçamental. Paralelamente, as responsabilidades assumidas no passado, no tempo do folclore, do imediatismo e do eleitoralismo, continuam a ser pagas no presente, essas dívidas, infelizmente, continuam a custar muito dinheiro aos covilhanenses. -----

Nesta assembleia serão ainda votadas as propostas para a fixação do IMI, da Derrama e da participação no IRS. Atendendo às propostas aqui trazidas, já acomodadas no Orçamento apresentado, é de realçar que o mesmo tem um teor ainda mais relevante, porque para lá do enunciado, verificamos que é possível manter os princípios e fins que têm norteados o executivo do Partido Socialista, numa conjuntura de diminuição generalizadas das taxas cobradas pelo Município. Não se trata do milagre da multiplicação, mas antes da execução prática de um rumo traçado há muito e que tem sido fielmente seguido. Temos que o realçar: é possível desonerar os covilhanenses, manter uma política centrada no futuro e ainda assim responder às necessidades do presente! -----

Mas não podemos ficar por aí, apenas pelas contas francamente positivas, temos que analisar também a actividade municipal e onde são alocadas as receitas. E aqui a verdade é que podemos ver que as obras seguem o seu curso, a reabilitação do centro histórico continua, as responsabilidades novas assumidas por via da sua transferência da administração central são atendidas, as freguesias continuam também a ser alvo de investimentos avultados. As freguesias que tinham trazido aqui as suas reivindicações e que, entretanto, foram ouvidas como sempre têm sido, que acordaram com o executivo novos investimentos para as suas gentes. Mais um exemplo de participação democrático de envolvimento dos protagonistas nas soluções. O próximo ano será o ano da conclusão de muitos dos investimentos em curso, o ano de começar outros, o ano em que a reabilitação do centro histórico conclui verdadeiramente uma fase muito importante. Vai ser o ano em que as artes performativas vão ter um espaço condigno, vai ser o ano em que o Centro de Inovação e Apoio ao Empreendedorismo estará concluído, vai ser o ano em que o Centro de Inovação Social manterá também a actividade que já iniciou este ano. -----

Para lá de tudo isto, todos esperamos que este seja um ano de recomeço da vida em sociedade na sua plenitude, de retoma da economia, de retoma do emprego, o ano em que voltaremos realmente a viver. Vai também ser ano de eleições autárquicas, sendo por isso este o último orçamento aprovado por este órgão com a sua actual constituição, sendo certo que outra se lhe seguirá. Importa por isso afirmar, a pretexto deste orçamento, que a bancada do Partido Socialista está muito orgulhosa do percurso feito pelo Município nestes 4 anos. Pela obra feita, pela obra em curso, pela resposta dada à terrível pandemia que atravessamos, com os planos de contingência a darem a resposta necessária quando foi necessário, com a resposta social que demos àqueles em maior necessidade, mas, há que dizê-lo mesmo sendo repetitiva, o percurso financeiro feito pela autarquia, o ponto a que chegámos é notável, é a ferramenta que nos fica para o futuro que começa amanhã! -----

O Partido Socialista vota favoravelmente o Orçamento.” -----

- **Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (PCP)** fez a intervenção que, a seguir, se transcreve (**doc. 25**): -----

“Já em Novembro de 2019 dissemos e afirmámos que existem valores elevados nos serviços prestados nos vários sectores, que vêm de alguns anos e que esta Câmara, gerida pelo PS, tem actualizado com o valor estimado para a inflação para o ano de exercício. -----

Mas.. sempre poderiam utilizar a nova versão do Governo do PS para as actualizações salariais.. e utilizar como referência a inflação verificada, assim, em vez de 0,7% de inflação esperada, pois o que se pode voltar a verificar é uma real perda de capacidade financeira dos municípios de aceder aos serviços da Câmara pois já em 2020 se verificou um aumento de 1,5% quando a verificada foi de 0,4% e a actual é 0,04% (Dados do INE) e a prevista no final é de -0,1%. -----

Porém, é nas taxas aplicadas à utilização dos equipamentos desportivos e de lazer que nós discordamos de forma profunda. -----

Não somos defensores do princípio social democrata do utilizador – pagador, pela simples razão de que existem pessoas que não têm possibilidades de pagar, o que as limita como utilizadores, acentuando as diferenças sociais. -----

Daí o Fundo de Coesão Social que a Câmara recebe, mas que não aplica. -----

Se o adulto pode gerir os seus recursos financeiros de acordo com as suas necessidades e prioridades o mesmo não podemos dizer das crianças que estão sempre dependentes do adulto e das suas prioridades. -----

A maioria do PS que gere a Câmara Municipal há 7 anos, ao manter as taxas anteriores, actualizando anualmente de acordo com a inflação, demonstra que concorda com a sua estrutura, organização e valores herdados da Câmara Municipal gerida pelo PSD. -----

Assume, assim, que uma Câmara Municipal, nos serviços que presta à população, deve assumir uma visão da elevação progressiva do valor desses serviços. -----

No que toca à tabela de taxas, compensações e outras receitas, o PS não mexe. Porquê? -----

Porque concorda com o que encontrou? -----

Porque analisou, reflectiu e comparou com o que se pratica em outros municípios? -----

Porque fez uma avaliação dos serviços públicos prestados e concluiu que a população se encontra satisfeita na relação qualidade/preço do serviço? -----

Porque verificou a não existência de reclamações da população nem a existência de vozes críticas e ou de propostas vindas da oposição? -----

Quanto às taxas verifica-se que a proposta apresenta valores demasiado elevados em relação às diferentes áreas dos serviços prestados. -----

Na área dos serviços administrativos e urbanismo são constantes as queixas dos valores praticados.

Acabar com as taxas do estacionamento à superfície é uma exigência de toda a população e da

Associação de Comerciantes. -----

Na ocupação do subsolo somos confrontados com a TOS, processo complicado, mas onde a Câmara arrecadou a receita que está a ser cobrada aos utilizadores da Beira Gás. -----

Esta tem o direito de cobrar com efeitos retroactivos. -----

A Câmara propõe uma taxa de 4,90€ para 2021, provavelmente a única que não tem aumento, dissemos nós como serviço de adivinhação pois as outras na sua maioria não as conseguimos ler. -

Logo, os clientes da Beira Gás (cliente-domicílio) vão continuar a pagar duas taxas na mesma factura. -----

O que significa que um novo inquilino do domicílio com contracto com a Beira Gás paga duas taxas. A actual e aquela que o domicílio não pagou em anos anteriores. -----

Não nos parece justo. -----

Quanto às taxas aplicadas nas infra-estruturas desportivas quer pela mera utilização quer pelos serviços prestados, a situação é deveras caricata e preocupante. -----

Gostaríamos de fazer a comparação de valores, mas só a poderíamos fazer recorrendo aos valores do ano anterior pois é difícil se não impossível de ver os valores que vem no documento actual, mas tendo em conta que a opção política por parte do Município não se alterou, essa comparação seria basicamente igual à do ano anterior. -----

Não é com a aplicação destas taxas que promovemos o desporto e a actividade física no concelho nem fixamos pessoas. -----

Repito o que afirmámos no dia da cidade, 20 de Outubro de 2019, -----

Temos, assim, um concelho onde se paga de forma significativa os serviços que são prestados pela autarquia, **acima da média nacional** -----

Um Concelho onde se ganha **abaixo da média nacional** -----

Um concelho envelhecido com um **saldo natural negativo** -----

Um concelho onde mais de 50% da **população vive abaixo do limiar da pobreza** -----

Ainda se admiram com a redução de população? -----

Como contrariar este ciclo descendente? -----

Temos que criar um concelho atractivo, onde se sinta que vale a pena viver, onde se tenha dinheiro e infra-estruturas para se ter qualidade de vida. -----

Os eleitos da CDU” -----

- Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP) fez a intervenção que, a seguir, se transcreve (**doc. 26**): -----

“A Câmara Municipal apresenta-nos um orçamento que prevê uma receita e despesa de 48 059 345,00 € com uma forte componente, na receita, de Transferências Correntes de 43,81%, de Impostos Diretos de 20,04% e de 23,80% de Transferências de Capital. -----

Saliente-se, ainda, os 2,7%, de taxas, multas e outras penalidades. -----

A despesa encontra-se distribuída pelas despesas com pessoal, 28,14% (13 524 945,00 €), pela Aquisição de Serviços, 19,12% (9 187.900,00 €), Transferências Correntes, 8,55% (4 108 000,00 €), Aquisição de bens de Capital, 28,06% (13 486 500,00 €) e despesa com o serviço da dívida, em correntes e de capital, de cerca 9% (4 milhões e 600 mil euros). -----

Salientar na despesa prevista nos subsídios correntes, 2,52% (1 211 000,00 €). -----

Quadro 2-Resumo do Orçamento 2021

Receita	Valor	%	Despesa	Valor	%
Receita corrente	36 001 893,00 €	74,91%	Despesa corrente	28 794 845,00 €	59,92%
Impostos diretos	9 628 708,00 €	20,04%	Despesas com o pessoal	13 524 945,00 €	28,14%
Taxas, multas e outras penalidades	1 336 773,00 €	2,78%	Aquisição de bens e serviços	9 187 900,00 €	19,12%
Rendimentos de propriedade	2 212 000,00 €	4,60%	Juros e outros encargos	470 500,00 €	0,98%
Transferências correntes	21 055 246,00 €	43,81%	Transferências correntes	4 108 000,00 €	8,55%
Venda de bens e serviços	1 513 048,00 €	3,15%	Subsídios Correntes	1 211 000,00 €	2,52%
Outras receitas correntes	256 118,00 €	0,53%	Outras despesas correntes	292 500,00 €	0,61%
Receita de capital	12 057 452,00 €	25,09%	Despesa de capital	19 264 500,00 €	40,08%
Venda de bens de investimento	341 402,00 €	0,71%	Aquisição de bens de capital	13 486 500,00 €	28,06%
Transferências de capital	11 439 640,00 €	23,80%	Transferências de capital	1 604 000,00 €	3,34%
Outras receitas de capital	210 000,00 €	0,44%	Outras despesas de capital	2 000,00 €	0,00%
Reposições não abatidas aos pagamentos	66 410,00 €	0,14%	Despesa com ativos financeiros	1 000,00 €	0,00%
Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais		0,00%	Despesa com passivos financeiros	4 171 000,00 €	8,68%
TOTAL	48 059 345,00 €	100,00%	TOTAL	48 059 345,00 €	100,00%

No quadro da evolução da receita orçamentada verificamos que o município tem tido um acréscimo progressivo nos impostos diretos e nas taxas (existindo nesta uma quebra em 2020) alguma progressão nas receitas orçamentadas, em transferências correntes e de capital. -----

Quadro 4-Evolução da Receita Orçamentada (2018-2021)

Receita	OM 2018	OM 2019	2018/2019	OM 2020	2019/2020	OM 2021	2020/2021
Impostos diretos	7 983 892,00 €	8 551 351,00 €	7,11%	9 043 646,00 €	5,76%	9 628 708,00 €	6,47%
Taxas, multas e outras penalidades	1 335 163,00 €	1 376 563,00 €	3,10%	1 252 374,00 €	-9,02%	1 336 773,00 €	6,74%
Rendimentos de propriedade	4 421 000,00 €	3 103 000,00 €	-29,81%	2 013 000,00 €	-35,13%	2 212 000,00 €	9,89%
Transferências correntes	13 120 590,00 €	13 505 701,00 €	2,94%	18 192 599,00 €	34,70%	21 055 246,00 €	15,74%
Venda de bens e serviços	8 169 375,00 €	3 995 000,00 €	-51,10%	2 396 504,00 €	-40,01%	1 513 048,00 €	-36,86%
Outras receitas correntes	1 000 000,00 €	730 210,00 €	-26,98%	70 000,00 €	-90,41%	256 118,00 €	265,88%
Corrente	36 030 020,00 €	31 261 825,00 €	-13,23%	32 968 123,00 €	5,46%	36 001 893,00 €	9,20%
Venda de bens de investimento	151 316,00 €	35 000,00 €	-76,87%	241 866,00 €	591,05%	341 402,00 €	41,15%
Transferências de capital	10 631 825,00 €	9 764 691,00 €	-8,16%	12 591 376,00 €	28,95%	11 439 640,00 €	-9,15%
Passivos Financeiros	608 000,00 €	1 227 576,00 €	101,90%	997 223,00 €	-18,76%		-100,00%
Outras receitas de capital	300 000,00 €	500 000,00 €	66,67%	400 000,00 €	-20,00%	210 000,00 €	-47,50%
Capital	11 691 141,00 €	11 527 267,00 €	-1,40%	14 230 465,00 €	23,45%	11 991 042,00 €	-15,74%
Reposições não abatidas aos pagamentos	1 000,00 €	1 000,00 €	0,00%	1 000,00 €	0,00%	66 410,00 €	6541,00%
Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais	0,00 €	0,00 €		0,00 €		0,00 €	
Outras Receitas	1 000,00 €	1 000,00 €	0,00%	1 000,00 €	0,00%	66 410,00 €	6541,00%
TOTAL	47 722 161,00 €	42 790 092,00 €	-10,33%	47 199 588,00 €	10,30%	48 059 345,00 €	1,82%

Sendo que as transferências correntes deram um salto significativo com a aceitação de competências do município na área da educação, servindo, tão só, por enquanto, como local de passagem das verbas do ME para o funcionamento das escolas e despesas com pessoal. -----

Verificamos a tendência do aumento da receita na base da penalização das populações com os impostos diretos e com as taxas. -----

Sendo previsível alguma retoma da atividade económica a nível local com a normalização, limitada, face à pandemia, a situação social e económica não irá recuperar para níveis normais no próximo ano. -----

Assim, face ao momento em que vivemos, de alguma dificuldade das populações, era desejável o alívio nos impostos diretos (IMI e Derrama para o pequeno comércio) e em algumas Taxas (desde logo a TOS, que consta com o valor de 4,90 por metro linear na tabela de taxas e que os consumidores continuam a pagar em duplicado. É razoável a anulação de qualquer taxa a aplicar pelo município, enquanto a empresa não concluir o processo de cobrança da verba paga ao município e não cobrada). -----

Continuamos a considerar imoral tal procedimento da Câmara Municipal que obriga a uma despesa acrescida aos clientes do gás natural. -----

E que, lamentavelmente, coloca a Covilhã no topo das cidades do País onde a despesa com o gás natural é a mais elevada. -----

Se aos impostos diretos e taxas juntarmos a fatura da água com a taxa de saneamento e de resíduos sólidos, fica completo o quadro e a razão pela qual é mais caro viver na Covilhã do que nos concelhos de Belmonte e Fundão. -----

É assim que se tece a vida na Covilhã e se veste o cidadão com os serviços mais caros da região. --

A evolução da despesa orçamentada traduz, no pessoal, a fatia das despesas com o pessoal afeto à educação, uma redução dos bens de capital, um aumento na aquisição de bens e serviços, um aumento das transferências correntes, um aumento dos subsídios correntes e um aumento das transferências de capital. -----

Quadro 6-Evolução da Despesa Orçamentada (2018-2021)

Despesa	OM 2018	OM 2019	↑ 2018/2019	OM 2020	↑ 2019/2020	OM 2021	↑ 2020/2021
Despesas com o pessoal	7 345 311,00 €	7 854 144,00 €	6,93%	12 373 275,00 €	57,54%	13 524 945,00 €	9,31%
Aquisição de bens e serviços	11 598 780,00 €	10 645 400,00 €	-8,22%	8 666 900,00 €	-18,59%	9 187 900,00 €	6,01%
Juros e outros encargos	735 765,00 €	714 000,00 €	-2,96%	252 000,00 €	-64,71%	470 500,00 €	86,71%
Transferências Correntes	2 848 220,00 €	2 617 750,00 €	-8,09%	3 732 500,00 €	42,58%	4 108 000,00 €	10,06%
Subsídios Correntes	583 799,00 €	418 000,00 €	-28,40%	661 000,00 €	58,13%	1 211 000,00 €	83,21%
Outras Despesas Correntes	864 586,00 €	848 500,00 €	-1,86%	913 500,00 €	7,66%	292 500,00 €	-67,98%
Corrente	23 976 461,00 €	23 097 794,00 €	-3,66%	26 599 175,00 €	15,16%	28 794 845,00 €	8,25%
Aquisição de bens de capital	17 040 183,00 €	14 757 500,00 €	-13,40%	15 714 000,00 €	6,48%	13 486 500,00 €	-14,18%
Transferências de capital	1 103 829,00 €	848 300,00 €	-23,15%	1 034 800,00 €	21,99%	1 604 000,00 €	55,01%
Despesa com ativos financeiros	207 996,00 €	103 498,00 €	-50,24%	51 749,00 €	-50,00%	1 000,00 €	-98,07%
Despesa com passivos financeiros	4 592 009,00 €	3 199 000,00 €	-30,34%	3 743 864,00 €	17,03%	4 171 000,00 €	11,41%
Outras receitas de capital	801 683,00 €	784 000,00 €	-2,21%	56 000,00 €	-92,86%	2 000,00 €	-96,43%
Capital	23 745 700,00 €	19 692 298,00 €	-17,07%	20 600 413,00 €	4,61%	19 264 500,00 €	-6,48%
TOTAL	47 722 161,00 €	42 790 092,00 €	-10,33%	47 199 588,00 €	10,30%	48 059 345,00 €	1,82%

A despesa orçamentada traduz a realidade que encontramos nas Grandes Opções do Plano. -----

Não temos uma obra nova inscrita no Plano. -----

Estamos em ano de eleições autárquicas e o executivo quer concluir as obras centradas na cidade que obtiveram financiamento comunitário, de acordo com o cronograma das mesmas, concentrada a finalização neste período, de acordo com o final de um mandato. -----

É um ciclo de gestão marcadamente eleitoralista. -----

Concluídas as obras existentes (e vamos ver se são concluídas) nada se deixa para o futuro. -----

Não se encontram nas Grandes Opções do Plano o lançamento de obras estratégicas. -----

Mantém-se a inscrição orçamental em obras já inscritas no orçamento em anos anteriores mas nunca implementadas, como o Pavilhão Desportivo Municipal, a beneficiação de estradas municipais que tinham início em 2004 (Ponte Pedrinha – Peraboa) ou em 2014 (Cantar Galo – Vila de Carvalho) e tantas outras que constavam no célebre Plano e Orçamento das Freguesias. -----

Mas ao longo dos anos desapareceram obras emblemáticas da nossa vida coletiva, o Aeroporto Regional que, de certa forma justificou a desativação do Aeródromo da Covilhã, a Barragem das Penhas da Saúde, a variante à Covilhã, o novo Cemitério da Covilhã, a 3ª Fase do Parque Industrial do Tortosendo, a ligação de Unhais à Nave de Santo António, a requalificação urbana, a requalificação da habitação social, a implementação da produção do pêssego como solução para a fixação e aumento dos rendimentos da agricultura no concelho...e outras...tantas outras que foram desaparecendo à velocidade do seu aparecimento. -----

Mas...nas Grandes Opções do Plano e Orçamento previsional da despesa para 2021, encontramos a multiplicação por quatro e cinco a afetação de verbas para o apoio à atividade desportiva, de

recreio e lazer, para apoio às atividades culturais, o apoio a Instituições sem fins lucrativos em quatrocentos por cento para a realização de feiras, a concretização de iniciativas dos Orçamentos Participativos de 2016 e 2017. -----

Sendo necessária e desejável a progressiva retoma da atividade cultural e desportiva e a realização das feiras temáticas no concelho não nos parece que, em 2021, se possam realizar sem limitações.

Identifica-se, também, a transferência correntes e de capital para várias instituições e juntas de freguesia.. -----

Os subsídios correntes aumentam, de 2020 para 2021, 83,21%, atingindo um valor de 1 211.000,00€. -----

As Transferências correntes aumentam, de 2020 para 2021, 10,06%, atingindo o valor de 4 108 000,00€. -----

As Transferências de capital aumentam, de 2020 para 2021, em 55,01%, atingindo o valor de 1 604.000,00 €. -----

Também é visível, um esforço no investimento na rede viária e sua requalificação, exigência sempre feita por esta Assembleia à Câmara Municipal. -----

O tal prometido Plano de Requalificação das Vias Municipais nunca foi apresentado. -----

Porém, ficamos surpreendidos, quando verificamos que as verbas inscritas para as pavimentações em 2021, têm uma componente de financiamento comunitário. -----

Este facto contraria o argumento e justificação da maioria PS para não ter efetuado a manutenção e requalificação de vias municipais em anos anteriores e ter penalizado as populações. -----

Afinal, o que se alterou? -----

Ou o argumento não correspondia à realidade....e foi...uma piedosa....justificação? -----

Estamos perante um Plano e Orçamento com uma acentuada lógica eleitoral que nada tem a ver com o presente e futuro do concelho. -----

O PS quer a todo o custo...para se manter no poder...promete fazer num ano o que não fez durante 7 anos...criando expectativas que não irá satisfazer. -----

Pelas razões atrás referidas iremos votar contra. -----

Disse” -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)** fez a intervenção que, a seguir, se transcreve **(doc. 27)**: -----

“Poderíamos ser deselegantes, intolerantes, inapropriados, irresponsáveis, inexperientes e utilizar o texto da declaração de voto com que o Partido Socialista justificou a abstenção na aprovação do Orçamento e Plano de Atividades da Junta de Freguesia de Tortosendo, no qual nos acusam de não fazer as obras, que dependem do apoio da Câmara Municipal da Covilhã. -----

Mas porque queremos estar acima dessa deselegância para com a Câmara Municipal, votamos favoravelmente o Orçamento Municipal por aí estarem contempladas obras para a nossa freguesia, embora não todas como as desejadas e justas para com a freguesia de Tortosendo. ----

Se não vamos ter, por parte da Câmara Municipal da Covilhã, o arranjo da Avenida Montes Hermínios e acesso ao Casal da Serra, conforme nos garantiu o Senhor Presidente, o novo Posto da GNR, os passeios do Tortosendo à Zona Industrial, o arranjo de outros caminhos, vão ser uma realidade. -----

O Orçamento e Plano de Atividades é isso mesmo, um plano de intenções e o julgamento do que será feito ficará a cargo do povo.” -----

- Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP) fez a intervenção que, a seguir, se transcreve **(doc. 28)**: -----

“Este novo modelo de orçamento é uma novidade, mas não pode ser uma anormalidade. -----

Todas as fundamentações ou explicações são lugares comuns e vazias de conteúdo explicativo ou justificativo. -----

As grandes opções do plano passaram a ser a gestão corrente da câmara... -----

a justificação legal para a alteração não dispensa o executivo de elaborar um documento que seja esclarecedor para os vereadores e para os demais órgãos municipais. -----

Não houve qualquer preocupação em informar da alteração de modelo de apresentação, e pior não houve sequer qualquer esclarecimento ou informação prévia que permita uma análise séria de um documento desta natureza. -----

É extraordinária a informação (págs. 10 e 11) de não haver regulamentação para a elaboração dos quadro plurianual de programação orçamental (qppo), que estabelece os limites de despesa municipal incluindo as suas projeções quanto ao seu financiamento englobando uma previsão para os quatro anos seguintes e o quadro médio prazo para as finanças da autarquia local (qmpfal). ---

O que foi feito e solicitado às entidades competentes? -----

Opta-se por não fazer os quadros e conclui-se que o “orçamento municipal deverá ser encarado, não como um instrumento rígido e estático, mas antes como um documento adaptável a uma realidade dinâmica.”!?!?!?!? -----

É para dar jeito para o que se quiser?? -----

Já sabíamos que os vossos orçamentos eram para não cumprir, a partir de agora ficamos a saber que, talvez pela altura do ano, passam a ser encarados como meros adornos. -----

Não é aceitável! -----

Dos valores -----

Receitas 48,059m€ (+1milhão) -----

Impostos diretos +600.000€ -----

Taxas multas (1.336m€) 3x mais que 2020!? -----

Despesa: Mais 10% em pessoal?? -----

Despesas com passivos financeiros quase 4,2 milhões? -----

Menos dinheiro ainda para as freguesias?? Em ano eleitoral? -----

Os srs. presidentes de junta devem estar muito contentes e muito felizes pelo apoio cego que lhe tem prestado nos últimos anos... -----

É a constatação que a estratégia eleitoral deste PS, não é fazer algo positivo pelo concelho no seu todo, não há obras não há melhoria das condições de vida das pessoas! -----

Este PS resume-se ao seu o clientelismo, que vem sendo consolidado e aumentado nos últimos anos. Estes senhores querem ganhar as eleições à força de meter gente na câmara e que deles dependam. As obras do regime arrastam-se por dois mandatos... -----

as outras resumem-se a pinturas no pavimento que, para além do ridículo, nada aportam à nossa cidade e menos ao resto do concelho: se a tinta que foi aqui gasta em bicicletas fosse aplicada nas estradas municipais que servem as nossas freguesias todos agradeceríamos, incluindo os ciclistas que por elas circulam, a maior parte das vezes sem qualquer sinalização no pavimento. -----

Confesso que estava à espera que, pelo menos em ano eleitoral, este executivo saísse da mediocridade... estão mesmo convencidos que o povo da Covilhã está assim tão satisfeito com a vossa prestação? -----

Preocupante mesmo, é o que se revela para os próximos anos: -----

Menos...menos...menos ainda! -----

Menos despesa, menos investimento, menos Covilhã! -----

Uma redução prevista de 7 milhões de euros nos próximos 5 anos até 2025! -----

Sendo que as despesas correntes não se vão poder reduzir.... -----

O CDS não concorda com a estratégia (ou ausência dele) que este orçamento de fim de mandato revela e não poderá aceitar a esta capitulação aos interesses deste partido socialista e seu clientelismo. -----

Concluindo: aquilo que esta câmara municipal socialista da Covilhã faz nesta matéria, não é orçamentar, é orçamentir! -----

Por isso votamos contra” -----

- **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP)** fez a intervenção que, a seguir, se transcreve (**doc. 29**): -----

“Está para análise/votação desta Assembleia Municipal, o Orçamento para 2021, Grandes Opções do Plano Plurianual de Investimento, Compensações e Outras Receitas do Município e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos. -----

Tais documentos pretendem balizar a atividade municipal para o ano de 2021, quer em termos das sua receitas, quer em termos das suas despesas, de forma a permitir um adequado equilíbrio entre o que se prevê, o que se gasta e o que se tem. -----

Qual é a nossa análise? -----

Primeiro que tudo, realçar a possibilidade que foi dada ao DNC, de poder ter dado o seu contributo para o Orçamento. Apesar de a maior parte das nossas sugestões não terem merecido acolhimento, contudo, regista-se, pelo menos, a disponibilidade de nos ouvir. -----

Por outro lado, registaram-se algumas preocupações sociais na elaboração do orçamento, tal conforme o por nós defendido, nomeadamente, com a reparação dos Bairros Sociais – situação esta que merece, da nossa parte, reiterada preocupação, desde o início da atividade deste executivo municipal – bem como, como **a reparação de algumas vias terrestres**, nomeadamente, no sul do concelho, bem como, as obras na Escola Pêro da Covilhã, que urgem ser realizadas. -----

Contudo, **entendemos que, o Orçamento em análise, está longe de corresponder às justas e legítimas expectativas dos covilhanenses**, reiterando a política deste executivo, em não ter uma estratégia que vise, de forma pensada e aferida, **o sustentado desenvolvimento do concelho da Covilhã**, razão pela qual, **não se vislumbra qual o modelo de desenvolvimento que se defende para a Covilhã**, de forma a criar condições para que as pessoas e empresas possam optar pelo concelho da Covilhã, permitindo, assim, o aumento de sua população e, conseqüentemente, contribuindo para combater a desertificação que, infelizmente, já se verifica em várias zonas do nosso concelho. -----

Por outro lado, verifica-se que no Orçamento **há um aumento de 28,14%, com as despesas com pessoal, comparativamente com o Orçamento de 2019**, parte deste aumento é relacionado com as novas funções que lhe foram atribuídas pelo Governo. -----

Contudo, tais valores, e para além de significativos, em parte resultam das responsabilidades que foram assumidas sem haver uma previsão de data para os apoios que o Estado diz que transfere, razão pela qual, surge a nossa preocupação com o desfasamento entre a data de satisfação dos compromissos e a data de recebimento dos apoios prestados pelo Governo, o que pode causar dificuldades na tesouraria camarária. -----

Por outro lado, tivemos oportunidade de indicar **que o Orçamento de 2021, deveria ser um Orçamento virado para o combate às consequências nefastas que a COVID-19 está a causar, às pessoas e empresas**. Daí, e tendo em atenção uma adequada gestão dos recursos, devia ser dada primazia, em detrimento de outras atividades, **ao apoio à população e, desta forma, devia o Orçamento prever:** -----

1. **Não pagamento das rendas sociais, durante o primeiro semestre de 2021;** -----
2. **Não pagamento de rendas de estabelecimentos, dos quais o Município da Covilhã seja proprietário, durante o primeiro semestre de 2021;** -----

3. **Criação de um fundo de apoio para o comércio local**, de forma a permitir um incentivo para a aquisição de produtos, bens ou serviços pelos consumidores em estabelecimentos comerciais/restaurantes, e prestadores de serviços como seria, por exemplo, a **criação de vales de desconto para clientes**; -----
4. **Redução do pagamento de IMI, para empresas e pessoas singulares, para o ano de 2021**;
5. **Criação de apoios para as instituições de solidariedade social para o ano de 2021, que visem melhorar e otimizar suas atividades**; -----
6. **Criar na C. M. da Covilhã, um Gabinete de apoio a empresas/empresários na resolução das suas dificuldades, provocadas pela pandemia**, bem como, aferir na reconversão, no todo ou em parte, **das suas atividades, tendo em vista a manutenção das sua atividade e postos de trabalho**; -----
7. **Isenção do pagamento de taxas para empresas que pretendam requalificar suas instalações e/ou atividade**. -----

Por outro lado, e numa dinâmica que vise a criação de postos de trabalho, **devia o Orçamento prever**: -----

- **Criação de apoios para fixação de jovens no concelho, nomeadamente, aquando do nascimento de filhos ou na aquisição e/ou arrendamento de habitação**; -----
- **Isenção do pagamento de taxas adicionais para empresas que queiram instalar-se no concelho da Covilhã**; -----
- **Criação de investimentos para a reconstrução urbana: telhados, paredes, janelas e portas com materiais ecológicos**. -----

Diga-se e caso seja possível, devia este **Orçamento prever investimentos que permitam um adequado desenvolvimento do concelho, tais como**: -----

1. **Construção/reconstrução da estrada de acesso das Cortes do Meio e Unhais da Serra à Serra da Estrela**; -----
2. **Construção de passadiço na Ribeira da Degoldra e da Carpinteira**; -----
3. **Construção de ciclovias que permitam ligar as escolas às principais artérias das freguesias**;
4. **Conclusão das obras de reparação das estradas do nosso concelho (sendo, o troço de Vales do Rio – Peso, imperioso)**; -----
5. **Obras de conservação/reparação de parques infantis, pavilhões e jardins**; -----
6. **Elaboração e implementação de um estudo sobre a circulação de veículos automóveis no centro da cidade da Covilhã**. -----

Podem dizer que, para quem defende uma gestão rigorosa, o que se propõe não é exequível. Não concordamos. As despesas devem ser diminuídas, nomeadamente, a nível nas inúmeras assessorias, algumas das quais não vislumbramos ter qualquer interesse camarário. -----

Haja hierarquização de prioridades. Haja meios disponíveis. E tudo se poderá fazer. -----

Com este Orçamento e Plano, o nosso concelho continuará a marcar passo... estando, assim, **muito além das legítimas expectativas dos cidadãos do nosso concelho.** -----

Com este Orçamento **não há um conhecimento eficaz dos danos provocados pela COVID-19, na população.** -----

Em virtude de não nos revermos em tais documentos, e não servindo os interesses da população, não merece nossa concordância, razão pela qual, **iremos votar CONTRA.** -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio)** referiu que iria “votar favoravelmente, na perspectiva de que o Senhor Presidente da Câmara cumpra com a sua palavra dada na comunicação social em que não terminaria este mandato sem o arranjo da estrada municipal 503. -----

Para tal facto, não vai ser o nosso voto que o vai ser impeditivo de concretizar esse objetivo e iremos votar favoravelmente, pensando e tendo como vontade que a mesma seja efetuada no primeiro trimestre, conforme combinamos numa reunião na Câmara Municipal. Assim espero e que fique bem claro que assim seja e que esse objetivo seja concretizado porque já andamos há sete anos a falar do mesmo.” -----

- **Senhor Presidente da Câmara** prestou os seguintes esclarecimentos: -----

“Ficaria muito preocupado era se a Oposição viesse aqui dizer bem deste Orçamento: era porque ele estava mal feito. -----

Este documento, para além de ser o documento mais importante de apoio à gestão, é um documento contabilístico e tem lá refletido a previsão anual das receitas e das despesas do Município, indicando a origem dos recursos necessários para cobrir essas mesmas despesas. -----

Pela primeira vez e ao fim de muitos anos, temos novas regras de POCAL para a elaboração de um Orçamento. Têm aqui a transparência total e integral. Este novo sistema de normalização contabilístico para as administrações públicas é o mais transparente de todos os sistemas que já existiu em termos contabilísticos, mas exige um grau de conhecimento técnico que dá muito trabalho e é preciso deter conhecimentos muito específicos, para além daqueles com os quais já estamos dotados ou apetrechados para as competências que temos neste domínio. -----

O legislador, quando introduziu a exigência deste novo sistema, foi exatamente para que se conferisse maior transparência com a gestão municipal. Ou seja, para quem souber e tiver a paciência, o prazer ou o gosto de estudar e analisar as regras e depois ver e saber interpretar os documentos, hão de ver que está lá tudo clarinho. -----

A verdade também é outra: este documento previsional é um documento dinâmico e que tem de ser ajustado à realidade e neste contexto em que vivemos ainda mais. -----

Um Orçamento elaborado, tendo em vista um ano com aquele que se avizinha, onde se vão agudizar todas as dificuldades, tem que ser mais fácil de se adaptar a essas mesmas realidades. ---

Aprovámos, como estão recordados, a redução de 4,90€/metro linear para 3€/metro linear da taxa de ocupação do subsolo. Apesar das contas estarem certas, está aí 4,90€, mas é um lapso que tem de ser tido em conta para este efeito. -----

Aumento dos custos com o Pessoal – Esquecem-se de que metade dos trabalhadores aos quais pagamos remunerações não foram recrutados pelo Município. São trabalhadores que, no âmbito das transferências que aceitámos, designadamente da educação, não obstante de não haver um agravamento do nosso lado em termos de despesa (não temos que alocar receita nossa a essa despesa porque vem do Orçamento do Estado e tem vindo com regularidade), passaram a integrar os quadros do Município. Não aumentámos o nosso quadro de pessoal. O anuário dos municípios portugueses diz que a Covilhã está colocada, dos 308 municípios, em 30.º lugar no ranking com menor peso de pagamento de despesa com pessoal na despesa total! -----

Este Orçamento é um documento que, na prática, satisfaz as necessidades dos cidadãos, da sua melhoria da qualidade de vida; que tem existido desenvolvimento integral no Município; que proporciona a aproximação da população aos eleitos; e que não descarta aquilo que são as obras estruturantes. Claro que gostava de fazer todas as obras que aqui foram enumeradas, mas não podemos ter *sol na eira e chuva no nabal*. -----

Este documento reflete o resultado da aplicação de uma política verdadeiramente responsável na gestão do Município, sem descuidar aquilo que é essencial que é devolver a sustentabilidade financeira ao Município da Covilhã. -----

O anuário dos municípios portugueses vem dizer que o volume de pagamento da amortização de empréstimos coloca a Covilhã, dos 308 municípios, em 18.º lugar! Vem também dizer que tivemos a maior diminuição do passivo exigível, ou seja, vulgo dívida bancária! Em 308 municípios estamos em 15.º lugar! -----

Estes números contradizem tudo aquilo que fazem crer na opinião pública! -----

Este mesmo anuário diz que pagamos quase a pronto. Em 308 municípios, estamos em 58.º lugar. Isso é importante porque dá credibilidade à Câmara, injetamos dinheiro na economia local, dinamizamos a economia local, puxamos pelas nossas empresas, ... -----

Em bom rigor, estamos no quadro de honra financeiro. -----

O EBITA, principal rácio para quilatar e verificar se uma empresa ou entidade pública é ou não é bem gerida, coloca-nos em 36.º lugar a nível nacional. -----

Estamos nos primeiros 12 municípios portugueses que melhor aproveita o instrumento financeiro IFRRU. -----

Outro indicador é o preço de venda do imobiliário na Covilhã.” -----

Relativamente às transferências para as freguesias, referiu que foi combinado com elas “tudo o que vai ser feito durante o ano de 2021 assim que a pandemia o permita. -----

Estamos aí para fazer aquilo que nos propusemos: requalificar o maior número possível de estradas, as entradas do concelho, a estrada de Vales do Rio, a entrada para a Erada, concluir a estrada do Porsim e outras que ainda não estão pensadas e programadas para já, mas, porque este

é um documento dinâmico e porque estão lá as rubricas para esse efeito, vamos ajustar o Orçamento e, se calhar, fazer mais do que aquilo que temos programado.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Orçamento para 2021, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Atividades Municipais, Mapa de Pessoal, atualização da Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos foi a mesma aprovada por maioria, com 27 votos a favor (PS e os Presidentes de Junta e União de Freguesias: Aldeia de S. Francisco de Assis, Ferro, Orjais, Tortosendo, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Sobral de S. Miguel, Verdelhos, Vale Formoso e Aldeia do Souto) e 10 votos contra (DNCCP, CDS-PP, PSD e PCP).** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala os Senhores: Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD) e Presidentes das Juntas de Freguesia de Dominguiso e de Peraboa. -----

Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- Senhora **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS)** o mesmo teor da intervenção. -----
- Senhor **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)** o mesmo teor da intervenção. -----

2.3 - ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA/2020

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de dezembro de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 6426 de 2020.12.18 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foi interveniente a Senhora **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS)** que fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(doc. 30)** -----

“A alteração modificativa do Orçamento que nos cumpre apreciar hoje revela bem a saúde imprimida às finanças municipais fruto de uma adequada planificação orçamental que tem sido apanágio do executivo. Dos documentos entregues, verificamos que, o que hoje temos que apreciar, é uma revisão em alta da receita corrente da autarquia que resulta, não de um aumento de taxas, mas sim, da atividade económica no Concelho ser mais dinâmica do que inicialmente previsto. É o caso do IMI, do IMT e até do IRS. São bons sinais, é sinal que a Covilhã se tornou mais

atrativa, é sinal que as famílias têm mais rendimento. No mesmo documento, ajusta-se ainda a parcela das transferências da Administração Central, o que se deve fundamentalmente ao facto de, aquando da elaboração do Orçamento da Autarquia para 2020, não estar ainda aprovado o Orçamento Geral do Estado, não sendo por isso possível saber com exatidão o valor das transferências da Administração Central. Quanto ao FEDER, onde temos uma diminuição da receita, a razão exata é o atraso nos pagamentos já submetidos e que estavam programados receber. Talvez tenha sido o Covid que tenha tido uma incidência maior em Coimbra! -----

A bancada do Partido Socialista vota favoravelmente.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita/2020** foi a mesma **aprovada por maioria com 28 votos a favor (PS, DNCCP e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Aldeia de S. Francisco de Assis, Orjais, Tortosendo, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Sobral de S. Miguel, Verdelhos, Vale Formoso e Aldeia do Souto) e 5 abstenções (CDS-PP e PCP).** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores: Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD), Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Tiago Santos Silva (PS), Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS), Presidentes de Junta/União de Freguesia de Boidobra, Covilhã e Canhoso, Ferro, Dominguiso, Peraboa. -----

2.4 - FIXAÇÃO DE IMI PARA O ANO DE 2021

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 30 de novembro de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas e) e d), do n.º 1 e alínea k), do n.º 2 do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 6231 de 2020.12.03 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS) (doc. 31):** “A proposta de IMI para o próximo ano é alvo de uma apreciação favorável pelo Partido Socialista. Este imposto representa uma fatia importante das receitas correntes do Município e tem, por isso, um papel relevante no equilíbrio orçamental que importa preservar. Ainda assim, é de destacar que a taxa ora apresentada representa uma diminuição relativamente ao ano transato, relevando a preocupação de desonerar progressivamente os covilhanenses procurando manter a execução das atividades municipais. O

caminho tem que este, apenas seria desejável que o conseguíssemos fazer mais depressa, tal como dissemos no ano passado. Facto incontornável é que esta é mais uma diminuição na taxa deste imposto e que não é a primeira que fizemos neste mandato. -----

O Voto do Partido Socialista é favorável.” -----

- Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro (DNCCP) (doc. 32): “*Está em análise a proposta para a fixação do IMI para o ano de 2021. -----*

Do documento resultam aspetos que merecem a nossa concordância, nomeadamente, o estabelecimento de taxas mais gravosas para quem não cuida dos seus prédios e a atribuição de apoios para quem é proprietário, com um determinado tipo de agregado familiar. -----
Aspetos positivos que realçamos. -----

*Contudo, entendemos que se poderia ir mais longe, nomeadamente, no apoio a dar/conceder na redução do IMI dos proprietários singulares/colectivos que **tenham visto as suas atividades afetadas pelo COVID-19, para além de entendermos que, em ano de crise, podíamos ir mais longe, na fixação de uma taxa inferior de IMI.** -----*

*Deste modo e atento o supra indicado, iremos **ABSTER.**” -----*

- Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP) (doc. 33): “*Reduzem 0,01% para os urbanos (0,36%). Mantém as dos rústicos em 0,80%. -----*

Nesta altura de crise o município, não se pode limitar ao cumprimento de promessazinhas de redução de 0,01% ao ano. -----

Era necessário e benéfico que esta câmara, tendo consciência do peso cada vez maior que o IMI tem nos orçamentos familiares, e pelo menos este ano em que se prevêem de consequências graves em termos económicos e sociais, sobejamente conhecidas e cuja prevenção se impõe está mais que fundamentada e justificada, se optasse por estabelecer a taxa mínima de IMI de 0,3%, pelo que se propõe essa alteração. -----

No âmbito dos prédios rústicos, e numa altura em que os investimentos agrícolas são de extraordinária importância, propomos que haja uma isenção de IMI os prédios rústicos que estejam ou sejam afetos a investimentos e explorações agrícolas devidamente comprovados. -----

Voto contra.” -----

- Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP): “*é evidente que nós concordamos com esta redução do IMI de 0.37 para 0.36, reafirmando que, mesmo assim aquém daquilo que seria possível ainda baixar, porque o IMI no Concelho da Covilhã continua a ser, dos Concelhos vizinhos, aquele que tem uma taxa mais elevada. -----*

Apesar de não nos revermos nessa do IMI para famílias numerosas, pois não conhecemos que exista renda apoiada para famílias numerosas, há aqui uma discriminação entre quem é proprietário de casa e quem não é, que penso que não se justifica. Mas esses valores do IMI, essa

taxa do IMI, reparem que no 2.3, na Alteração Modificativa, houve uma alteração do orçamento porque houve um aumento de receita do IMI. Ou seja, não foi o facto de ter baixado de 0.38 para 0.37 que essa receita não se verificou, ultrapassou-se a receita que, pelo menos, estava prevista.

Eu penso que seria possível e desejável ir mais longe e aproximar esta taxa do IMI àquilo que se pratica na Região, aquilo que se pratica no Distrito, até chegar à taxa mínima ao 0.30, penso que se justificava perfeitamente, face à pandemia, face ao apoio, enfim à População, que deixando mais dinheiro no bolso das pessoas, as pessoas também têm mais dinheiro para consumir, dinamizar a economia local, a procura interna, o consumo interno, o consumo local, seria esse apoio e esse sinal que a Câmara poderia e deveria dar para o Orçamento de 2021.” -----

- **Senhor Presidente da Câmara Municipal** informou que estão a cumprir com o que prometeram e de acordo com a Lei do Orçamento do Estado. -----

Continuou dizendo que “a taxa dos prédios rústicos é fixa, não se pode baixar e 100% vai integralmente para as freguesias. Pode ser é objeto de majorações quando os prédios, e bem, não são tratados porque não podemos passar o tempo a clamar por limpezas florestais e depois tolerar que haja prédios que estejam infestados, que não sejam mantidos e que não sejam penalizados.”

Referiu estarem a reduzir com uma “redução prudente” porque, tendo “uma gestão responsável, não podemos querer fazer coisas se não tivermos receitas. Temos que ser equilibrados no sentido de ter receita mínima, penalizando o menos possível as famílias e as empresas, para despende naquilo que é preciso fazer e que vocês todos reclamam. -----

Estamos a cumprir aquilo que tínhamos prometido e estamos a honrar a palavra que é a de apresentar uma redução, quer de derrama, quer de IMI, quer de IMT.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Fixação do IMI para o ano de 2021 - Prédios Rústicos – taxa de 0,80%; Prédios Urbanos – taxa de 0,36%; ao abrigo do disposto no n.º 3, do art.º 112 do CIMI, Prédios Urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, ou Prédios em Ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas os prédios como tal definidos em Diploma próprio – elevada ao triplo; Prédios Urbanos parcialmente devolutos, incidindo o agravamento da taxa, no caso dos prédios não constituídos em propriedade horizontal, apenas sobre a parte do valor patrimonial tributário correspondente às partes devolutas; ao abrigo do disposto no n.º 8, do art.º 112 do CIMI, a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, seja majorada em 30%; ao abrigo do disposto no n.º 9, do art.º 112 do CIMI, majorar ao dobro a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20€ por cada prédio abrangido; considerando-se em ruína o edifício que desmoronou ou foi demolido no todo ou em parte e que mantém total ou parcialmente as fachadas exteriores e/ou paredes resistentes (mestras), no qual se tornou impossível a utilização para o fim a que se destinava e cuja reparação/ reconstituição apenas é possível por via de reconstrução (deverá considerar-se**

a definição de reconstrução constante do RJUE, na redação em vigor à data da aplicação no Concelho); Redução Fixa, ao abrigo do disposto do artigo 112.º-A do CIMI, nos seguintes termos: 1 Dependente a Cargo - 20€; 2 Dependentes a Cargo - 40€; 3 ou mais Dependentes a Cargo - 70€ - foi a mesma aprovada por maioria, com 26 votos a favor (PS e os Presidentes de Junta e União de Freguesias: Aldeia de S. Francisco de Assis, Orjais, Sobral de S. Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Vale Formoso e Aldeia do Souto), 4 votos contra (CDS-PP e Presidente de Junta de Freguesia do Ferro) e 5 abstenções (DNCCP e PCP). -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores: Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD), Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Tiago Santos Silva (PS), Presidentes de Junta/União de Freguesia de Boidobra, Covilhã e Canhoso, Dominguiso, Peraboa. -----

Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- Senhor **Dr. Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro)**: “Tenho estado estes três anos, nesta Assembleia, como representante da Freguesia do Ferro, portanto acho que não devo intervir antes, porque represento a Freguesia e não estou mandatado pela Freguesia para votar de uma forma ou de outra. -----

A título pessoal, não posso votar favoravelmente um IMI, um imposto municipal que sei que está no Orçamento de Estado, mas que eu acho que é o imposto mais injusto. Digo isto para ficar claro, não por ser proprietário ou ter muitas propriedades ou poucas. E quero deixar claro, de uma vez, o porquê deste voto contra, neste IMI, ou qualquer IMI, pelo menos nestes moldes. -----

O IMI prejudica quem se esforça, quem trabalha para ter uma casa, para ter algum património. --

Temos pessoas que compram uma casa, estão trinta a trinta e cinco anos a pagá-la ao Banco e estão a pagar IMI. A casa não é deles. Estão a pagá-la com muito esforço e sacrifício. -----

A mim não me choca pagar IMI sobre propriedades, sobre habitação secundária, sobre propriedades arrendadas. E não tenho problema para afirmar aqui, claramente, que votarei favoravelmente um IMI quando a habitação própria for isenta, quando a habitação onde vivemos com a nossa família seja isenta. Aumente-se o IMI sobre a habitação secundária. Vá-se ao máximo sobre a habitação e as propriedades, os prédios arrendados, porque imposto sobre rendimento não me choca, e contra mim falo, não me choca. -----

Imposto sobre aquilo... se pensarmos na Magna Carta, onde assenta muita da nossa democracia ocidental, onde se definiu a casa de um homem, seja rica, seja pobre, seja um palácio, seja uma cabana, é o seu castelo e num castelo manda o homem e manda a família que lá está, o Estado não deve intervir. Portanto, imposto sobre habitação própria, é injusto e transforma esse imposto num imposto mais injusto. -----

À Câmara Municipal da Covilhã gostaria de ver coragem para aduzir a zero, eliminar o IMI sobre a primeira habitação e aumentar, porque a receita é necessária, sobre a segunda habitação e sobre o património alugado. -----

É apenas isto para ficar claro que não voto contra porque me apetece ou porque tenho património ou deixo de ter. Voto contra porque considero injusto que quem trabalha uma vida para ter uma casa continue a pagar o imposto sobre aquilo que já pagou, sobre o qual paga impostos. Muito obrigado.” -----

- Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** o mesmo teor da intervenção. -----

- Senhor **Dr. José Paulo Pina Simão (PS)**: “Voto favoravelmente porque trata-se de impostos e porque acredito numa certa perspetiva doutrinal da sociedade. -----

A minha perspetiva é aquela que é contrária ao chamado neoliberalismo que defende que as pessoas devem ater-se a si próprias e que, se tiverem problemas, entram na classe dos excluídos. Eu defendo o contrário. Defendo que o Estado tem um papel regulador do mercado. Existem privilegiados e monopolistas e é essencial a intervenção e a participação do Estado na economia do mercado para regular os excessos do mercado. -----

Não se pode querer que o Estado e as Autarquias participem e ajudem e, depois, defender-se o contrário de que o Estado não pode angariar impostos e que deve deixar as pessoas utilizem os seus recursos livremente. -----

Há aqui um paradoxo. Ou há dinheiro para ajudar as pessoas ou não há dinheiro. E, para haver, tem que haver impostos. -----

Acredito que o mercado não pode funcionar sozinho e tem que ser regulado pelo Estado através dos impostos.” -----

2.5 - FIXAÇÃO DA DERRAMA PARA O ANO 2020

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 30 de novembro de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 6232 de 2020.12.03 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP) (doc. 34):** “Reduz a taxa geral de 1,3 para 1,2%. Mantem a taxa de 0,10% para os sujeitos passivos com um volume de negócios que no ano anterior não ultrapasse os € 150.000,00, **“com o fundamento de fomentar a economia local atendendo à grave crise que atualmente se verifica”**. -----

*Não se terão enganado? Em face do fundamento e da informação constar que a “câmara municipal delibere propor à assembleia municipal a redução da taxa de Derrama para os sujeitos passivos” não pode ser a mesma que o ano passado! **Voto contra.**” -----*

- **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS) (doc. 35):** “Num ano ainda marcado pela pandemia da COVID-19 vemos com bons olhos a preocupação que a CMC apresenta com o estímulo da atividade económica que está patente na proposta de Derrama que apresenta a esta assembleia. Por um lado, mantém 0,1% para as empresas com volume de negócios inferior a 150 000 Eur., que são as pequenas empresas que porventura mais sofreram no ano que acaba. Importa dar um apoio a estas empresas, que estão em grande esforço para manter a sua atividade, para manter os postos de trabalho. É uma medida que se repete, mas que porventura nunca teve tanta importância. No que diz respeito à taxa geral verifica-se uma diminuição de 0,1% também como forma de incentivo à manutenção da sua atividade e dos postos de trabalho numa demonstração que os poderes públicos municipais estão atentos e colaborativos. -----

O Partido Socialista vota favoravelmente a proposta de fixação da Derrama.” -----

- **Fausto Herculano Branco Baptista (DNCCP) (doc. 36):** “Em análise: a fixação de taxa de derrama para o ano de 2021. -----

A taxa de derrama é uma taxa especial, exigida a empresas que tenham um determinado volume de negócios. -----

Propõe a taxa de 1,20%, bem como, uma redução do seu valor para a taxa de 0,10%, para quem tenha um volume de negócios que, no ano anterior, não ultrapasse os 150 000,00€. -----

Contudo, num ano em que a crise está a afetar as empresas sediadas no concelho da Covilhã, tendo, inclusive, algumas sido obrigadas a reduzir a sua atividade, entendemos que não deverá ser paga qualquer taxa de derrama. -----

É necessário apoiar as empresas. -----

É necessário criar incentivos para as suas atividades. -----

O não pagamento da taxa de derrama é um incentivo. -----

*Razão pela qual, entendemos **votar CONTRA** a proposta apresentada pelo atual executivo camarário.” -----*

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP) (doc. 37):** “O PCP sempre concordou com a aplicação desta taxa e sempre entendeu que este é um instrumento de fiscalidade local que deve ser assumido

como um instrumento de suporte a uma política local de promoção da base económica dirigida, particularmente, ao apoio e fomento das suas micro e pequenas empresas. -----

É nesta perspectiva que temos defendido nomeadamente a isenção aos micro e pequenos empresários que apresentem um volume de negócios inferior aos 150 mil euros, pois este é o limiar das pequenas empresas familiares que permite praticamente garantir o salário de uma só pessoa, devendo tais empresas ser isentadas de sujeição à Derrama e não, como mais uma vez é feito, aplicar-lhes 0,10%. -----

O apoio a economia local e às micro, pequenas e médias empresas deverá traduzir-se em ações concretas. -----

Em 2015 e 2016, os sujeitos passivos com um volume de negócios que no ano anterior não ultrapassasse os 150.000,00€ ficaram isentos, assim como em anos anteriores desde o lançamento da derrama. -----

Existiu sempre a preocupação do executivo e deliberativo em apoiar, de facto, a economia local. --

Porém, em 2017 e 2018, com o argumento do PAEL (Programa de Apoio à Economia Local) foi alargada a derrama àqueles sujeitos passivos, com a aplicação da taxa de 0,10%. -----

Para 2019 manteve-se a taxa de 0,10% já sem o argumento do PAEL e da obrigação nele inscrita de se elevarem as taxas até ao seu valor máximo. -----

Para 2020 propõe a Câmara Municipal a aplicação do mesmo valor, os 0,10%. -----

Porém em relação à taxa a aplicar aos sujeitos passivos com um volume de negócios superior a 150.000,00 € o Executivo propõe uma redução de 1.30% aplicado em 2017,2018 e 2019 para os 1.20% a aplicar em 2020. -----

Ora, os eleitos do PCP, para o apoio ao comércio local e às pequenas empresas, e levando em conta o equilíbrio orçamental, propomos: -----

- Isentar de Derrama as empresas com volume de negócios até 150.000€, mantendo o valor de 1,3% para as empresas com valor de facturação superior." -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Fixação da Derrama para o ano 2020 em 1,20% e para os sujeitos Passivos com um volume de negócios que no ano anterior não ultrapasse os 150.000,00€ em 0,10% foi a mesma aprovada por maioria, com 22 votos a favor (PS e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Ferro, Orjais, Sobral de S. Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Vale Formoso e Aldeia do Souto) e 8 votos contra (DNCCP, CDS-PP e PCP).** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores: Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD), Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS), Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS), Tiago Santos Silva (PS), Presidentes de

Junta/União de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Boidobra, Covilhã e Canhoso, Dominguiso, Peraboa. -----

Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- Senhora **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS)**: o mesmo teor da intervenção. -----

- Senhor **Dr. José Paulo Pina Simão (PS)**: “Voto favoravelmente porque trata-se de impostos e porque acredito numa certa perspetiva doutrinal da sociedade. -----

A minha perspetiva é aquela que é contrária ao chamado neoliberalismo que defende que as pessoas devem ater-se a si próprias e que, se tiverem problemas, entram na classe dos excluídos. Eu defendo o contrário. Defendo que o Estado tem um papel regulador do mercado. Existem privilegiados e monopolistas e é essencial a intervenção e a participação do Estado na economia do mercado para regular os excessos do mercado. -----

Não se pode querer que o Estado e as Autarquias participem e ajudem e, depois, defender-se o contrário de que o Estado não pode angariar impostos e que deve deixar as pessoas utilizem os seus recursos livremente. -----

Há aqui um paradoxo. Ou há dinheiro para ajudar as pessoas ou não há dinheiro. E, para haver, tem que haver impostos. -----

Acredito que o mercado não pode funcionar sozinho e tem que ser regulado pelo Estado através dos impostos.” -----

2.6 - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS AOS RENDIMENTOS AUFERIDOS EM 2021

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 30 de novembro de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 6233 de 2020.12.03 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS) (doc. 38):** “O IRS é um imposto que incide sobre o rendimento das pessoas singulares. É o imposto que realmente representa a progressividade na aplicação da carga fiscal. No entender do Partido Socialista a ação governativa tem que, obrigatoriamente, ter um efeito na redistribuição dos rendimentos e essa redistribuição é feita essencialmente por via da progressividade no IRS. É inteiramente justo que quem mais ganha mais pague, e que pague com uma taxa maior do que quem ganha menos. Estamos longe das propostas da direita que procuram instituir uma taxa única para o IRS. É algo de que não abdicamos, estamos frontalmente contra a isenção da participação no IRS, e concordamos por isso com a proposta que nos é presente. -----

O Partido Socialista vota favoravelmente esta proposta.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Participação Variável no IRS aos Rendimentos Auferidos em 2021 – 5% foi a mesma aprovada por maioria, com 26 votos a favor (PS, PCP e Presidentes de Junta e União de Freguesia: Ferro, Orjais, Sobral de São Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Vale Formoso e Aldeia do Souto), 3 votos contra (CDS-PP) e 3 abstenções (DNCCP).** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores: Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD), Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS), Tiago Santos Silva (PS), Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS) Presidentes de Junta/União de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Boidobra, Covilhã e Canhoso, Dominguiso, Peraboa. -----

Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- Senhora **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS):** o mesmo teor da intervenção. -----

- Senhor **Dr. José Paulo Pina Simão (PS):** “Voto favoravelmente porque trata-se de impostos e porque acredito numa certa perspetiva doutrinal da sociedade. -----

A minha perspetiva é aquela que é contrária ao chamado neoliberalismo que defende que as pessoas devem ater-se a si próprias e que, se tiverem problemas, entram na classe dos excluídos. Eu defendo o contrário. Defendo que o Estado tem um papel regulador do mercado. Existem privilegiados e monopolistas e é essencial a intervenção e a participação do Estado na economia do mercado para regular os excessos do mercado. -----

Não se pode querer que o Estado e as Autarquias participem e ajudem e, depois, defender-se o contrário de que o Estado não pode angariar impostos e que deve deixar as pessoas utilizem os seus recursos livremente. -----

Há aqui um paradoxo. Ou há dinheiro para ajudar as pessoas ou não há dinheiro. E, para haver, tem que haver impostos. -----

Acredito que o mercado não pode funcionar sozinho e tem que ser regulado pelo Estado através dos impostos.” -----

2.7 - 4.ª ALTERAÇÃO DO PDM – ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO – DECORRENTE DA REVOGAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DOS PENEDOS ALTOS E DO PLANO DE PORMENOR DA PALMEIRA – DECLARAÇÃO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de novembro de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea r), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e com o n.º 4 do artigo 121.º do RJIGT, através do ofício n.º 6067 de 2020.11.24 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - **4.ª Alteração do PDM – Alteração por adaptação – Decorrente da revogação do Plano de Pormenor dos Penedos Altos e do Plano de Pormenor da Palmeira foi a mesma aprovada por maioria, com 24 votos a favor (PS e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Ferro, Orjais, Sobral de S. Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Vale Formoso e Aldeia do Souto) e 8 abstenções (DNCCP, CDS-PP e PCP).** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores: Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD), Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Dra. Leonor Narciso (PS), Tiago Santos Silva (PS), Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho, Presidentes de Junta/União de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Boidobra, Covilhã e Canhoso, Dominguiso, Peraboa. -----

Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)**: “Optámos pela abstenção. Já tínhamos optado pela abstenção na revogação dos planos. Como é evidente estamos aqui, no fundo, a fazer uma adaptação do texto do PDM, retirando a referência do Plano de Pormenor dos Penedos Altos e do Plano de Pormenor das Palmeiras. -----

Mas, continuamos a afirmar aquilo que dissemos na Sessão da revogação dos planos, ou seja: estas zonas, quer das Palmeiras, quer dos Penedos Altos, devem ser sujeitas a novos planos de pormenor

porque estamos a deixar áreas urbanas significativas sem um instrumento ou regulamento sempre necessário para se evitar muitas vezes abusos. -----

O plano geral de urbanização tem uma dimensão mais alargada e penso que, só por si, não irá ter capacidade para regular estas zonas urbanas. -----

Portanto, continuamos a defender que o Plano de Pormenor deveria ser elaborado nestas duas zonas.” -----

- Senhor **Arq. João José Augusto Quelhas Gaspar (PS)**: “O Partido Socialista votou favoravelmente este ponto pelo facto de os planos que foram revogados serem já antigos e limitarem a evolução e o desenvolvimento de edificação nesses locais. O PDM, como é conhecido de todos, está a ser alterado e irá, concretamente, incidir em relação aquilo que devem ser as regras, a implementação dos planos e as diretrizes para a edificação num local e numa Cidade.” -----

2.8 - 1.ª ADENDA AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO REEMBOLSÁVEL À OPERAÇÃO – CENTRO-09-4943-FEDER-000026 – “REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO DE INCLUSÃO SOCIAL DA COVILHÃ”, CELEBRADO EM 03.12.2018

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 30 de novembro de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 6234 de 2020.12.03 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. José Paulo Pina Simão (PS)**: referiu ser importante a votação deste ponto “porque estamos a falar de uma redução no valor previsto inicialmente a pagar pela remodelação do Centro de Inclusão Social.” -----

Continuou dizendo que mais importante do que uma boa execução da obra era o facto de a Câmara estar a “proporcionar melhores condições quer aos serviços que prestam serviço às populações, quer diretamente às populações na medida em que têm melhores condições de acesso a esses serviços. -----

O caso do Centro de Inclusão Social é um bom exemplo de como é possível fazer política e obras a favor das populações.” -----

Por último, enfatizou o facto de a Oposição nada dizer sobre estes bons exemplos em termos de obras. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **1.ª Adenda ao Contrato de Financiamento Reembolsável à Operação – CENTRO-09-4943-FEDER-000026 - “Reabilitação de edifício para instalação do Centro de Inclusão Social da Covilhã”, celebrado em 03.12.2018 foi a mesma aprovada por maioria, com 24 votos a favor (PS e Presidentes de Junta e União de Freguesia de Ferro, Orjais, Sobral de São Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Vale Formoso e Aldeia do Souto) e 8 abstenções (DNCCP, CDS-PP e PCP).** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores: Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD), Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Dra. Maria Leonor Cipriano Narciso (PS), Tiago Santos Silva (PS), Presidentes de Junta/União de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Boidobra, Covilhã e Canhoso, Dominguiso, Erada, Peraboa. -----

2.9 - CANDIDATURA À OPERAÇÃO 10.2.1.6 DO PDR2020 – “ROTAS DAS PONTES” – CORTES DO MEIO – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

--- Na sequência da solicitação da Junta de Freguesia de Cortes do Meio, foi presente o pedido de Declaração de Interesse Público, com vista a submeter a candidatura à Operação 10.2.1.6 - Renovação das Aldeias - do PDR2020 - “Rota das Pontes”, com o fundamento de que é de manifesto interesse das populações e da economia local, a concretização do investimento “Rota das Pontes” (projeto que se enquadra na estratégia de desenvolvimento da atratividade turística e da valorização e conservação dos recursos endógenos existente, e a relevância do percurso promoverá indubitavelmente à economia social, e potenciará a atratividade turística, integrando-se na estratégia municipal de dinamização do território). -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

- Foi concedida a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Cortes do Meio – Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas** – para apresentação do presente assunto, tendo o mesmo explicado que “esta Declaração vai permitir a majoração da valia global da operação e, por isso, é importante que os Senhores Deputados sobre ela se pronunciem. -----

É um percurso pedestre de cerca de 9 km de percurso circular entre Cortes do Meio e Bouça. Vai integrar a rede de percursos das aldeias de montanha e integrar também o programa de ação

PROVERE *iNature*. Vai acima de tudo potenciar a nossa marca da capital das piscinas naturais; valorizar o nosso património paisagístico; potenciar a atratividade turística; e, alavancar a nossa economia local.” -----

Face ao exposto, solicitou que a Assembleia Municipal se pronunciasse sobre o assunto e ainda que a Câmara Municipal “possa fazer os protocolos de delegação de competências com a Junta, no sentido de podermos fazer face a este e outros projetos.” -----

--- Colocada a proposta da Junta de Freguesia de Cortes do Meio à votação – ***Candidatura à Operação 10.2.1.6 do PDR2020 – “Rota das Pontes” – Cortes do Meio – Declaração de Interesse Público foi a mesma aprovada por unanimidade.*** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores: Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD), Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Dra. Maria Leonor Cipriano Narciso (PS), Tiago Santos Silva (PS), Presidentes de Junta/União de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Boidobra, Covilhã e Canhoso, Dominguiso, Erada, Peraboa. -----

2.10 - AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DO PAUL – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA OBRA E AUSÊNCIA DE ALTERNATIVAS À LOCALIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO, EM ÁREAS NÃO INTEGRADAS NA REN

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de novembro de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea r), do n.º 1 e da alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º, conjugado com a alínea cc), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 6063 de 2020.11.24 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Ampliação do Cemitério do Paul - Reconhecimento de Interesse Público Municipal da Obra e ausência de alternativas à localização do equipamento, em áreas não integradas na REN foi a mesma aprovada por maioria, com 28 votos a favor (PS, DNCCP, PCP e Presidentes de Junta e União de Freguesia de Ferro, Orjais, Sobral de São Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Vale Formoso e Aldeia do Souto) e 3 abstenções (CDS-PP).*** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores: Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD), Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Dra. Maria Leonor Cipriano Narciso

(PS), Tiago Santos Silva (PS), Presidentes de Junta/União de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Boidobra, Covilhã e Canhoso, Dominguiso, Erada, Peraboa. -----

2.11 - PROCESSO N.º 21/17 – RUI MANUEL SIMÕES RODRIGUES – DECLARAÇÃO DE RELEVANTE INTERESSE MUNICIPAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de novembro de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea r), do n.º 1 e da alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 5658 de 2020.11.10 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Processo n.º 21/17 - Rui Manuel Simões Rodrigues - Declaração de Relevante Interesse Municipal foi a mesma aprovada por maioria, com 24 votos a favor (PS, PCP e Presidentes de Junta e União de Freguesia de Ferro, Orjais, Sobral de São Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Vale Formoso e Aldeia do Souto) e 6 abstenções (DNCCP e CDS-PP).** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores: Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD), Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Dra. Maria Leonor Cipriano Narciso (PS), Tiago Santos Silva (PS), Presidentes de Junta/União de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Boidobra, Covilhã e Canhoso, Dominguiso, Erada, Peraboa. -----

2.12 - CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUUNICÍPIO SA COVILHÃ E A FREGUESIA DE PERABOA E AA UNIÃO DE FREGUESIAS DE BARCO E COUTADA – CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORA (S) NÃO DOCENTE (S) – EB/JI – ANO ESCOLAR 2020/2021

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de novembro de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para

efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 5655 de 2020.11.10 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contratos de Delegação de Competências a celebrar entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Peraboa e a União de Freguesias de Barco e Coutada – Contratação de trabalhadora (s) não docente (s) – EB/JI – ano escolar 2020/2021 foi a mesma aprovada por maioria, com 27 votos a favor (PS, DNCCP, PCP e Presidentes de Junta e União de Freguesia de Ferro, Orjais, Sobral de São Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Vale Formoso e Aldeia do Souto) e 3 abstenções (CDS-PP).*** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores: Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD), Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Dra. Maria Leonor Cipriano Narciso (PS), Tiago Santos Silva (PS), Presidentes de Junta/União de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Boidobra, Casegas e Ourondo, Covilhã e Canhoso, Dominguiso, Erada, Paul, Peraboa. -

2.13 - CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E AS FREGUESIAS:

--- Foi concedida a palavra ao Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** que, relativamente aos subtítulos do presente ponto, referiu que tinham votado favoravelmente o ponto anterior “partindo do princípio que nas delegações de competências na contratação de trabalhadora não docente esteja prevista a tal figura, não do recibo verde, mas de contrato a termo. -----

Neste ponto 2.13, parto do princípio que a taxa contributiva à Segurança Social é relativa a processo anterior. -----

Discordamos é do reforço nesta contratação de colaboradores. Os colaboradores precisam é de ser contratados. Normalmente contratamos trabalhadores porque quem está a colaborar não precisa de remuneração. -----

O que sugeria era que se substituísse a palavra “colaboradoras” por “trabalhadores”. -----

--- Seguidamente, foi atribuída a palavra ao Senhor **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)** que, relativamente ao que foi dito quanto ao reforço na contratação de

colaboradores, explicou que não se tratava de contratar mais trabalhadores. “Trata-se de repor justiça naquilo que foi feito e que o próprio PCP tem trazido a esta Assembleia Municipal. -----

A Junta de Freguesia, no ano 2019/2020, contratou e fez contrato com os trabalhadores. Tiveram direito a tudo a que tinham direito. Havia um défice no valor do protocolo de delegação de competências. -----

No ano passado houve trabalhadoras que tiveram este contrato a termo certo. Este ano foram contratadas através do IEFP e perderam direitos. Portanto, deixava um apelo à Câmara Municipal da Covilhã para que pudesse rever essa situação para o próximo ano letivo porque se tinham uma condição, a condição de contratar, o facto de não haver essa delegação de competências para o ano letivo 2020/2021 deixaram de ter um contrato de trabalho e, neste momento, são colaboradores precários da Câmara Municipal da Covilhã.” -----

– CANTAR-GALO E VILA DO CARVALHO – COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de novembro de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 5663 de 2020.11.10 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a União de Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho - Componente de Apoio à Família foi a mesma aprovada por maioria, com 28 votos a favor (PS, DNCCP, PCP e Presidentes de Junta e União de Freguesia de Ferro, Orjais, Sobral de São Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Vale Formoso e Aldeia do Souto) e 3 abstenções (CDS-PP).*** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores: Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD), Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Dra. Maria Leonor Cipriano Narciso (PS), Tiago Santos Silva (PS), Presidentes de Junta/União de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Boidobra, Casegas e Ourondo, Covilhã e Canhoso, Dominguiso, Erada, Paul, Peraboa. -

– S. JORGE DA BEIRA – ACOMPANHAMENTO DE REFEIÇÕES (NE)

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de novembro de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 5664 de 2020.11.10 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a Freguesia de São Jorge da Beira – Acompanhamento de Refeições (NE) foi a mesma aprovada por maioria, com 28 votos a favor (PS, DNCCP, PCP e Presidentes de Junta e União de Freguesia de Ferro, Orjais, Sobral de São Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Vale Formoso e Aldeia do Souto) e 3 abstenções (CDS-PP).*** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores: Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD), Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Dra. Maria Leonor Cipriano Narciso (PS), Tiago Santos Silva (PS), Presidentes de Junta/União de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Boidobra, Casegas e Ourondo, Covilhã e Canhoso, Dominguiso, Erada, Paul, Peraboa. -

– CORTES DO MEIO – ACOMPANHAMENTO DE REFEIÇÕES (NE)

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de novembro de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 5665 de 2020.11.10 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Cortes do Meio – Acompanhamento de Refeições (NE) foi a mesma aprovada por maioria, com 28 votos a favor (PS, DNCCP, PCP e Presidentes de***

Junta e União de Freguesia de Ferro, Orjais, Sobral de São Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Vale Formoso e Aldeia do Souto) e 3 abstenções (CDS-PP). -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores: Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD), Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Dra. Maria Leonor Cipriano Narciso (PS), Tiago Santos Silva (PS), Presidentes de Junta/União de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Boidobra, Casegas e Ourondo, Covilhã e Canhoso, Dominguiso, Erada, Paul, Peraboa. -

– FERRO – ACOMPANHAMENTO DE REFEIÇÕES (NE)

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de novembro de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 5666 de 2020.11.10 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Ferro – Acompanhamento de Refeições (NE) foi a mesma aprovada por maioria, com 28 votos a favor (PS, DNCCP, PCP e Presidentes de Junta e União de Freguesia de Ferro, Orjais, Sobral de São Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Vale Formoso e Aldeia do Souto) e 3 abstenções (CDS-PP). -----***

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores: Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD), Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Dra. Maria Leonor Cipriano Narciso (PS), Tiago Santos Silva (PS), Presidentes de Junta/União de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Boidobra, Casegas e Ourondo, Covilhã e Canhoso, Dominguiso, Erada, Paul, Peraboa. -

– PAUL – PARA PAGAMENTO DA TAXA CONTRIBUTIVA À SEGURANÇA SOCIAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de dezembro de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 6430 de 2020.12.18 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Paul – para pagamento da taxa contributiva à Segurança Social foi a mesma aprovada por maioria, com 28 votos a favor (PS, DNCCP, PCP e Presidentes de Junta e União de Freguesia de Ferro, Orjais, Sobral de São Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Vale Formoso e Aldeia do Souto) e 3 abstenções (CDS-PP).*** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores: Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD), Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Dra. Maria Leonor Cipriano Narciso (PS), Tiago Santos Silva (PS), Presidentes de Junta/União de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Boidobra, Casegas e Ourondo, Covilhã e Canhoso, Dominguiso, Erada, Paul, Peraboa. -

– TORTOSENDO – REFORÇO DAS DESPESAS CORRENTES DA CONTRATAÇÃO DE COLABORADORAS – ANO LETIVO 2019/2020

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 18 de dezembro de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 6433 de 2020.12.18 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Tortosendo Reforço das despesas correntes da contratação de colaboradoras – Ano Letivo 2019/2020 foi a mesma aprovada por maioria, com 28 votos a favor (PS, DNCCP, PCP e Presidentes de Junta e União de Freguesia de Ferro, Orjais, Sobral de São Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Vale Formoso e Aldeia do Souto) e 3 abstenções (CDS-PP).*** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores: Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes (PSD), Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva (PSD), Dra. Maria Leonor Cipriano Narciso (PS), Tiago Santos Silva (PS), Presidentes de Junta/União de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Boidobra, Casegas e Ourondo, Covilhã e Canhoso, Dominguiso, Erada, Paul, Peraboa. -

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor **Paulo José Serra Gonçalves** que, após cumprimentar todos os presentes, iniciou identificando-se como Coordenador Nacional do Movimento Partido Ibérico, movimento “que apenas quer, e só, unir os interesses na Península Ibérica. -----

Não é a primeira vez que aqui estamos, mas, cada vez que o fazemos, fazemo-lo sempre de uma forma cívica e de uma forma totalmente independente e autónoma.” -----

Agradeceu a todos os intervenientes políticos por gastarem “muito tempo das vidas para a coisa pública (vida particular) e, muitas vezes, isso não é reconhecido.” -----

Continuou dizendo que, “atendendo ao período em que estamos de pandemia, queremos chamar aqui o exemplo que aconteceu na época alta do Verão, por exemplo no Algarve, onde os organismos que representam os profissionais e as empresas de hotelaria e de restauração tomaram voz para pedir apoios justamente porque a época principal de trabalho daquelas empresas estava quase perdida ou próximo disso. -----

Na nossa região, a época alta é agora e se, por qualquer razão, deixarmos passar esta oportunidade para reclamar apoios para todas as empresas de restauração/hotelaria é uma oportunidade perdida. À semelhança do que se passou no Algarve, as instituições que os representam fizeram-no a uma só voz. -----

Bem sabemos que existem os organismos competentes onde se pode pedir isso, mas como estamos num ano de exceção talvez fosse uma boa ideia que o Município da Covilhã tomasse a dianteira e tentasse organizar uma plataforma de reivindicação de apoios, dentro do que são os quadros comunitários, que poderia ser entre o Município da Covilhã, de Belmonte, da Guarda, de Loriga ou de Manteigas porque acreditamos que, a uma só voz, poderemos chegar mais longe. ---

É evidente que todos têm uma especificidade, mas se o Município da Covilhã tomasse as rédeas da execução desta plataforma só para reclamar aquilo que todos os profissionais do setor anseiam porque esta época alta vai passar sem que a uma só voz seja posta no Terreiro do Paço. *Em tempo de guerra não se limpam armas*, mas haverá muitas sensibilidades políticas, mas acima de tudo estão os interesses das pessoas e da economia. -----

Não queremos deixar de passar esta oportunidade em claro para poder reivindicar aquilo que é justo e que outros também já o fizeram. -----

Trata-se só de fomentar uma plataforma da época alta da zona da Serra que envolva todos os concelhos e municípios. -----

Em 2017 tivemos aqui a remodelação do troço da linha da CP entre a Covilhã e a Guarda. Na altura chamámos a atenção que já tinham sido gastos 9 milhões de euros em 2009 e estava na perspetiva de se gastarem mais 52 ou 53 milhões de euros. Ou seja, contas feitas, são mais de 60 milhões de euros. -----

O que queremos perguntar é se existe, no âmbito da aplicação da Câmara ou até do Governo, algo plano de viabilização económica deste troço para que os 60 milhões não vão para o lixo. -----

Temos uma proposta: gostaríamos que a Covilhã, na instituição do Município mais a instituição Universidade, pudessem fomentar protocolos com a Universidade e o Município de Salamanca porque gostaríamos muito que tudo o que é o universo de pessoas envolventes da Universidade de Salamanca e o universo de pessoas envolventes à UBI pudesse estar em constante movimento por esta linha ferroviária que é muito prática no sentido de movimentar pessoas sem ter que estar à espera de pagar portagens e de utilizarem os veículos automóveis. -----

Esta sinergia entre a Covilhã e tudo o que envolve a Universidade e o Município e Universidade de Salamanca seria, no nosso entender, uma mais valia não só para a Covilhã como também para a Guarda, Belmonte e até para o Fundão. -----

Acrescentar que há pouco tempo a Dr.^a Ana Paula Laborinho, que é a “representante” de 800 milhões de pessoas do Gabinete em Portugal da Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura, esteve na UBI a promover entendimentos. -----

Gostaríamos que o Município da Covilhã, através da Universidade, pudesse também envolver-se nesta demanda.” -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu apreciar e acompanhar “muitas das preocupações que tem. -----

Acho que neste Verão existiu uma época alta aqui, mas por razões conjunturais que têm a ver infelizmente e neste caso felizmente, nesta ótica, com a pandemia e a nossa região, sobretudo a Serra da Estrela, beneficiou em termos turísticos da sua qualidade e do seu bom isolamento. Somos um território saudável e temos uma boa oferta hoteleira, mas foi conjuntural. -----

Quando fala, e bem, de termos uma só voz, eu também gostava. No Interior estamos habituados que nos deem algumas coisas de vez em quando. Agora que nos tirem ficamos sempre aborrecidos. Mas, a verdade é que uma coisa boa que tínhamos, no domínio do Turismo, na nossa região – Serra da Estrela, era o Pólo de Turismo da Serra da Estrela que já é um sucedâneo da antiga Região de Turismo da Serra da Estrela que é a mais antiga de Portugal. Então não é que no-la tiraram! O que acontece? Neste momento, estamos diluídos na Turismo do Centro. Sem pôr em causa quem dirige, o que é que temos a ver com o Turismo de Fátima ou dos Templários de Tomar ou com o de Coimbra ou com o da Figueira da Foz?! Somos uma marca muito forte e muito própria que devia ter uma entidade que pudesse exatamente protagonizar e ser o porta-voz dos nossos empresários, dos nossos agentes turísticos e de quem se dedica a esta nobre atividade que é uma atividade fluorescente e crescente na nossa região. Infelizmente, deixámos de o ter. Não vamos *chorar sobre o leite derramado*. Vamos, como dizia, tentar criar sinergias. Mas não é fácil porque, por exemplo, o pólo agregador podia ser a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, mas a verdade é que esta é composta por uma série de municípios que, grande parte deles, nada têm a ver com a Serra da Estrela. Não têm uma identidade turística compaginável com a da Serra da Estrela. -----

Podemos pensar e fazer uma espécie de associação intermunicipal para esse efeito para que, depois, possa ser eficaz sem pôr em causa a Comunidade Intermunicipal.” -----

Relativamente à rentabilização do troço ferroviário Covilhã/Guarda, o Senhor Presidente da Câmara referiu que “o fechamento deste anel vem constituir uma alternativa. Vem drenar muitas mercadorias. Vai servir, por mais estranho que pareça, o porto de Sines. O porto de Sines vai fazer passar muita mercadoria para a Europa através da Linha da Beira Baixa e ao porto de Sines afluí uma parte significativa de mercadorias, para além dos combustíveis. Obviamente beneficiamos também de outras origens de mercadorias, mas também valorizar na perspetiva dos passageiros e turistas. Tem paisagens fantásticas. O turismo associado ao comboio tem uma tradição muito grande, sobretudo noutros países e podíamos potenciar também esse turismo ferroviário. -----

A ideia que tem, relativamente à Salamanca, aprovámo-la aqui por unanimidade com uma moção que prevê exatamente a criação de uma ligação frequente à Salamanca e a reativação do Sud Express em direção ao centro da Europa. Este movimento pendular, eixo Castelo Branco – Fundão – Covilhã – Belmonte – Guarda tem a sua importância e relevo. Se há dinheiro bem gasto foi este. Melhor seria se conseguíssemos amortizar este investimento o mais depressa possível. -----

A Latina-América é um mercado a todos os níveis e um público-alvo extraordinário. Já o estamos a fazer com os nossos irmãos do Brasil e eles connosco, embora a nossa escala é reduzida para eles, mas tiramos muito partido desta relação que temos com o Brasil. Os espanhóis têm um palco e um veículo privilegiado que é, desde logo, a língua com essa gente toda que são muitos milhões.

Dar nota de que o acompanhamento nessas preocupações, nesses desígnios e nesses desejos.” -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão eram vinte horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,